



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ACRE – SR .14**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

MARÇO/MMXII



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ACRE – SR.14

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 108/2010**, da **Portaria TCU nº 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno.

SUMÁRIO

1.Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	26
2.Objetivos e metas institucionais	27
2.1.Competência Institucional.....	27
2.2.Dos objetivos estratégicos.....	29
2.3.Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	30
2.4.Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	31
2.4.1.Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	32
2.4.2.Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....	32
2.4.3.Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	33
2.4.4.Divisão de Gestão Administrativa.....	34
2.5.Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	35
2.5.1. Programa 0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais.....	35
2.5.1.1.Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária	37
2.5.1.2.Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	44
2.5.1.3.Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....	49
2.5.1.4.Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	52
2.5.1.5.Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	55
2.5.2.Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	56
2.5.2.1.Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	58
2.5.2.2.Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	72
2.5.2.3.Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	78
2.5.2.4.Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.....	82
2.5.2.5.Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	88
2.5.2.6.Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	93
2.5.2.7.Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	100
2.5.3. Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.....	101
2.5.3.1.Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	103

2.5.3.2.Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural.....	108
2.5.3.3.Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	110
2.5.4. Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	111
2.5.4.1.Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	112
2.5.5. Programa 1120 – Paz no Campo.....	117
2.5.5.1.Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	118
2.5.6. Programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.....	120
2.5.6.1.Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural	122
2.5.7.Programa 1350 – Educação no Campo.....	124
2.5.7.1.Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	126
2.5.7.2.Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	129
2.5.8. Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	130
2.5.8.1.Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	132
2.5.8.2.Ação 2272 - Gestão do Programa.....	141
2.5.9.Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	142
2.5.9.1.Ação 2000 - Administração da Unidade.....	143
2.6.Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	146
2.6.1.Programação Orçamentária da Despesa.....	146
2.6.1.1.Programação de Despesas Correntes	146
2.6.1.2.Programação de Despesas de Capital.....	147
2.6.1.3.Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	148
2.6.1.4.Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	149
2.6.2.Execução Orçamentária da Despesa	151
2.6.2.1.Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	151
2.6.2.2.Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	152
2.6.2.3.Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	153
2.6.3.Indicadores Institucionais.....	155
3.Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	161
4.Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	163

4.1. Análise Crítica	164
5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	165
5.1. Composição do Quadro de servidores ativos.....	165
5.2. Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas.....	169
5.3. Composição do Quadro de Estagiários.....	170
5.4. Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	171
5.5. Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	172
5.6. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	174
5.7. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	176
6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	177
6.1. Transferências efetuadas no exercício.....	177
6.2. Análise Crítica.....	181
7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv.....	187
8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	188
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	189
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.	191
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	193
11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	193
11.1.1. Análise crítica:.....	195
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	196
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	198
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	199
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	200
16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	209
17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	212
18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	213
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	215

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	26
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0135.....	35
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0137.....	56
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0138...	101
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0139...	111
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 1120...	117
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 1433...	120
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 1350...	124
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 1427...	130
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0750...	142
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado.....	145
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias.....	146
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.....	146
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	147
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.....	148
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	149
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.....	151
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	152
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	153
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	161
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	163
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	165
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	166
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011.....	167
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	168
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011	168
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	169

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011	169
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	170
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011.....	171
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada.....	172
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados.....	172
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	174
Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	175
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	177
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios....	178
Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	178
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	179
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	180
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....	187
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	188
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	189
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	191
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	193
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	193
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	194
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.....	196
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador	198
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica).....	198
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	200
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	201
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	202

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	208
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício.....	209
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência.....	210
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	211

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2007.....	15
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Programas e Ações que não fazem parte da estrutura do Relatório de Gestão da UJ.....	25
Tabela 2 – Projetos de Assentamento criados e reconhecidos por modalidade – 1991/2011....	39
Tabela 3 – Assentamentos realizados em 2011 em Projetos Criados até 2010.....	40
Tabela 4 - Assentamentos realizados em Projetos Criados em 2011.....	42
Tabela 5 - Assentamentos Realizados em 2011 em Projetos Reconhecidos até 2010.....	43
Tabela 6 - Vistoria Preliminar de Dados e Informações de Imóveis Rurais.....	46
Tabela 7 - Imóveis Rurais Vistoriados e Avaliados.....	47
Tabela 8 - Vistorias para Elaboração de Parecer Técnico sobre o Laudo Pericial (Perícias Judiciais).....	47
Tabela 9 - Outras Vistorias de Imóveis Rurais.....	47
Tabela 10 - Imóveis Rurais Identificados no Seringal Capatará.....	48
Tabela 11 - Licença de Instalação e Operação - LIO protocolada	50
Tabela 12 - Licença Prévia protocolada - LP.....	50
Tabela 13 - Obtenção de Terras – Indenizações – Lançamento TDAs e Pagamento de Benfeitorias.....	53
Tabela 14 - Recuperação de ramais com piçarramento.....	59
Tabela 15 - Recuperação e conservação de ramais - SICONV 703441/2009, CRT/Nº 1.000/2009.....	60
Fonte: SR.14/D-1.....	62
Tabela 16 - Revestimento primário com piçarramento de ramais - CRT/AC/Nº 1.000/2009 - SICONV/Nº 703441/2009.....	62
Fonte: SR.14/D-1.....	62
Tabela 17 - Implantação/Abertura de ramais - CRT/AC/Nº 1.000/2009 - SICONV/Nº 703441/2009.....	62
Fonte: SR.14/D-1.....	63
Tabela 18 - Demonstrativo de execução do Convênio CRT/AC/Nº 1.000/2009 - SICONV/Nº 703441/2009.....	63
Tabela 19 - Conservação e recuperação de ramais - SICONV 732122/2010 - CRT/Nº 3.000/2010.....	63
Tabela 20 - Implantação de ramais - SICONV/nº 740511/2010, CRT/nº 3.001/2010.....	66

Tabela 21 - Conservação e recuperação de ramais - CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011.....	67
Fonte: SR.14/D-1.....	69
Tabela 22 - Revestimento primário com piçarramento de ramais - CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011.....	69
Tabela 23 - Contrato CRT\AC\8.000\09 – referente ao pregão eletrônico Nº 03/2009.....	73
Tabela 24 - Contrato CRT\AC\10.000\09 – referente ao pregão eletrônico Nº 03/2009.....	74
Tabela 25 - Contrato CRT\AC\1.000\11.....	74
Tabela 26 - Contrato CRT\AC\12.000\11.....	75
Tabela 27 - Contrato CRT\AC\13.000\11.....	75
Tabela 28 - Contrato CRT\AC\14.000\11 – referente ao pregão eletrônico Nº 17/2010.....	75
Tabela 29 - Projetos de Assentamento e famílias beneficiadas com casas de farinha.....	80
Tabela 30 - Contratos de Concessão de Uso e de Concessão de Direito Real de Uso expedidos no exercício.....	83
Tabela 31 - Títulos Definitivos expedidos no exercício.....	84
Tabela 32 - Levantamento da Situação Ocupacional de Lotes.....	86
Tabela 33 - Manejo de Recursos Naturais.....	90
Tabela 34 - Crédito Instalação empenhado e liquidado em 2011.....	94
Tabela 35 - Modalidades de Créditos Instalação aplicadas por Projeto de Assentamento.....	97
Tabela 36 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	104
Tabela 37 - Capacitações realizadas.....	113
Tabela 38 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas e cestas básicas.....	119
Tabela 39 - Documentos emitidos pelo PNDTR.....	123
Tabela 40 - Convênios formalizados em 2011 com proposta de início de execução em 2012..	127
Tabela 41 - Prestação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES.....	133
Tabela 42 - Famílias atendidas pelos serviços de ATES-Contrato-CRT/AC/25.000/11.....	134
Tabela 43- Famílias atendidas pelos serviços de Ates Contrato CRT/AC/26.000/11.....	135
Tabela 44 - Famílias atendidas pelos serviços de ATES-Contrato CRT/AC/27.000/11.....	135
Tabela 45 - Quantificação das metas dos serviços de ATES executados pelos Núcleos Operacionais.....	137
Tabela 46 - Valores financeiros empenhados e pagos dos contratos de ATES.....	138
Tabela 47 - Prestação de serviços de ATES para 2012.....	139
Tabela 48 - Nº de DAP's emitidas, contratos firmados e montante contratado.....	140
Tabela 49 – Demonstrativo dos imóveis cancelados e/ou encerrados.....	213

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AI – Apoio Inicial (modalidade de Crédito Instalação)
AM – Apoio Mulher (modalidade de Crédito)
AMC – Aquisição de Materiais de Construção (modalidade de Crédito Instalação)
APP - Área de Preservação Permanente
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
ATES – Assistência Técnica, Social e Ambiental
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS – Microssistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISDOC – Sistema de Documento

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SISPROT – Sistema de protocolo

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT – Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UA - Unidade Avançada

UG - Unidade Gestora

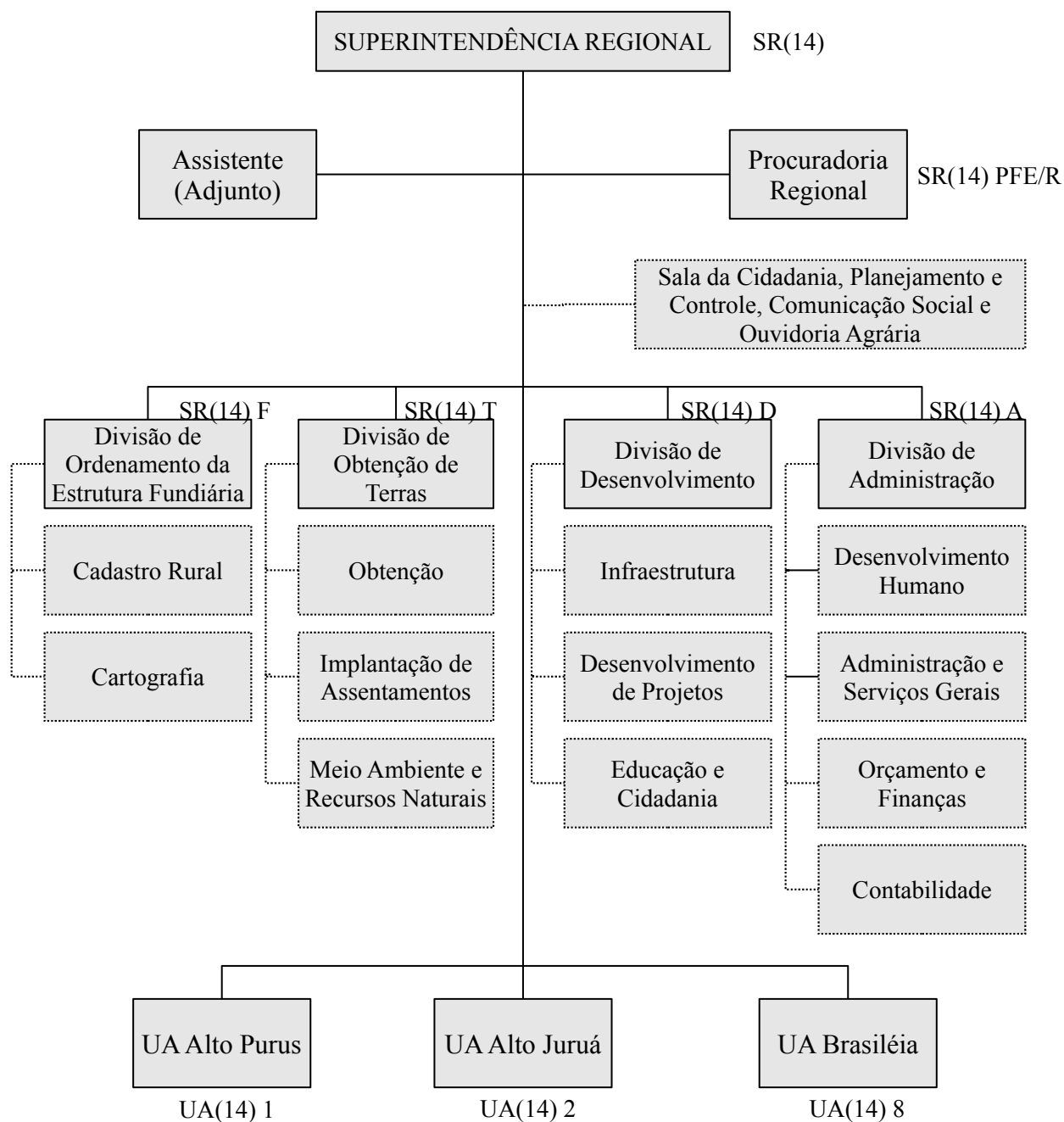
UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

Figura 1 – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2007



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27 de março de 2006 e 5.928 de 13 de outubro de 2006 e Portarias MDA/Nº 69 de 19/10/2006, sendo esses normativos alterados pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, criando as Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00), subordinadas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, estabelecendo as atribuições/competências de cada um dos setores, conforme transcrição abaixo:

À Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre - SR(14) – órgão descentralizado, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionados ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional possuem as seguintes atribuições:

I – Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania):

- a) gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão;
- b) orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR de acordo com as normas vigentes;
- c) emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR;
- d) emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes;
- e) buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão;
- f) promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado;
- g) subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; e
- h) administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso a sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e
- i) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

II – De Planejamento e Controle:

- a) coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado;
- b) coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária;
- c) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária na Superintendência Regional;
- d) disseminar, no âmbito de sua competência as orientações emanadas do órgão central;
- e) coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações;

f) coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional;

g) coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais;

h) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional;

i) realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança;

j) propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional;

k) gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional;

l) promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação;

m) prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos;

n) manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas;

o) realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados;

p) dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e

q) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

III – De Comunicação Social:

a) assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos;

b) elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central;

c) promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA;

d) produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional;

e) realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social;

f) supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, cerimonial e relações públicas;

g) providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional;

h) apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; e

i) produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e

j) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

IV – De Ouvidoria Agrária:

a) prevenir e mediar conflitos agrários;

b) articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; e

c) receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e

d) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

À Procuradoria Regional-SR(14)PFE/R compete promover a representação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

À Divisão de Administração-SR(14)A compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades dentre outras:

I – De Desenvolvimento Humano:

a) coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal;

b) manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão;

c) instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais;

d) expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais;

e) efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação;

f) acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais;

g) executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e

h) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

II – De Contabilidade:

a) executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União;

b) orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição e manter atualizado o rol de responsáveis;

c) elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo;

d) examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transparência de recursos;

e) controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens;

f) instaurar processo de Tomada de Contas Especial;

g) promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI dos órgãos inadimplentes;

h) controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e

i) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

III – De Administração e Serviços Gerais:

a) administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;

b) administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;

c) manter e controlar os serviços de telecomunicação;

- d) supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;
- e) controlar a autorização para transporte de cargas;
- f) recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional;
- g) expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA;
- h) manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos;
- i) orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e
- j) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

IV – De Orçamento e Finanças:

- a) acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais;
- b) promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas;
- c) movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de operadores e diária dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI;
- d) registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres;
- e) registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias;
- f) promover a cobrança e o controle das obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária.
- g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária-SR(14)F compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

I – De Cadastro Rural:

- a) executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento na regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas;
- b) analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais;
- c) avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações;
- d) acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais;
- e) propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento-UMC e sua integração ao SNCR;
- f) propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC;
- g) propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR;
- h) desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais;
- i) manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem;
- j) desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras;
- k) executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições;
- l) executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; e,

- m) executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e
- n) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

II – De Cartografia:

- a) analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação;
- b) executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais;
- c) produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país;
- d) produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA;
- e) adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e
- f) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão de Obtenção de Terras-SR(14)T compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

I – De Obtenção:

- a) proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária;
- b) participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras;
- c) atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras;
- d) coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais;
- e) acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica;
- f) promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e
- g) outras atividades compatíveis com suas competências.

II – De Implantação de Assentamentos:

- a) proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização;
- b) executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas;
- c) providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento;
- d) elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento;
- e) gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária;
- f) aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e
- g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III – De Meio Ambiente e Recursos Naturais:

- a) elaboração de mapeamentos temáticos;
- b) adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA;
- c) fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas;
- d) analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária;
- e) monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária;

f) promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização oficial; e

g) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

À Divisão de Desenvolvimento- SR(14)D compete coordenar, executar e supervisionar a implantação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

I – De Infraestrutura:

a) acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia;

b) promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES;

c) proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária;

d) analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos;

e) nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos:

1. elaborar os projetos básicos;
2. analisar e emitir pareceres técnicos;
3. acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços;
4. promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais;
5. acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; e
6. acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos.

f) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

II – De Desenvolvimento de Projetos:

a) selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos;

b) implementar projetos de apoio à agroindustrialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento;

c) executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidade e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos;

d) analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência;

e) promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização;

f) promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização;

g) definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio;

h) realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas;

i) emitir contrato de concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária;

j) autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização;

k) promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e

l) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III – De Educação e Cidadania:

a) promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA;

b) divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional;

c) analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania;

d) apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais;

e) mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania;

f) apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária;

g) articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas área de reforma agrária;

h) promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária;

i) promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa d reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo;

j) articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES; e

k) outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Às Unidades Avançadas-SR(14)UA compete executar as atividades finalísticas e especialmente:

I – supervisionar os projetos de reforma agrária e de colonização;

II – executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária;

III – articular-se co os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária e de colonização; e

IV – outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Às Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SRFA(04) compete a coordenação e supervisão da execução das atividades de regularização fundiária e cadastramento dos ocupantes das terras públicas no âmbito estadual, acompanhar e fiscalizar a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica, com execução das seguintes atividades, dentre outras:

Ao Serviço Técnico-SRFA(04)T, compete:

I – mobilizar, executar, acompanhar e controlar as atividades de cadastramento dos ocupantes das terras públicas;

II – executar e controlar o ordenamento de dados observados em campo, arquivar, tratar e disponibilizar dados geoespaciais, plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica, básica e temática, no âmbito institucional;

III – executar e/ou recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de terras públicas para fins de regularização, retomada e destinação;

IV – executar a certificação de perímetros de glebas georreferenciadas;

V – executar a recepção, análise e homologação de peças técnicas;

VI – executar a alimentação de banco de dados geoespaciais;

VII – executar atividades de alimentação, manutenção e atualização dos registros cadastrais junto ao SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos de regularização fundiária;

VIII – análise e verificação da consistência dos cadastros coletados para fins de atualização cadastrais;

IX – mobilizar, executar, controlar e acompanhar as atividades de regularização fundiária dos ocupantes das terras públicas;

X - analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas;

XI – realizar levantamento dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União e do INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização;

XII – executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária;

XIII – propor a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; e

XIV – outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

Ao Serviço Administrativo SRFA(04)A, compete:

I - solicitar a concessão de diárias e passagens, realizando cotação e indicação de reserva de bilhete de passagens;

II – examinar as prestações de contas de diárias e suprimentos de fundos;

III – acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos;

IV – solicitar e administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;

V – solicitar e administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;

VI – solicitar, manter e controlar os serviços de telecomunicação;

VII – solicitar e supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;

VIII – solicitar e controlar a autorização para transporte de cargas;

IX – recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial ao escritório Regional e Superintendência;

X – expedir e receber a documentação tramitada entre o Escritório Regional e a Superintendência;

XI – manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; e

XII – outras atividades compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

Este relatório é parte do processo de contas do exercício de 2011 da Superintendência Regional do Incra no Acre-SR(14)AC, para apreciação e julgamento do Tribunal de Contas da União-TCU, segundo orientações da Instrução Normativa/TCU/nº 63, de 01.09.2010, baseada nos termos do art. 7º da Lei nº 8.443, de 1992. Busca abranger a totalidade das ações desenvolvidas no âmbito da Superintendência, de forma a permitir uma visão sistêmica dos programas e ações realizados pelo Incra no Acre, em que detalhamos o desempenho orçamentário financeiro a partir dos indicadores institucionais.

Inicialmente discorreremos sobre a competência e os objetivos estratégicos da instituição no item Responsabilidades Institucionais da Unidade, seguido das Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais, com análises do andamento dos planos de ação e estratégico da Superintendência.

Na sequência, apresentamos os programas do Incra que se desdobram em ações que compõem o Programa Nacional de Reforma Agrária. Estes perpassam todo o processo de implementação da reforma agrária, que se inicia com a obtenção da terra e o assentamento de beneficiários, e prossegue com o desenvolvimento de ações de cidadania, infraestrutura e empreendimentos produtivos sustentáveis e a regularização fundiária do imóvel.

Começamos com o Programa Assentamento de Trabalhadores Rurais, cujas ações Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária; Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais; Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária e Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária constituem o primeiro passo para a democratização do acesso à terra pelas famílias produtoras rurais.

Após a obtenção da terra e o assentamento de trabalhadores rurais, o Incra promove as ações de desenvolvimento e qualificação de Projetos de Assentamento, a saber: Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento; Demarcação Topográfica em Projeto de Assentamento; Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol; Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento; Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária; Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento e Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas. Estas ações formam o Programa Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, ainda objetivando qualificar os assentamentos rurais temos o Programa Educação no Campo que promove a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária contando com ações de Educação de Jovens Adultos no Campo; Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social e Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária, no exercício de 2011 a Superintendência Regional, somente trabalhou na ação de Capacitação e Formação profissional de Nível Médio e Superior. Continuando neste tema temos o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura que especificamente disciplina, amplia, organiza e qualifica a prestação dos serviços de ATER para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais contando com a ação de Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.

O Programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas impulsiona as ações de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural e do Sistema de Cadastro Rural.

O Programa Terra Legal, criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, cuja finalidade é a regularização fundiária das terras devolutas da Amazônia Legal, impulsiona as ações de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional; da Regularização

Fundiária de Imóveis Rurais; Retomada de Terras Públicas e Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas, a Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal ligada a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal que deverá apresentar relatório de gestão consolidado observando que a execução orçamentária e financeira da Divisão Estadual foi centralizada na Superintendência Nacional.

Para a viabilização desses programas e ações, foi criado o Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário, com a ação Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, com a finalidade de melhorar os processos de trabalho, proporcionar o crescimento profissional e melhorar os índices de satisfação dos serviços prestados à sociedade.

A este, seguem-se outros programas mais voltados para a realização de ações promotoras de justiça social no meio rural, cidadania e garantia dos direitos humanos. São eles: - Paz no Campo – por meio da ação Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas; e Cidadania e Efetivação de Direito das Mulheres – por meio da ação Documentação da Trabalhadora Rural.

O último programa descrito – Apoio Administrativo – dá suporte a todos os outros programas por meio da ação Administração da Unidade.

Encerrando o relatório de gestão analisamos o desempenho operacional da Superintendência Regional onde apresentamos os resultados dos indicadores institucionais alcançados pela gestão no exercício.

Tabela 1 – Programas e Ações que não fazem parte da estrutura do Relatório de Gestão da UJ.

Programa	Ação	Razão
0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.	10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.	Não se aplica.
0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas.	4426 – Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional; 2110 – Regularização Fundiária de Imóveis Rurais; 8380 – Retomada de Terras Públicas; e 8378 – Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.	Ações descentralizadas para a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária através do Programa Terra Legal.
1120 – Paz no Campo.	4284 – Prevenção de Tensão Social no Campo; e 4304 – Mediação de Conflitos Agrários	Não há conteúdo a declarar.
1336 – Brasil Quilombola.	1642 – Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos; e 0859 – Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.	Não se aplica.
1350 – Educação no Campo.	4474 – Educação de Jovens e Adultos no Campo; e 6952 – Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.	Não há conteúdo a declarar.

Fonte: SR.14/Planejamento

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre			
Denominação abreviada: INCRA/SR(14)AC			
Código SIORG: 4039	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373015	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo			
Principal Atividade: Organização Agrária			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de contato:	(068) 3214 3000	(068) 3214-3035/3086	(068) 9971 5102
E-mail: netothaumaturgo@rbo.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br/			
Endereço Postal: Rua Santa Inês, nº 135, Bairro Aviário, CEP 69.900-878, Rio Branco/AC.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006 (com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei 11.952, de 25 de junho de 2009 – cria a Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373016	Unidade Avançada Alto Juruá		
373017	Unidade Avançada Alto Purus		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
37201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
373001	373015		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1. Competência Institucional

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 09/07/1970, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, com sede em Brasília, Distrito Federal e jurisdição em todo território nacional, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735 de 27/03/2006 com nova redação dada pelo Decreto nº 6.812, de 03/04/2009, seus direitos, competências, atribuições e responsabilidades estão estabelecidas na Lei nº 4.504 de 30/11/1964 – ESTATUTO DA TERRA e legislação complementar, especialmente a promoção da reforma agrária e o gerenciamento da estrutura fundiária nacional.

O INCRA tem como finalidades:

I – promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II – promover, coordenar, controlar e executar a colonização;

III – promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação visando incorporá-las ao sistema produtivo; e

IV – gerenciar a estrutura fundiária do país.

O INCRA tem como atividades principais:

I – quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:

a) realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº 4.504/64;

b) definir critérios da fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;

c) organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural;

d) identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993;

e) certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma do art. 3º da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001;

f) promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;

g) promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da Lei nº 6.383, de 7 de dezembro de 1976;

h) regularizar as ocupações das terras na forma dos arts. 97 a 102, da Lei nº 4.504/64;

i) controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros ; e

j) promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

II – quanto à obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:

- a) promover as desapropriações por interesse social para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;
- b) criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;
- c) promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;
- d) incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº 4.504/64 e da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991;
- e) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;
- f) promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e
- g) fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.

III – quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:

- a) garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infraestrutura básica;
- b) promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;
- c) proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e
- d) promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

A autarquia estabeleceu uma estrutura organizacional nacional, representada nos Estados, que se reflete em 30 (trinta) Superintendências Regionais, responsáveis pela execução dos Programas e Ações estabelecidos no Programa Pluri Anual (PPA) 2008/2011.

Conforme Regimento Interno autorizado pelo Decreto nº 6.812 de 03/04/2009 e Portaria nº 20 de 08/04/2009, as Superintendências Regionais são órgãos descentralizados, os quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

No estado do Acre o Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária é representado pela Superintendência Regional do Acre – SR.14 com jurisdição em todo Estado cuja estrutura organizacional é composta de 4 divisões setoriais sendo Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária – que atua no gerenciamento e fiscalização da estrutura fundiária; Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento – que promove a obtenção de terras, o assentamento de trabalhadores rurais e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais; Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – que reúne as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos assentamento e garante acesso aos créditos, serviços básicos e infraestrutura; Divisão Administrativa – que gerencia os recursos humanos e apoia administrativamente as outras divisões e 3 unidades avançadas que são órgão descentralizados, de caráter transitório elas são: Unidades Avançadas de Brasileira, Alto Purus e Alto Juruá.

2.2. Dos objetivos estratégicos

Na implementação da política de reforma agrária, além dos princípios constitucionais e legais que asseguram a sua execução, as ações do INCRA foram orientadas com base em eixos estratégicos a seguir relacionados:

1. Democratização do acesso a terra por meio da criação e implantação de assentamentos rurais sustentáveis, da regularização fundiária de terras públicas e gerenciamento da estrutura fundiária do país, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, para a desconcentração da estrutura fundiária, para redução da violência e da pobreza no campo e promoção de igualdade de oportunidade de gênero, raça e etnia.

2. Implementará a Reforma Agrária de forma participativa afirmando a importância da participação da sociedade civil organizada e do controle social na implantação das políticas públicas desenvolvidas dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, contribuindo para o fortalecimento das parcerias institucionais.

3. Fiscalização da função social dos imóveis rurais contribuindo para o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista e para a promoção da paz no campo através do uso da terra para produzir, observando os princípios da sustentabilidade ambiental, do trabalho livre e do bem social.

4. Qualificação dos assentamentos rurais, mediante o licenciamento ambiental, o acesso a infraestrutura básica, o crédito e assessoria técnica e social e a articulação com as demais políticas públicas, em especial a educação, saúde, cultura e esportes contribuindo para a capacitação dos assentados, o fomento da produção agroecológica de alimentos e a inserção nas cadeias produtivas consolidando a qualidade de vida nos assentamentos rurais.

5. Gerenciamento da estrutura fundiária nacional pela destinação das terras públicas, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais e quilombolas pelo conhecimento da malha fundiária mediante o cadastramento e certificação dos imóveis rurais contribuindo para as políticas de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

2.3. Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre promove a Reforma Agrária e o ordenamento fundiário, como instrumentos de desenvolvimento territorial e inclusão social. Temos sob nossa gestão 115 Projetos de Assentamento de várias modalidades – Projeto de Assentamento Dirigido ou de Colonização – PAD/PC, Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE, Projetos de Assentamento Sustentável – PDS e Projetos de Assentamento Florestal - PAF e reconheceu mais de 36 Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais do IBAMA, Florestas e Polos do Governo do Estado e Projetos Casulos Municipais em aproximadamente 6,5 milhões de hectares. São aproximadamente 31.424 famílias entre assentadas e reconhecidas pelo INCRA. Para a consecução de seus objetivos o INCRA adotou o envolvimento direto dos atores sociais beneficiários da Reforma Agrária, que somam esforços através das parcerias, visando minimizar as limitações orçamentárias e operacionais decorrentes do Decreto Presidencial, limitando os recursos para pagamento de diárias para serviços de campo. De outro lado o INCRA mantém um bom relacionamento e articulação com Instituições do Estado no sentido de ampliar e internalizar diversas ações que estão integradas com as atividades operacionais constantes no Plano de Ação da Unidade Jurisdicionada.

Entre as ações do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado incluem-se a criação e o reconhecimento de assentamento e a regularização fundiária de propriedades rurais, de forma a promover a reforma da estrutura fundiária do Acre. Para isso, promovem pesquisa e revisão cartorial, vistorias e avaliações de imóveis rurais, requerimento de licenças ambientais prévias e licenças de instalação e operação junto aos órgão competentes, georreferenciamento e titulação de imóveis, visando implementar seus programas e ações, entre os quais o de Assentamento de Trabalhadores Rurais, Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, cujas práticas devem resultar no ordenamento fundiário do Estado, na democratização do acesso à terra e no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental das famílias assentadas e produtores rurais em geral.

Definidos os limites orçamentários da Unidade Jurisdicionada através da Programação Operacional foi construído o Plano de Ação Estratégico, para o exercício, com a participação dos gestores setoriais e asseguradores de ações, com o objetivo principal de organizar os processos, otimizar os recursos orçamentários e financeiros, subsidiar os gestores nas decisões gerenciais, melhorar a execução física dos programas e ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária tendo por base as diretrizes estratégicas e operacionais da Autarquia com foco no atingimento da missão do INCRA e no alcance de seu principal “Valor Público” que é a democratização do acesso a terra. Consideramos ainda, que o Superintendência Regional do Incra , atua nos 22 municípios acrianos, onde temos assentamentos de Reforma Agrária que dinamizam o desenvolvimento municipal e regional por meio das parcerias com os governos Municipais e Estadual gerando projeção econômica na sustentabilidade das famílias assentadas, e favorecendo a implementação de uma dinâmica operacional compatível com um planejamento operacional equilibrado.

Apresentamos a seguir, as estratégias implementadas referentes aos principais programas desenvolvidos pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre.

2.4. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre promove a Reforma Agrária e o ordenamento fundiário, como instrumentos de desenvolvimento territorial e inclusão social. Temos sob nossa gestão 115 Projetos de Assentamento de várias modalidades – Projeto de Assentamento Dirigido ou de Colonização – PAD/PC, Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAE, Projetos de Assentamento Sustentável – PDS e Projetos de Assentamento Florestal - PAF e reconheceu mais de 36 Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais do IBAMA, Florestas e Polos do Governo do Estado e Projetos Casulos Municipais em aproximadamente 6,5 milhões de hectares. São aproximadamente 31.424 famílias entre assentadas e reconhecidas pelo INCRA . Para a consecução de seus objetivos o INCRA adotou o envolvimento direto dos atores sociais beneficiários da Reforma Agrária que somam esforços através das parcerias visando minimizar as limitações orçamentárias e operacionais decorrentes do Decreto Presidencial incluindo limitações de diárias para serviços de campo. De outro lado o INCRA mantém um bom relacionamento e articulação com Instituições do Estado no sentido de ampliar e internalizar diversas ações que estão integradas com as atividades operacionais constantes no Plano de Ação da Unidade Jurisdicionada.

Entre as ações do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado incluem-se a criação e o reconhecimento de assentamento e a regularização fundiária de propriedades rurais, de forma a promover a reforma da estrutura fundiária do Acre. Para isso, promovem, pesquisa e revisão cartorial, vistorias e avaliações de imóveis rurais, requerimento de licenças ambientais prévias e licenças de instalação e operação junto aos órgão competentes, georreferenciamento e titulação de imóveis, visando implementar seus programas e ações, entre os quais o de Assentamento de Trabalhadores Rurais, Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Desenvolvimento Sustentável do Assentamento, cujas práticas devem resultar no ordenamento fundiário do Estado, na democratização do acesso à terra e no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental das famílias assentadas e produtores rurais em geral.

Definidos os limites orçamentários da Unidade Jurisdicionada através da Programação Operacional foi construído o Plano de Ação Estratégico, para o exercício, com a participação dos gestores setoriais e asseguradores de ações, com o objetivo principal de organizar os processos, otimizar os recursos orçamentários e financeiros, subsidiar os gestores nas decisões gerenciais, melhorar a execução física dos programas e ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária tendo por base as diretrizes estratégicas e operacionais da Autarquia com foco no atingimento da missão do INCRA e no alcance de seu principal valor público que é a democratização do acesso à terra. Consideramos ainda, que o INCRA atua nos 22 municípios acrianos, onde temos assentamentos de Reforma Agrária que dinamizam o desenvolvimento municipal e regional por meio das parcerias com os governos Municipais e Estadual gerando projeção econômica na sustentabilidade das famílias assentadas, e favorecendo a implementação de uma dinâmica operacional compatível com um planejamento operacional equilibrado.

Apresentamos a seguir, as estratégias implementadas referentes aos principais programas desenvolvidos pela Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre.

2.4.1. Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária-SR.14/F, uma das responsáveis pela implementação do Programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária, intensificou as análises dos processos para emissão de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais-CCIR, acelerou a ampliação da produção de mapas temáticos visando a execução das ações de certificação, ajustes da base cartográfica, atualização cadastral, propiciando um maior controle das ações de combate de grilagem de terras. Esse trabalho se baseia também em uma estratégia de mobilidade funcional e logística de abrangência sistêmica e envolvimento das outras divisões.

Quanto às ações do mesmo programa empreendidas pela Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal-SRFA(04)AC, os resultados serão apresentados pela Superintendência Nacional de forma consolidada.

2.4.2. Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento-SR.14/T, realizou em 2011 vistorias de imóveis rurais conjunta – vistoria preliminar para coleta de dados e informações e avaliação ao mesmo tempo. Este procedimento gerou economia de recursos financeiros e proporcionou agilidade na tramitação de processos. O resultado foi satisfatório sendo vistoriado aproximadamente 91% da meta empreendida à Superintendência. Ocorreu a intensificação do cadastro e seleção de famílias propiciando a ampliação da base de candidatos ao Programa de Reforma Agrária. De outra frente a Divisão de Obtenção tem atuado com instrumentação direcional sistemática na execução das perícias judiciais e audiências de conciliação e na atualização da planilha de preços referenciais de terras, mantendo atualizado os dados referentes a dinâmica do mercado regional de terras e suas variáveis.

O setor de Serviço de Meio Ambiente tem promovido dois eixos importantes na regularização ambiental dos projetos de assentamento tendo como estratégia a utilização do Sistema de Gestão de Processo de Licenciamento Ambiental como ferramenta tecnológica que possibilita uma maior agilidade nos protocolos de Licenças Ambientais. Com esse sistema já foi possível atingir a meta de protocolo junto ao Órgão Ambiental Licenciador do Estado de mais de 70% das Licenças de Instalação e Operação de projetos de assentamento já criados pelo INCRA.

Em outra frente igualmente importante o Serviço de Meio Ambiente está atuando na manutenção da sustentabilidade dos assentamento por meio parcerias com a SEAPROF na implementação de projetos de recuperação de áreas alteradas da Reforma Agrária. Vem participando dos trabalhos de monitoramento e sistematização de informações quanto a utilização dos recursos naturais em parceria com o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Acre e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Destaca-se ainda como estratégia do setor a promoção da regularização e proteção de áreas protegidas por lei, notadamente os sítios arqueológicos presentes

em áreas de Projeto de Assentamento por meio da contratação de estudos arqueológicos identificados em assentamentos da Reforma Agrária no Estado.

2.4.3. Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

A Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento-SR.14/D, concentra três grandes programas – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária, Educação no Campo e Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – que reúnem 9 ações. Sua atuação abrange 151 assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra.

Praticamente todas as ações desta Divisão, como demarcação topográfica, titulação, implantação e recuperação de infraestrutura, fomento à agroindustrialização, crédito instalação, assistência técnica, Educação no Campo, sofrem descontinuidade no exercício, em função das condições climáticas da região.

O processo de titulação de terras foi possível ser realizado de forma substancialmente satisfatória em relação as metas propostas, haja vista, a otimização de recursos humanos e financeiros para realização das atividades concomitantes realizadas em vistorias de campo.

Quanto a situação ocupacional dos assentamento, tratado na Instrução Normativa nº 47/2008, a Superintendência promoveu vistorias para verificação de irregularidades em 31 Projetos de assentamento, atingindo uma meta de 1.340 lotes. Essa ação viabilizou o processo de mobilidade direcional combinada para a retomada de lotes ocupados irregularmente, os quais possibilitaram de modo significativo o cumprimento das metas de assentamento previstas no presente exercício.

Ressalte-se ainda que este procedimento é de natureza contínua e deve continuar em 2012, com o apoio dos técnicos contratados pelas empresas prestadoras de serviços de assistência técnica, os quais darão suporte às atividades da comissão responsável .

A assistência técnica foi iniciada efetivamente em janeiro de 2011, beneficiando 5.018 assentados, correspondendo a um percentual de 20% das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado.

Neste sentido constitui-se um grande desafio para o INCRA viabilizar uma articulação para identificação e ampliação dos serviços de ATES para atender os assentados ainda não contemplados. Ocorre que temos limitação no que se refere a empresas capacitadas e devidamente cadastradas no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado do Acre para realização dessa atividade, já que exige que as empresas interessadas tenha um quadro de capacidade e competência necessária para a realização e aplicação dos serviços requeridos.

2.4.4. Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Administração que coordena os Programas Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário e Apoio Administrativo, atua na administração e capacitação de recursos humanos e nas atividades de apoio às ações finalísticas. As metas de capacitação superaram as do ano passado, chegando a 78,67%, contribuindo para o bom desempenho da Superintendência este ano. De outro lado a Divisão vem atuando com ações para melhorias das licitações sustentáveis e gestão ambiental institucional no âmbito da Superintendência Regional, com a adoção de medidas que ensejam a redução do consumo de água, energia, diminuição de uso de papel e copos descartáveis com o apoio do Setor de Serviço de Meio Ambiente.

De um modo geral é o desenvolvimento de formas distintas de atuação dentro de uma visão sistêmica da Instituição, envolvendo o potencial dos servidores, observando a análise dos diversos resultados alcançados, dos indicadores pretendidos, combinada com uma programação operacional integrada e baseada em estratégias consistentes. Chegamos a conclusão de que os resultados alcançados refletiram de forma positiva todas as ações da Superintendência na melhoria do desempenho. A projeção estabelecida neste ano e a área destinada à reforma agrária no Acre já chega a 5,5 milhões de hectares, o que equivale a 1/3 do território do Estado, cuja área total soma 16,4 milhões de hectares. Nesse território, estão instalados 151 assentamentos criados e reconhecidos pelo Incra.

Finalizando, destacamos que Superintendência Regional do INCRA no Acre, no exercício de 2011, recebeu de provisão orçamentária um total de **R\$ 34.013.580,47**, (trinta e quatro milhões, treze mil, quinhentos e oitenta reais e quarenta e sete centavos) resultando em uma aplicação dos recursos orçamentários e financeiros de aproximadamente 99,49%.

2.5. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.5.1. Programa 0135 - Assentamento para Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Noel Matos de Araújo Chaves.

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0135

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 0135			Denominação: Assentamento para Trabalhadores Rurais			
Tipo de Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra, por meio de ações que garantam a soberania alimentar e a geração de emprego e renda aos trabalhadores rurais sem terra.						
Gerente: Marcelo Afonso Silva			Responsável: Noel Matos de Araújo Chaves			
Público Alvo: Trabalhadores rurais sem-terra.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	2655 – Taxa de Famílias Cadastradas no SIPRA Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária.	31/12/2006	14,000	10,000	11,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de famílias assentadas no exercício e o número de famílias cadastradas como candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária SIPRA em cada exercício.						
Análise do Resultado Alcançado						
No âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre - SR(14)AC, foram assentadas 1.228 famílias, para uma meta estabelecida para o exercício, de 1.030 famílias. Do total de famílias assentadas 113 foram assentadas						

em 3 projetos implantados em 2011, totalizando uma área de 4.903,2052 hectares, 930 em projetos implantados até 2010 e 185 em projetos reconhecidos pelo INCRA.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
2	2656 – Unidade de produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária.	31/12/2006	143,000	100,000	100,000	00

Fórmula do Cálculo do Índice

Relação entre o número de unidades de produção familiares geradas no exercício e o número de imóveis rurais incorporados ao PNRA no exercício.

Análise do Resultado Alcançado

No âmbito da Superintendência Regional do INCRA no Estado do Acre - SR(14)AC, foram incorporados ao Programa 4.820,7640 hectares onde foram criados 02 Projetos de Assentamento, o PDS Tonico Sena e o PA Abib Cury.

Fonte: PPA 2008-2011/Divisão de Obtenção

Principais ações do Programa

2.5.1.1. Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	Família	1.030	1.228	0	1.228	119,2	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
107.236	105.682	100.754,03	98,6	91.856,12	86,92	91.856,12	86,92

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
492,32	7,81	484,51	0

Fonte: SIAFI.

A ação de cadastro e seleção de famílias a serem beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária PNRA é crucial para o sucesso deste programa. Os eventuais fracassos nos projetos de reforma agrária estão diretamente ligados ao perfil do beneficiário (trajetória de vida do assentado), que resumidamente pode ser determinante para o sucesso e/ou fracasso do novo assentamento. Em alguns modelos de assentamento é necessário que os beneficiários conheçam formas de produção agropecuária (tenham uma certa afinidade com a terra) que superem as limitações técnicas de produção, além de certo conhecimento de comercialização,

permitindo assim uma melhor visualização do que será produzido (uso da terra) e geração de renda (venda da produção excedente), medida fundamental para o bom desenvolvimento das áreas obtidas para o programa de reforma agrária.

Para tanto, desenvolvemos o serviço de identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, na verdade, a ação de cadastro e seleção de famílias é realizada em conjunto com a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, mais especificamente com auxílio dos coordenadores de projetos.

Vale destacar que a destinação de parcelas em projetos implantados até 2010 (em fase de instalação/operação/consolidação) foi realizada desde que a parcela tivesse sido considerada vaga e/ou abandonada (evasão e desistência) e nos demais casos objeto da norma de Execução nº 47/2008, que regulamenta a retomada de lote e assentamento de novos beneficiários.

Com base no quadro que segue, no exercício 2011, foram assentadas 1.228 famílias nos projetos implantados e reconhecidos por esta Superintendência, isso permite afirmar que superamos a meta de assentamento programada (1.030 assentamentos). Daí, segue síntese da distribuição dos assentamentos realizados em 2011:

- (1) Total assentamentos projetos criados até 2010: 930 ;
- (2) Total assentamentos projetos criados em 2011: 113 ;
- (3) Total de assentamentos projetos reconhecidos: 185 ;
- (4) Total assentamentos realizados em 2011: 1.228.

Percebe-se maior participação de assentamentos a partir de projetos criados até 2010 e projetos reconhecidos pelo INCRA, tendo uma participação mais efetiva na meta de assentamento. Um dos motivos evidentes da participação pouco significativa de assentamentos em projetos criados em 2011, deve-se a não imissão de posse para o INCRA (Ações ajuizadas na Justiça Federal), em 2011, de imóveis rurais obtidos no orçamento 2011, mais especificamente dos seguintes imóveis: Fazenda Campo Alegre, Fazenda Nova Promissão I, II e III e Seringal Campo Alegre, que deverão contribuir para o cumprimento da meta de assentamento 2012.

Vale destacar aqui, a criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Tônico Sena – PORTARIA/INCRA/SR-14/Nº 029/2011, decorrente de forma de obtenção não onerosa (parte excedente do imóvel rural denominado Santa Cruz que foi matriculada em nome da União), cuja área foram assentadas 93 (noventa e três) famílias. Neste contexto foi implantado o Projeto de Assentamento Abib Cury, através da PORTARIA/INCRA/SR-14/Nº 030/2011, possibilitando o assentamento de 6 (seis) famílias.

Faz-se relevante para o relato em transcurso, salientar que no exercício de 2011 o INCRA foi imitado na Posse dos imóveis rurais denominados Fazenda Monte Líbano, com área 3.626,0208 hectares, e ainda mais na parte complementar do imóvel rural denominado Seringal Santa Cruz, com área 314,7943 hectares (Auto de Imissão de Posse anterior o INCRA foi imitado numa área menor que a área avaliada). Disso decorre que as áreas mencionadas foram incorporadas ao Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos, propiciando o assentamento de 55 (cinquenta e cinco) famílias em projetos criados até 2010.

Com o recurso financeiro disponível foi possível realizar uma série de atividades de seleção e inscrição de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA nas diversas microrregiões do estado, envolvendo áreas de projetos criados até 2010, bem como projetos recém criados.

No quadro de execução física e financeira (Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria), pode-se perceber que esta Superintendência atingiu, um nível bem satisfatório, com relação a meta programada para a ação de assentamento de famílias para o programa de reforma agrária, alcançando o percentual de 119,2%.

Segue quadros demonstrativos que indicam os projetos criados e reconhecidos por modalidade; assentamentos em projetos criados até 2010; assentamentos projetos criados em 2011 e assentamentos projetos reconhecidos.

Tabela 2 – Projetos de Assentamento criados e reconhecidos por modalidade – 1991/2011

Nº Ord.	Órgão Gestor	Modalidade de Assentamento	Área (ha)	Nº Modal.	Fam. Assent. até 2011
1	Imbico	Reserva Extrativista – RESEX	3.650.891,3240	5	4.513
2		Floresta Nacional – FLONA	425.332,3490	3	37
Subtotal			4.076.223,6730	8	4.550
3	Governo do Estado/AC	Projeto Estadual Polo Agroflorestal – PE	4.448,3910	18	515
4		Floresta Estadual	513.919,6770	4	515
Subtotal			518.368,0680	22	1.030
5	Prefeituras Municipais	Projeto Casulo – PCA	2.923,0070	6	284
Subtotal			2.923,0070	6	284
Total Projetos Reconhecidos			4.597.514,7480	36	5.864
6	INCRA/SR.14/AC	Projeto de Assentamento – PA/ Projeto de Assentamento Dirigido – PAD / Projeto de Assentamento Rápido – PAR	1.250.883,7734	80	20.703
Subtotal			1.250.883,7734	80	20.703
7	INCRA/SR.14/AC	Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE	319.031,4914	13	1.425
8		Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS	208.434,1602	18	2.994
9		Projeto de Assentamento Florestal – PAF	101.353,0000	4	438
Subtotal			628.818,6516	35	4.857
Total projetos criados pelo Incra			1.879.702,4250	115	25.560
Total projetos reconhecidos			4.597.514,7480	36	5.838
Total projetos diferenciados criados pelo Incra			628.818,6516	34	4.815
Total projetos tradicionais criados pelo Incra			1.250.883,7734	81	21.222
Total projetos criados pelo Incra			1.879.702,4250	115	26.037
Total projetos criados e reconhecidos pelo Incra			6.477.217,1730	151	31.875
Total área do Acre em hectares				16.412.228,0000	
Total área de Reforma Agrária em relação ao Estado (%)				39%	
Total população rural do Acre 2011				200.734 pessoas	
Total população assentada (5 membros p/família)				159.375 pessoas	
Total população assentada em relação ao Estado (%)				79,04%	
Total população assentada (4 membros por família)				127.500 pessoas	
Total população assentada em relação ao Estado (%)				63,52%	

Fonte: SR.14/T

Obs.: Informações referentes ao período de 1977 a 31.12.2011 – Fonte: SIPRA/SR.14/AC e IBGE Censo 2010.

* A população rural assentada é o resultado do número de famílias assentadas x 5, considerado o número médio de uma família rural pelos dados da saúde, que corresponde a 158.775 pessoas. Pelo número médio do IBGE/2010 – 4 membros por família – somamos 127.020 pessoas, o que equivale a 63,27% da população rural do Estado do Acre.

Tabela 3 – Assentamentos realizados em 2011 em Projetos Criados até 2010

Município	Projeto / Polo / Floresta / Resex	Área (ha)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Fam. Assent. em 2011
Acrelândia	PAD Pedro Peixoto	296.243,8720	Desa. / Arrecad.	4.727	15
	PAE Porto Dias	24.348,9320	Desapropriação	98	2
	PA São João do Balanceio	17.797,4040	Desapropriação	244	2
	PA Santo Antônio do Peixoto	15.142,6370	Arrecadação	212	9
	PA Cumaru	5.970,3891	Arrecadação	81	1
	PA Orion	16.329,0380	Desapropriação	321	7
	PDS Porto Luiz I	9.506,3880	Arrecadação	400	81
	PA Califórnia	15.826,0000	Transferência	100	1
Subtotal					118
Assis Brasil	PA Paraguaçu	3.406,9520	Arrecadação	98	2
Subtotal					2
Brasileia	PAD Quixadá	76.741,3720	Desapropriação	1.032	3
	PAE Santa Quitéria	43.858,9120	Desapropriação	300	16
	PA Três Meninas	1.520,0000	Desapropriação	61	7
	PA Pão de Açúcar	6.279,4410	Desapropriação	123	11
	PA Princeza	1.315,0000	Desapropriação	30	2
	PDS Porto Carlos	3.312,2520	Desap. / Arrecad.	265	55
Subtotal					94
Bujari	PA Espinhara	1.700,0000	Desapropriação	31	1
	PAE Canary	8.053,5147	Desapropriação	27	13
	PA Uirapuru	1.500,0000	Arrecadação	43	6
	PA Antônio de Holanda	2.422,8062	Desapropriação	106	8
Subtotal					28
Capixaba	PAE Remanso	43.228,1760	Desapropriação	210	14
	PA Alcobrás	7.690,8508	Desapropriação	443	52
	PA Zaqueu Machado	3.768,7340	Desapropriação	236	30
Subtotal					96
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	62.267,8790	Desap. / Arrecad.	898	3
	PA Pedro Firmino	6.405,4100	Arrecadação	80	3
	PA Narciso Assunção	4.306,2060	Desapropriação	86	6
	PDS Jamil Jereissati	42.656,5660	Arrecadação	520	8
	PDS Francisco Pimentel	55.150,0000	Arrecadação	171	8
	PAF Recanto	15.170,0000	Arrecadação	70	4
	PA Mundurucus	8.326,4069	Desapropriação	40	3
Subtotal					35
Epitaciolândia	PAE Chico Mendes	24.098,6100	Desapropriação	88	5
	PAE Porto Rico	7.858,4167	Arrecadação	73	5
	PAE Equador	7.757,7210	Desapropriação	36	2
Subtotal					12
Feijó	PA Envira	5.762,2930	Desapropriação	239	3
	PA Berlim Recreio	24.415,1650	Desapropriação	519	36
Subtotal					39
Mâncio Lima	PDS São Salvador	27.830,0000	Arrecadação	249	33
Subtotal					33

Município	Projeto / Polo / Floresta / Resex	Área (ha)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Fam. Assent. em 2011
Manoel Urbano	PAR Aleluia	18.300,0000	Arrecadação	274	1
	PA Nazaré	8.066,7177	Desapropriação	157	4
	PA Liberdade	27.393,0000	Arrecadação	505	2
Subtotal					7
Plácido de Castro	PA Triunfo	12.349,0920	Desapropriação	373	10
Subtotal					10
Porto Acre	PAD Humaitá	61.179,0000	Desapropriação	981	4
	PA Caquetá	17.631,9230	Desapropriação	611	36
	PA Tocantins	24.386,0550	Desap. / Arrecad.	489	25
	PA Porto Alonso	9.126,4350	Desapropriação	166	8
	PDS Nova Esperança	3.140,0000	Desapropriação	60	12
	PAE Barreiro	8.151,5250	Desapropriação	20	3
	PA Bandeirante	3.346,0050	Desapropriação	200	16
Subtotal					104
Porto Walter	PAE Cruzeiro do Vale	76.900,0000	Arrecadação	290	3
	PDS Minas	2.900,0000	Arrecadação	85	3
	PAE Triunfo/Porongaba	24.917,6596	Desapropriação	261	14
Subtotal					20
Rio Branco	PA Benfica	5.127,0000	Desapropriação	496	7
	PA Colibri	1.356,0000	Desapropriação	47	3
	PA Baixa Verde	4.807,8830	Desapropriação	167	6
	PA Gal. Moreno Maia	20.684,8370	Desapropriação	500	7
	PA Boa Água	4.122,8200	Desapropriação	151	2
	PA Itamaraty	8.736,1380	Arrecadação	187	20
	PDS Nova Baixa Verde	5.007,2770	Desapropriação	250	47
	PA Barro Alto	6.018,6890	Desapropriação	185	11
	PA Vista Alegre	947,1034	Desapropriação	35	2
	PA Carão	11.161,3480	Desapropriação	270	1
	PA Figueira	25.567,3805	Desapropriação	354	6
Subtotal					112
Rodrigues Alves	PA São Pedro	25.151,2760	Arrecadação	340	2
	PA Pavão	5.276,4320	Arrecadação	63	11
	PA Paraná dos Mouras	1.438,7260	Arrecadação	479	27
	PA Treze de Maio	3.221,0000	Desapropriação	150	1
	PA Arco-Íris	1.684,0100	Arrecadação	73	6
	PAF Havaí	34.000,0000	Arrecadação	150	5
	PA Alberto Santiago	2.160,0000	Arrecadação	55	4
	PA Agrojuará	2.140,3050	Arrecadação	75	6
Subtotal					62
Sena Madureira	PAD Boa Esperança	80.150,0000	Desap. / Arrecad.	1.076	10
	PAE Riozinho	30.381,6170	Desapropriação	82	1
	PA Oriente	5.650,0000	Arrecadação	108	5
	PA Joaquim de Matos	5.239,6580	Desapropriação	166	15
	PAF Providencia Capital	32.000,0000	Desapropriação	168	18
	PA João Batista	3.158,0000	Desapropriação	101	7
	PDS Ivo Neves	3.352,0000	Arrecadação	105	10
	PDS Wilson Lopes	15.826,0000	Arrecadação	315	14
	PDS Geraldo Fernandes	1.929,0000	Arrecadação	63	8
Subtotal					88

Município	Projeto / Polo / Floresta / Resex	Área (ha)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Fam. Assent. em 2011
Senador Guiomard	PA Limeira	1.783,5940	Arrecadação	180	1
	PA Petrolina	3.190,5900	Dação	85	1
	PDS Bonal	10.447,8000	Compra E Venda	210	10
	PDS Polo Bucho-de-rã	1.129,3000	Desapropriação	107	1
Subtotal					13
Tarauacá	PA Novo Destino	27.749,4700	Desapropriação	360	10
	PA Taquari	56.950,8530	Arrecadação	142	5
	PA Tarauacá	13.093,2580	Desapropriação	294	2
Subtotal					17
Xapuri	PA Tupá	6.134,5260	Desapropriação	146	19
	PDS Polo Recanto do Equador	2.000,0000	Desapropriação	67	8
	PDS Floresta	6.909,0000	Desapropriação	125	13
Subtotal					40
Total					930

Fonte: SR.14/T

Tabela 4 - Assentamentos realizados em Projetos Criados em 2011

Município	Projeto / Polo / Floresta / Resex	Área (HA)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Famílias Assent. em 2011	Total Fam. Assent. Até 2011
Mâncio Lima	PDS Tonico Sena	4.702,7722	Reversão de Domínio	95	93	93
Subtotal					93	93
Bujari	PA Abib Cury	117,9924	Transferência	8	6	6
Subtotal					6	6
Rio Branco	PE Polo Agrof. Dom Joaquim	82,4406	Reconhecimento	17	14	14
Subtotal					14	14
Total					113	113

Fonte: SR.14/T

Tabela 5 - Assentamentos Realizados em 2011 em Projetos Reconhecidos até 2010

Município	Projeto / Polo / Floresta / Resex	Área (ha)	Forma Obtenção	Capac. Assent.	Fam. Assent. Em 2011	Total Fam. Assent. Até 2011
Bujari	PE Polo Agrof. Dom Moacir	329,7371	Reconhecimento	53	6	48
Subtotal					6	48
Brasileia	PE Polo Agrof. Brasileira	520,6120	Reconhecimento	73	4	60
Subtotal					4	60
Capixaba	PE Polo Agrof. Capixaba	254,6020	Reconhecimento	27	1	21
Subtotal					1	21
Cruzeiro Do Sul	PE Polo Agrof. Cruzeiro do Sul	261,4185	Reconhecimento	33	5	32
Subtotal					5	32
Feijó	PE Polo Agrof. Feijó	99,8650	Reconhecimento	23	2	19
Subtotal					2	19
Mâncio Lima	PE Polo Agrof. Mâncio Lima	331,4020	Reconhecimento	33	8	29
Subtotal					8	29
Mal. Thaumaturgo	RESEX Alto Juruá	506.186,0000	Reconhecimento	1.500	1	1.491
Subtotal					1	1.491
Porto Acre	PE Polo Leiteiro de Porto Acre	207,5420	Reconhecimento	20	1	20
Subtotal					1	20
Rio Branco	PE Polo Agrof. Wilson Pinheiro	382,9090	Reconhecimento	40	1	38
	PCA Casulo Hélio Pimenta	138,4742	Reconhecimento	34	2	28
Subtotal					3	66
Rodrigues Alves	PE Polo Agrof. Rodrigues Alves	247,4370	Reconhecimento	34	10	33
Subtotal					10	33
Santa Rosa do Purus	Floresta Nacional de Sta. Rosa do Purus	230.257,3490	Reconhecimento	35	1	12
Subtotal					1	12
Sena Madureira	RESEX Cazumbá/Iracema	750.794,7000	Reconhecimento	366	28	317
	PE Polo Agrof. Chico Mendes	200,2396	Reconhecimento	17	1	17
Subtotal					29	334
Xapuri	RESEX Chico Mendes	970.570,0000	Reconhecimento	2.050	108	2.049
	PCA Polo Agro-Hort. Sibéria	100,0000	Reconhecimento	25	2	24
	PCA Polo Agro-Hort. União	63,4425	Reconhecimento	26	3	26
	PE Polo Agroflorestal Xapuri II	226,6571	Reconhecimento	35	1	35
Subtotal					114	2.134
Total					185	4.299
Total assentamentos projetos criados até 2010						930
Total assentamentos projetos criados em 2011						113
Total assentamentos projetos reconhecidos até 2010						185
Total assentamentos realizados em 2011						1.228

Fonte: SR.14/T

2.5.1.2. Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schimdt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8387	A	3	hectares	82.000	74.420	0	74.420	91	7.580

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
98.000	81.790	79.650,19	97,38	79.650,19	97,38	79.650,19	97,38

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.600	1.600	0	0

Fonte: SIAFI.

As atividades de vistorias e avaliação para obtenção de imóveis rurais para o Programa Nacional de Colonização e Reforma Agrária devem ser conduzidas em um processo planejado, crítico, participativo, atuante e sensível que reforce o elo entre o beneficiário e os órgãos atuantes na questão agrária, em busca da alteração da estrutura fundiária e da criação de unidades para a agricultura familiar, que resultem na melhoria na qualidade de vida e incorporação de práticas mais éticas e responsáveis em relação ao meio ambiente.

A compreensão das relações entre o desenvolvimento socioeconômico das comunidades beneficiadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e a melhoria do meio ambiente devem ser objeto de especial atenção, reforçando os aspectos positivos das relações entre

homem e natureza. Nesse sentido, o planejamento e execução do PRNA deverão ser elaboradas para públicos estratégicos como agricultores, extrativistas, populações tradicionais e quilombolas, pois cada um incide diretamente sobre a qualidade do meio ambiente, através de suas atividades. As atividades de Reforma Agrária devem evidenciar as relações complexas do cenário fundiário futuro e a construção de alternativas conjuntas, permitindo a compreensão dos benefícios a médio e longo prazo e a superação dos conflitos agrários.

Para que se atinja esse objetivo, esta Superintendência elaborou o Plano de Ação Regional do Estado do Acre 2011 que definiu diretrizes a serem seguidas por cada uma das divisões em suas respectivas finalidades. De maneira geral, tal instrumento foi decisivo para a tomada de decisões que objetivavam a melhoria da execução física e a otimização dos recursos orçamentários/financeiros dos programas e ações diretamente vinculados a desapropriação e aquisição de imóveis rurais.

Uma vez que percebemos a existência de conflito agrário no imóvel rural denominado de Seringal Capatará (compreende vários imóveis rurais), localizado nos municípios de Plácido de Castro e Senador Guiomard, marcado pela ocupação 104 (cento e quatro) famílias da Fazenda Jarina, Fazenda Mocó, Fazenda Saudade e Fazenda Bela Vista, além da existência de ações de Reintegração/Manutenção de Posse movida pelos proprietários na Vara Única Cível da Comarca de Capixaba, tivemos, de modo geral, fazer dois tipos de vistoria, uma para que se identificasse os ocupantes e suas benfeitorias (Ordem de Serviço/INCRA/SR/14/AC/Nº 42/2011), em atendimento a petição encaminhada a Vara Única – Cível da Comarca de Capixaba pela Procuradoria Federal Especializada – PFE, desta Superintendência, em 11 de maio de 2011, e a segunda para qualificar os proprietários, promoção do estudo da cadeia sucessória, identificação dos imóveis rurais e montagem cartográfica de todos os imóveis rurais que estão inseridos no perímetro do Seringal Capatará, (subsidiar a PFE para ingressar com a ação discriminatória judicial na justiça Federal), já que, o imóvel do presente litígio não fora destacado do patrimônio público, não tendo culminado em título definitivo, em fase a ausência de lançamento no Livro Tombo do Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM e dos demais pressupostos do Decreto nº 04, de 16 de março de 1892, do Estado do Amazonas (Ofício nº 111/2011/GP – ITEAM encaminhado a Ouvidoria Agrária Nacional), agravado pelo fato do imóvel não ter sido discriminado administrativamente. Daí, esta Superintendência optou por estabelecer estratégias de como resgatar as áreas públicas registradas indevidamente nos cartórios de registro de imóveis, quer sejam por meio de ações declaratórias de nulidades de registro público e/ou através do ajuizamento da ação discriminatória judicial. Isso permite a separação das terras públicas daquelas de domínio particular, sendo extremamente necessária para a definição do domínio das terras do Seringal Capatará, uma vez que sem essa definição não poderemos intervir nesse imóvel rural – com ações de aquisição, desapropriação e arrecadação.

Percebe-se na Programação Operacional 2011, que a meta física prevista para vistoria e avaliação atingia um quantitativo de 82.000 (oitenta e dois mil) hectares, para tanto foi empenhado e pago o montante de R\$ 79.650,19 (setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais e dezenove centavos), correspondente a 97,38% da provisão a ser recebida. Porém, somente contabilizando a área vistoriada para coleta de dados e informações e avaliada (vistoria para coleta de dados e informações em conjunto com valor da terra nua e benfeitorias) para fins de aquisição e desapropriação atingimos a somatória de 74.420 (setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte) hectares, em 8 (oito) imóveis rurais. Retoma-se aqui a notada pequena diferença com relação a meta percentual registrada no quadro de meta física (Fonte: LOA 2011/PPA2008/2011/ Caderno de Metas 2010/2011), a partir da comparação com o quantitativo de áreas em hectares dos imóveis rurais vistoriados e avaliados (tabela 07), deve-se a não consideração das áreas dos imóveis rurais (Seringais Luzeiro e Piedade) que foram objeto de vistoria para arrecadação sumária – obtenção não onerosa (tabela 9), que uma vez consideradas (vistorias preliminares+avaliação+laudo técnico)

resultaria num quantitativo de área vistoriada de 89.975 (oitenta e nove mil, novecentos e setenta e cinco) hectares, valor significativamente superior a meta física prevista para o ano de 2011.

Não podemos deixar, é claro, de considerar que utilizamos recursos financeiros dessa ação para acompanhamento e elaboração de parecer técnico das perícias judiciais, na qualidade de assistente técnico, realizadas em imóveis rurais que foram objeto de desapropriação, que foram levadas a termo em 4 (quatro) áreas com projetos de reforma agrária já instalados. Somam-se aos outros custos relativos a acompanhamento do ato de imissão na posse, publicações de editais, levantamento de cadeia dominial, busca de registro de título definitivo no Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM e levantamento de certidões de registro de imóveis rurais.

Especificamente com relação à redução de custos motivado por corte significativo no orçamento do INCRA, é necessário destacar que adotamos algumas medidas para a otimização dos recursos financeiros disponíveis para 2011, uma delas foi que as viaturas utilizadas nos trabalhos de vistoria, na grande maioria das vezes, foi conduzida pelo próprio técnico que estava com a autorização desta Superintendência. Ainda mais, aproveitamos o deslocamento dos peritos federais para determinadas regiões e de forma simultânea com a vistoria para obtenção de terras fizemos também as vistorias para elaboração de Relatórios Ambientais, reduzindo custos com passagens e deslocamento.

É necessária ainda, considerar as 38 (trinta e oito) qualificações de proprietários e identificação dos imóveis rurais, que compreendem o Seringal Capatará, uma vez que, esse relatório técnico irá subsidiar a Procuradoria Regional, desta Superintendência, na ação discriminatória judicial a ser apresentada na Justiça Federal.

No quadro de execução física e financeira (Fonte: PPA 2008/2011/Caderno de Metas 2010/2011), pode-se perceber que esta Superintendência atingiu, um nível satisfatório, com relação a meta programada para a ação de vistoria e avaliação de imóveis rurais, alcançando o percentual de 91%.

Esse índice demonstra que esta Superintendência atingiu um bom desempenho operacional na ação de vistoria e avaliação de imóveis rurais, mesmo desconsiderando os procedimentos de vistorias com fins de arrecadação sumária e relatório técnico para instauração de ação discriminatória judicial – obtenção não onerosa.

Segue quadros demonstrativos que indicam os imóveis rurais objeto de vistoria preliminar para coleta de dados e informações, avaliação, diagnóstico técnico, relatório técnico e parecer técnico sobre laudo pericial:

Tabela 6 - Vistoria Preliminar de Dados e Informações de Imóveis Rurais

Nº De Ordem	Município	Denominação	Área (ha)	Forma de Obtenção	Nº Processo
1	Acrelândia	Seringal Triunfo	3.500	Desapropriação	54260.001184/2011-54
2	Rio Branco	Seringal Independência	4.470	Desapropriação	54260.001185/2011-07
3	Rio Branco	Fazenda Macapá	34.025	Desapropriação	54260.001030/2011-62
Área total vistoriada (ha)			41.995		

Fonte: SR.14/T

Tabela 7 - Imóveis Rurais Vistoriados e Avaliados

Nº de Ordem	Município	Denominação	Área (ha)	Forma de Obtenção	Nº Processo
1	Capixaba	Faz. Nova Promissão I, II e III	5.706	Desapropriação	54260.001177/2009-38
2	Capixaba	Fazenda Campo Alegre	3.142	Desapropriação	54260.001174/2009-02
3	Bujari	Fazenda Diamantino	8.964	Desapropriação	54260.000362/2011-20
4	S. Madureira	Fazenda Cerejeira	4.628	Desapropriação	54260.000848/2011-68
5	Brasileia	Fazenda Santa Lúcia	9.984	Aquisição	54260.002040/2006-58
Área total vistoriada (ha)			32.424		

Fonte: SR.14/T

Tabela 8 - Vistorias para Elaboração de Parecer Técnico sobre o Laudo Pericial (Perícias Judiciais)

Nº de Ordem	Município	Denominação	Área (HA)	Tipo de Ação	Nº Processo Administrativo
1	Rio Branco	Fazenda Baixa Verde	5.007	Desapropriação	54260.001243/2004-65
2	Rio Branco	Seringal Barro Alto	6.018	Desapropriação	54260.002042/2006-47
3	Cruzeiro do Sul	Seringal Miritizal	5.064	Desapropriação	54260.001657/2006-56
4	Porto Acre	Fazenda Bandeirante	3.346	Desapropriação	54260.001392/2006-96
Área total vistoriada (ha)			19.435		

Fonte: SR.14/T

Tabela 9 - Outras Vistorias de Imóveis Rurais

Nº De Ordem	Município	Denominação	Área (há)	Finalidade da Vistoria	Nº Processo
1	Plácido de Castro	Seringal Capatará(1)	58.436	Ação Discriminatória Judicial	-
2	Sena Madureira	Seringal Piedade(2)	13.000	Arrecadação Sumária	-
3	Mâncio Lima	Seringal Santa Cruz	4.702	Criação de Projeto de Reforma Agrária	54260.001067/2011
4	Cruzeiro do Sul	Seringal Luzeiro	2.614	Arrecadação	54260.001043/2010-51
Área total vistoriada (ha)			78.752		

Fonte: SR.14/T

(1) O relatório técnico e peças técnicas produzidas serão encaminhadas para PFE para ajuizamento da ação de discriminação judicial na Justiça Federal;

(2) O processo administrativo de arrecadação será formalizado tão logo o diagnostico técnico estiver concluído.

Tabela 10 - Imóveis Rurais Identificados no Seringal Capatará

Nº de Ordem	Denominação dos Imóveis Rurais	Área (ha)
1	Fazenda Paraíso	3687,57
2	Fazenda Capatará	2585,31
3	Fazenda Bela Vista	1182,49
4	Fazenda Vista Bonita	816,95
5	Fazenda Campo Central	1176,85
6	Fazenda Campo Esperança	3507,75
7	Fazenda Corassal	2964,68
8	Fazenda Chê-Kampa	2652,97
9	Fazenda Sonho Azul	2744,46
10	Fazenda Monte Verde	1731,36
11	Fazenda VR do Acre	1953,17
12	Recanto das Ovelhas	208,97
13	Fazenda Gema	211,71
14	Fazenda Cachoeira	297,78
15	Colônia Princípio	71,18
16	Fazenda Florisbela	118,47
17	Fazenda Mão Beijada	600
18	Fazenda Bom Lugar	1170,16
19	Espólio	700
20	Fazenda Sandra I	593,53
21	Fazenda Sandra II	573,54
22	Fazenda Sandra III	575,86
23	Fazenda Oliveira	572,41
24	Seringal Capatará – parte	5869,48
25	Fazenda Estrela	2443,11
26	Fazenda Paula	4315,95
27	Fazenda Ouro Verde	2636,22
28	Fazenda Nicteroy B	3018,82
29	Fazenda Nicteroy A	4171,46
30	Fazenda Luiz Gomes	4927,64
31	Pequenas Propriedades	24,72
32		53,33
33		33,8
34		26,11
35		16,71
36		55,11
37		98,94
38		47,42
Área Total		58436,02

Fonte: SR.14/T

2.5.1.3. Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f)=(a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d)=(b+c)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada	11	9	0	9	82	2

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
181.927	161.813,91	158.221,97	97,78	133.621,47	82,57	133.621,47	82,57

Fonte: Caderno de metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
14.229,14	117,77	14.111,37	0

Fonte: SIAFI.

Tabela 11 - Licença de Instalação e Operação - LIO protocolada

Nº Ord	Município	Projeto de Assentamento	Nº de família beneficiada	Data do requerimento
1	Rio Branco	PDS Nova Baixa Verde	210	26/12/11
2	Brasileia	PDS Porto Carlos	193	21/12/11
3	Cruzeiro do Sul	PA Miritizal	170	01/09/11
4	Acrelândia	PA Porto Dias	95	10/10/11
5	Capixaba	PA Zaqueu Machado	229	06/10/11

Fonte SR(14)T-3

Tabela 12 - Licença Prévia protocolada - LP

Nº Ord.	Município	Imóvel	Data requerimento
1	Porto Acre	Fazenda São Joaquim	05/01/11
2	Rio Branco	Seringal Belo Horizonte	09/02/11
3	Sena Madureira	Seringal Itamaraty (Parte)	26/08/11
4	Rio Branco	Fazenda Principio	05/01/11

Fonte: SR(14)T-3

A meta de licenciamento ambiental teve alcance de 82% do total da meta prevista no planejamento 2011. Apesar de não atingir os 100% a mesma foi uma meta ousada e significativa se considerarmos alguns aspectos que transcorreram durante o exercício pactuado de 2011.

Primeiramente, houve da parte do INCRA no início do ano um contingenciamento de recursos, bem como um novo regramento na utilização de recursos referentes a diárias de campo, fato este que ensejou no retardamento de ida a campo das equipes que elaboram os projetos básicos e os relatórios ambientais.

Outro ponto de vista a ser considerado é que durante o exercício de 2011, não houve contratações de empresas terceirizadas para elaboração de projetos básicos, como nos anos anteriores. Dessa forma ocorreu uma sobrecarga de trabalho da parte dos profissionais lotados na divisão de Obtenção de Terras, gerando atraso na entrega dos relatórios, fato este comunicado a divisão de obtenção.

Reiteramos mais uma vez, que as licenças de instalação e operação – LIO protocoladas pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, em razão de pendência documental relacionada a anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ainda não foram expedidas. O assunto está sendo tratado junto a câmara de conciliação e arbitragem da Advocacia Geral da União – AGU, com a participação da Procuradoria Federal especializada do INCRA-SEDE.

Os recursos disponibilizados foram devidamente utilizados dentro da ação, que cobriu os custos de material de consumo, taxas de licenciamento, publicações de editais, diárias, elaboração de relatórios ambientais para licenciamento a partir de exigência do órgão ambiental licenciador do Estado.

Destacamos que houve uma boa integração entre o setor de Serviço de Meio Ambiente e as Divisões de Obtenção de Terras e Desenvolvimento de assentamentos no sentido de somar forças e disponibilizar dados para confecção dos relatórios ambientais.

Vale ressaltar que o Setor de Meio Ambiente dispõe de um sistema interno de gestão de processos de licenciamento, que possibilita o monitoramento e controle de procedimentos da documentação envolvida no fluxo dos processos supra citados.

2.5.1.4. Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	hectare	24.900	25.614	0	25.614	102,9	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
11.496	1.166.189,11	1.149.215,97	98,54	936.193,79	80,27	936.193,79	80,27

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
52.932,70	52.612,31	0	320,39

Fonte: SIAFI.

A ação de Obtenção de Terras tem sido fundamental para alteração da estrutura fundiária no estado do Acre. Uma vez que percebemos a importância do processo de obtenção de terras para o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA é necessário que se tenha noção de diversos benefícios intrínsecos à própria mudança da estrutura fundiária e/ou mesmo outros que podem se manifestar em diversos tempos, num processo que gradativamente acrescenta qualidade ao projeto de assentamento. Daí, a adoção de instrumentos de desapropriação, compra e arrecadação capazes de obter terras para a reforma agrária.

Os recursos que foram destinados pelo Governo Federal para obtenção de terras para o Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, no Estado do Acre, do orçamento 2011, que corresponde o valor R\$21.070.119,65 (vinte e um milhões, setenta mil, cento e dezenove reais e sessenta e cinco centavos) estavam destinados para pagamento da terra nua (Título da Dívida Agrária - TDA) e benfeitorias dos imóveis rurais denominados de Fazenda Campo Alegre, Fazenda Nova Promissão I, II e III, Seringal Cruzeiro do Vale e Seringal Porto Peters, todos objeto de

desapropriação por interesse social. Todavia, somente a ação de desapropriação do Seringal do Seringal Porto Peters não foi ajuizada na Justiça Federal, uma vez que a Procuradoria Federal Especializada, desta Superintendência, entendeu a não possibilidade de continuidade do procedimento desapropriatório, face a identificação de outro proprietário que não estava habilitado nos autos administrativo de desapropriação nº 54260.000902/2007-99, e ainda mais levando em consideração que a área remanescente pertencente ao Sr. Armando Geraldo da Silva ficou com dimensão abaixo de 15 (quinze módulos) fiscais, não suscetível de desapropriação (por ser classificada como média propriedade rural) para fins de reforma agrária, consoante com Despacho/PFE/INCRA/SR-14(AC)/Nº57/2011. Esse mesmo parecer identificou uma área excedente de 2.835,3035 hectares do Seringal Porto Peters a ser objeto de arrecadação. Segue abaixo o quadro demonstrativo que ilustra esta correlação de áreas e valores gastos do orçamento 2011:

Tabela 13 - Obtenção de Terras – Indenizações – Lançamento TDAs e Pagamento de Benfeitorias

Nº Processo	Imóvel	Área (ha)	R\$ Em TDA's (VTN)	R\$ Benfeitorias	R\$ VTI
54260.001174/2009-02	Fazenda(1) Campo Alegre	3.141,81	4.385.435,36	212.993,47	4.598.457,54
54260.001177/2009-38	Faz. Nova(2) Promissão I, II e III	5.705,97	11.430.996,82	837.541,51	12.268.543,66
54260.001005/2007-01	Seringal Cruzeiro do Vale(3)	14.904,92	3.787.270,18	46.017,25	3.833.304,81
54260.000902/2007-99	Seringal Porto Peters(4)	1.861,48	352.920,30	16.809,35	369.813,64
TOTAL		25.614,18	19.956.622,66	1.113.361,58	21.070.119,65

Fonte: SR.14/T

- (1) Para cálculo do VTI foi acrescido R\$ 28,71 (vinte e oito reais e setenta e um centavos), referente a sobra de TDA,s;
- (2) Para cálculo do VTI (R\$) foi acrescido 5,33 (cinco reais e trinta e três centavos), referente a sobra de TDA's.
- (3) Para cálculo do VTI foi acrescido R\$ 17,38 (dezessete reais e trinta e oito centavos) referente a sobra de TDA's;
- (4) Para cálculo do VTI foi acrescido R\$ 83,99 (oitenta e três reais e noventa e nove centavos) referente a sobra de TDA's. O MEMO/INCRA/SR(14)T/Nº 170/2011, de 25 de novembro de 2011, solicitou junto a PFE o cancelamento de 3.810 Títulos da Dívida Agrária – TDA's, consoante com o previsto na Norma de Execução/INCRA/PFE/Nº 75/2008.

Além das áreas rurais que foram obtidas de forma onerosa, foi possível arrecadar 4.702,7722 hectares, em nome da União Federal, conforme dispõe a Lei 6.383/76, por trata-se de terra devoluta federal, a partir do DESPACHO: PFE/INCRA/SR-14(AC)/Nº 24/2011 da lavra da Procuradoria Regional no processo administrativo de desapropriação nº 54260.001109/2005-45, referente ao imóvel rural denominado Seringal Santa Cruz. Para tanto, a Superintendência solicitou por OF/INCRA/SR(14)/G/Nº 962/2011 a retificação do registro imobiliário nº 1.909 do Livro 2-F, de 30 de março de 1983, no Cartório de Registro de Imóveis de Mâncio Lima, mais precisamente das áreas averbadas e certificadas que somam 14.168,8254 hectares do imóvel rural denominado Seringal Santa Cruz, já que, a área deve ser ajustada para a área titulada pelo Instituto de Terras do Amazonas – ITEAM, qual seja a de 9.651,8400 hectares. A área excedente não acobertada por registro imobiliário, de 4.702,7722 hectares foi matriculada em nome da União Federal, sob nº 555, Lv. 2-B, fls. 256, na Serventias Extrajudiciais da Comarca de Mâncio Lima.

Especificamente com relação aos imóveis rurais denominados Fazenda Soberana (processo administrativo de desapropriação nº 54260.002674/2005-20) e Fazenda São Joaquim (processo administrativo de desapropriação nº 54260.000404/2007-46), cujo os Kit's desapropriação para edição do decreto de interesse social para fins de reforma agrária estavam na sede do INCRA em Brasília, vale registrar que os mesmos foram devolvidos para esta Superintendência em função de decisão judicial, que resolveu abrir perícia judicial para aferição de produtividade. Neste contexto não tivemos nenhuma propriedade rural com emissão decreto de interesse social, em 2011.

Vale destacar aqui, que o INCRA, em 19/01/2011 foi imitado na posse do imóvel rural denominado Fazenda Monte Líbano, com área 3.626,0208 hectares, localizada às margens da BR 317, Km 60, e ainda mais, em 09/06/2011, também foi imitado na posse do imóvel rural denominado Fazenda Santa Cruz (parte), com 314,7943 hectares, uma vez que havia a necessidade de complementar o Auto de Imissão de Posse anterior até atingir a totalidade de 3.891,7943 hectares (área que fora avaliada e paga pelo INCRA).

Para analisar o desempenho na ação de obtenção de imóveis rurais é necessário registrar que as áreas que foram pagas com orçamento 2011, deduzindo-se aquela que não teve a ação de desapropriação ajuizada na Justiça Federal (Seringal Porto Peters), atingiram uma área de 23.752,7000 hectares (Fazenda Campo Alegre, Fazenda Nova Promissão I,II e III e Seringal Cruzeiro do Vale). Sabe-se que as áreas públicas objeto de arrecadação devem ser consideradas e por isso computadas para efeito do real quantitativo a ser considerado para ação de obtenção de terras. Tomando como referência o quantitativo de área arrecadado com 4.702,7722 hectares, em 2011, a área final obtida no exercício de 2011 é de 28.455,4722 hectares.

Esse índice demonstra que esta Superintendência atingiu um ótimo desempenho operacional na ação de obtenção de imóveis rurais para o Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, na medida em que consideramos os imóveis que foram pagos com recursos do orçamento 2011 (obtenção onerosa), bem como a área que foi matriculada em nome da União (obtenção não onerosa).

2.5.1.5. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.2272	A	3	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de metas/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
9.945	19.945,31	19.903,19	99,84	19.903,19	99,84	19.903,19	99,84

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
28.095,04	4.488	23.607,04	0

Fonte: SIAFI.

Sua importância se encontra no apoio ao acompanhamento e fiscalização das ações finalísticas relativas ao Programa Assentamento de Trabalhadores Rurais tais como: pagamento de diárias, aquisição de combustíveis, manutenção de viaturas, deslocamento de servidores e pagamento de serviços de terceiros (pessoa jurídica e física) e locação de mão de obra.

2.5.2. Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: João Ricardo de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0137

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 0137			Denominação: Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento			
Tipo de Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária						
Objetivos Específicos: Promover a reforma Agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Gerente: Luiz Gugé Santos Fernandes			Responsável: João Ricardo de Oliveira			
Público Alvo: Famílias Assentadas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	2918 – Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento	31/12/2006	8,250	8,640	8,640	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de projetos de assentamento consolidados em cada exercício e o número de projetos de assentamento em execução em cada exercício.						

Análise do Resultado Alcançado

Um Projeto de Assentamento é oficialmente consolidado pelo INCRA quando estão executadas as ações previstas no artigo 13 da Instrução Normativa nº 2/2001 e Norma de Execução INCRA nº 09/2001, que são os seguintes pré requisitos:

1. demarcação do perímetro e das parcelas;
2. concessão de crédito apoio à instalação;
3. concessão de crédito para construção de unidades habitacionais para as famílias assentadas;
4. infraestrutura básica concluída, estradas de acesso, abastecimento de água para consumo humano e eletrificação rural;
5. titulação definitiva em pelo menos 50% das famílias assentadas; e
6. sustentabilidade econômico-social e ambiental das famílias assentadas e inserção no desenvolvimento municipal e regional.

Essas condições exigem atuação de diversos setores institucionais.

▲ A Superintendência do INCRA no Acre possui 19 Projetos de Assentamento com status de consolidado, cuja consolidação ocorreu em 2001 e 2002.

Principais Ações do Programa

2.5.2.1. Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida	2.304	1.774	2.272	4.046	175,6	-

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de metas/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.020.020	14.056.303,14	14.056.303,14	100	5.048.303,14	35,92	5.048.303,14	35,92

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
8.726.000	800	8.726.000	0

Fonte: SIAFI.

Os trabalhos da ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamentos, especialmente no que se refere à construção e manutenção de vias de acesso aos assentamentos, têm sido realizados em parceria com o Governo do Estado e Prefeituras Municipais. Deste esforço tem-se concretizado convênios e termos de cooperação no sentido de implementar a infraestrutura nos assentamento do Estado do Acre, por meio da promoção de aberturas, melhoramento e manutenção dos ramais/estradas nos projetos. Algumas dessas parcerias, principalmente aquelas firmadas em anos anteriores, tiveram suas atividades desenvolvidas durante os anos de 2009, 2010 e por todo 2011, como se estenderá a execução por 2012.

Como bem registrados em relatórios de gestões passadas, ainda encontram-se em execução ações previstas em quatros convênios firmados em anos anteriores e outro firmado na

gestão de 2011, quais sejam: CRT/AC/12.000/2008 (SICONV/Nº 702807/2008), CRT/AC/1.000/2009 (SICONV/Nº 703441/2009), CRT/AC/3.000/2010 (SICONV/Nº 732122/2010), CRT/AC/3.001/2010 (SICONV/Nº 740511/2010) e CRT/AC/12.000/2011 (SICONV/Nº 755824/2011).

O Convênio CRT/AC/12.000/2008 (SICONV Nº 702807/2008), firmado com o Governo do Estado teve por objeto prover de infraestrutura viária básica o Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto, na área compreendida na jurisdição do Município de Senador Guimard, e ou recuperar a já existente, necessárias à viabilização do seu Processo Produtivo e do seu desenvolvimento sustentável, por meio da aquisição de patrulhas mecanizadas, piçarramento, melhoramento, conservação e abertura estradas vicinais(ramais), instalação de pontes e bueiros e aquisição de combustível.

As ações do citado convênio foram voltadas para recuperação com revestimento primário (piçarramento) de 150,10 km de ramais e recuperação sem revestimento primário de outros 232 km. Os recursos foram na ordem de R\$ 22.222.222,22, sendo do INCRA a responsabilidade de repasse do valor de R\$ 20.000.000,00 e do Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE a importância de R\$ 2.222.222,22, como contrapartida.

Os serviços de melhoramento de 232 km de ramais iniciou-se em 2009 e foram concluídos em 2010, beneficiando 279 famílias assentadas. Quanto à execução da recuperação com piçarramento de 150,1 km, bem como a implantação serviços das obras de arte (bueiros e pontes), os trabalhos iniciaram em 2010 com 51,4 km concluídos, que beneficiou diretamente 257 famílias. Até o momento a execução física do convênio atingiu 67% da meta programada, sendo recebidos 100,7 km. Especificamente em 2011 foram recebidos 49,32 km, que beneficiou no ano calendário 247 famílias assentadas no PAD Pedro Peixoto.

Por se tratar de serviços que exigem maiores técnicas devido a natureza complexa, a execução dos outros 33% restantes das obras para se concluir o convênio vai se estender por 2012, anuída por termo aditivo vigente até 31/08/2012.

É importante colocar ainda que o início das obras foi prejudicado pela demora na liberação das licenças ambientais, condicionadas a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA, que aconteceram bem quando as condições climáticas eram desfavoráveis para execução das obras em alguns trechos, pois, sabe-se que as chuvas na geografia local da Amazônia chegam a durar mais até 7 meses.

Segue quadro demonstrativo da execução do Convênio INCRA/DERACRE CRT/Nº 12.000/2008 – SICONV 702807/08.

Tabela 14 - Recuperação de ramais com piçarramento

Município	Projeto de Assentamento	Previsto em Km	Executado em 2010 (km)	Executado em 2011 (km)	Fam. Atendidas em 2011
Senador Guimard	PAD Pedro Peixoto	150,1	51,4	49,32	247

Fonte: SR(14)D-1

No que pese ser convênio firmado com recursos de 2008, oriundos de emenda parlamentar, os serviços foram efetivamente iniciados em 2009, as obras executadas refletem benefícios diretos a mais de 780 famílias assentadas no PAD Pedro Peixoto, município de Senador Guimard. As ações demonstram resultados concretos com os principais beneficiados externando a satisfação, haja vista que proporciona melhores condições de trafegabilidade para transporte da produção agrícola, o que fortalece o setor rural com incentivos determinantes para aumento da

produção familiar regional, principalmente nos projetos de assentamento do Estado.

O Convênio CRT/AC/1.000/2009 (SICONV Nº 703441/2009), firmado com o Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE tinha como objeto a execução dos trabalhos de implantação/abertura, melhoria e conservação de infraestrutura básica em projetos de assentamento do Incra situados em vários municípios do Estado do Acre, sendo 2.495 km de melhoria e conservação de ramais sem revestimento primário, 14 km de recuperação de ramais com revestimento primário e 165 km de implantação/abertura distribuídos nos Projetos de Assentamento do Estado, conforme apontamento das demandas pelas comunidades regionais.

Os recursos totalizam R\$ 10.954.929,00, cabendo ao INCRA o valor de R\$ 9.154.929,00 e ao Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE a importância de R\$ 919.632,02, como contrapartida.

O prazo para finalização do contato foi até 31/12/2011, quando 100% das obras foram recebidas. Especificamente em 2011, foram recebidas obras de melhoramento de ramais que totalizaram em torno de 321 km. Também foram concluídas e recebidas as obras de implantação dos 165,0 km de ramais. Outrossim, foram concluídos e recebidos outros 3,5 km de revestimento primário remanescente dos serviços de 2010 no PDS Bonal. Os serviços recebidos em 2011 beneficiaram cerca de 2.223 famílias assentadas.

Segue quadro demonstrativo da execução do Convênio INCRA/DERACRE CRT/AC/1.000/2009 - SICONV Nº 703441/2009.

Tabela 15 - Recuperação e conservação de ramais - SICONV 703441/2009, CRT/Nº 1.000/2009

Município	Projeto de Assentamento	Execução Prevista (km)	Executado até 2010 (km)	Executado em 2011 (km)	Famílias atendidas em 2011
Acrelândia	PA Orion	45,0	59,9	0,0	0
	PAD Pedro Peixoto (parte)	80,2	101,8	8,0	40
	PA Cumaru	11,8	11,8	0,0	0
Subtotal		137,0	173,5	8,0	40
Assis Brasil	PA Paraguassu	98,0	92,6	8,9	45
Subtotal		98,0	92,6	8,9	45
Brasileia	PAD Quixadá	94,0	67,1	33,9	169
	PA Fortaleza	6,0	6,0	0,0	0
	PA Pão de Açúcar	10,0	10,0	0,0	0
	PA Três Meninas	10,0	12,9	0,0	0
	PE Polo Agrof. de Brasileia	6,0	6,0	0,0	0
	PAE Santa Quitéria	50,0	65,1	27,0	135
Subtotal		176,0	167,1	60,9	304
Bujari	PA Espinhara	60,6	41,7	0,0	0
Subtotal		60,6	41,7	0,0	0
Capixaba	PA Alcobrás	58,0	72,6	0,0	0
	PA São Gabriel	43,0	44,7	0,0	0
	PA Zaqueu Machado	28,0	29,8	0,0	0
	PAE São Luiz do Remanso	48,0	40,3	49,2	246
Subtotal		177,0	187,4	49,2	246
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	162,2	166,8	0,0	0
	PA Pedro Firmino	20,0	24,3	0,0	0

Município	Projeto de Assentamento	Execução Prevista (km)	Executado até 2010 (km)	Executado em 2011 (km)	Famílias atendidas em 2011
	PE Polo Agrof. de C. do Sul	2,5	2,0	0,0	0
	Subtotal	184,7	193,1	0,0	0
Epitaciolândia	PAE Porto Rico	87,0	57,6	29,9	150
	PAE Chico Mendes	11,0	13,0	0,0	0
	Subtotal	98,0	70,6	29,9	150
Feijó	PA Envira	30,0	24,0	8,9	45
	PA Berlim Recreio	42,0	42,0	0,0	0
	Subtotal	72,0	66,0	8,9	45
Mâncio Lima	PA São Domingos	78,0	78,0	0,0	0
	Subtotal	78,0	78,0	0,0	0
Porto Acre	PA Caquetá	31,0	30,0	0,0	0
	PA Porto Alonso	25,0	26,0	0,0	0
	PA Tocantins	15,0	0,0	15,0	75
	PAD Humaitá	42,0	39,4	0,0	0
	Subtotal	113,0	95,4	15,0	75
Plácido de Castro	PAD Pedro Peixoto (parte)	56,0	55,7	0,0	0
	PA Triunfo	43,7	43,7	0,0	0
	Subtotal	99,7	99,4	0,0	0
Rio Branco	PA Colibri	25,3	22,4	0,0	0
	PA Boa Água	11,3	11,3	0,0	0
	PA Benfica	37,8	41,5	1,5	8
	PA Baixa Verde	44,0	29,9	11,0	55
	PA Carão	62,2	44,6	0,0	0
	PA Figueira	81,5	63,3	0,0	0
	PA Moreno Maia	88,9	79,3	0,0	0
	PA Itamaraty	164,6	130,4	0,0	0
	PA Barro Alto	107,7	69,5	17,9	89
	PA Humaitá	7,0	9,1	0,0	0
	Subtotal	630,3	501,3	30,3	152
Rodrigues Alves	PA São Pedro	145,0	145,0	0,0	0
	PA Nova Cintra	16,0	16,0	0,0	0
	Subtotal	161,0	161,0	0,0	0
Sena Madureira	PA Boa Esperança	63,5	59,7	8,9	45
	PA Joaquim de Matos	42,0	44,5	0,0	0
	PE Polo Agrof. Elias Moreira	6,0	3,7	0,0	0
	Subtotal	111,5	107,9	8,9	44
Tarauacá	PA Tarauacá	37,1	36,9	0,0	0
	PA Novo Destino	21,9	15,1	9,0	45
	PE Polo Agrof. De Tarauacá	3,0	2,0	0,0	0
	Subtotal	62,0	54,0	9,0	45
Xapuri	PA Tupã	38,0	34,0	0,0	0
	PAE Equador	105,0	7,6	92,4	462
	PDS Floresta	38,0	37,3	0,0	0
	PE Polo Agrof. Sibéria	8,0	5,7	0,0	0
	Estrada de Acesso	41,0	0,0		
	Subtotal	230,0	84,6	92,4	462
	Total Geral	2489,0	2173,6	321,4	1607

Previsto para melhoramento (km)	Executada em 2009/2010 (km)	Executada em 2011 (km)	Famílias atendidas em 2009/2010	Famílias atendidas em 2011
2.495	2.173,6	321,4	10.528	1.607

Fonte: SR.14/D-1

Tabela 16 - Revestimento primário com piçarramento de ramais - CRT/AC/Nº 1.000/2009 - SICONV/Nº 703441/2009.

Município	Projeto de Assentamento	Previsto em Km	Executado em 2010 (km)	Executado em 2011 (km)	Famílias atendidas em 2011
Senador Guimard	PDS Bonal	14,0	10,5	3,5	15
T o t a l		14,0	10,5	3,5	15

Fonte: SR.14/D-1

Tabela 17 - Implantação/Abertura de ramais - CRT/AC/Nº 1.000/2009 - SICONV/Nº 703441/2009.

Município	Projeto de Assentamento	Execução Prevista (km)	Executado em 2011 (km)	Famílias atendidas em 2011
Capixaba	PA Alcobras	5,0	6,0	30
	PA São Gabriel	1,0	1,0	2
	Subtotal	6,0	7,0	32
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	2,0	2,0	10
	PA Pedro Firmino	5,0	5,0	25
	Subtotal	7,0	7,0	35
Porto Acre	PA Tocantins	4,0	4,0	4
	Subtotal	4,0	4,0	4
Manoel Urbano	PA Liberdade	30,0	30,0	150
	Subtotal		30,0	150
Porto Walter	PDS Minas	20,0	20,0	85
	PA Vitória	5,0	5,0	25
	Subtotal	25,0	25,0	110
Rodrigues Alves	PA Paraná dos Mouras	5,0	5,0	25
	Subtotal	5,0	5,0	25
Rio Branco	Acesso ao PA Oriente	20,0	20,0	-
	PA Moreno Maia	1,0	1,0	5
	Subtotal	21,0	21,0	5
Sena Madureira	PDS Geraldo Fernandes	10,0	10,0	45
	PDS Lídia Craveiro	10,0	10,0	24
	Subtotal	20,0	20,0	69
Tarauacá	PA Taquari	13,5	13,5	68
	Subtotal	13,5	13,5	68
Xapuri	PA Tupá	12,0	16,5	39
	PDS Recanto do Equador	21,5	17,0	64
	Subtotal	33,5	33,5	103
TOTAL GERAL		165	166	601

Previsto para melhoramento (km)	Executada em 2011 (km)	Famílias atendidas em 2011
165	166	601

Fonte: SR.14/D-1

Tabela 18 - Demonstrativo de execução do Convênio CRT/AC/Nº 1.000/2009 - SICONV/Nº 703441/2009.

Serviços de melhoramento executados até 2010 (km)	2.173,6
Serviços de melhoramento executados em 2011 (km)	321,4
Serviços de revestimento primário executados até 2010 (km)	10,5
Serviços de revestimento primário executados em 2011 (km)	3,5
Serviços de implantação executados até 2010 (km)	0,0
Serviços de implantação executados em 2011 (km)	166
Números de famílias beneficiadas em 2011	2.223
% dos serviços concluídos/executados (%)	100

Fonte: SR(14)D-1

O Convênio CRT/AC/3.000/2010 (SICONV Nº 732122/2010), tem como objeto a execução de melhoria e conservação de infraestrutura viária básica de Projetos de Assentamento não contemplados em contratos anteriores, localizados nos Municípios de Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves, através da melhoria, conservação, recuperação de estradas vicinais e ramais com construção de pontes e bueiros.

Os recursos são da ordem de R\$ 10.000.000,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 9.000.000,00 e do Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE a importância de R\$ 1.000.000,00, como contrapartida.

Segue tabela que demonstra a execução do Convênio INCRA/DERACRE CRT/AC/3.000/2010 (SICONV Nº 732122/2010).

Tabela 19 - Conservação e recuperação de ramais - SICONV 732122/2010 - CRT/Nº 3.000/2010.

Município	Projeto de Assentamento	Previsto em Km	Executado em 2010 (km)	Famílias Atendidas em 2010	Executado em 2011 (km)	Famílias Atendida em 2011
Acrelândia	PA Orion	49.0	15.1	76	43.3	217
	PA São João do Balanceio	62.0	43.8	219	0	0
Subtotal		111.0	58.9	295	43.3	217
Assis Brasil	PAE Santa Quitéria (parte)	48.0	0.0	0	19.1	57
	Resex Chico Mendes	15.0	0.0	0	15.0	45
Subtotal		63.0	0.0	0	34.1	102
Brasileia	PA Pão de Açúcar	15.0	0.0	0	0	0
	PA Três Meninas	20.0	0.0	0	15.4	77
	PAE Santa Quitéria	52.0	0.0	0	63.7	191
	PE Polo Agrof. Chico Mendes	32.0	32.0	96	0	0
	PE Polo Agrof. Wilson Pinheiro	8.0	0.0	0	7.0	21
Subtotal		127.0	32.0	96	86.1	289

Município	Projeto de Assentamento	Previsto em Km	Executado em 2010 (km)	Famílias Atendidas em 2010	Executado em 2011 (km)	Famílias Atendida em 2011
Capixaba	PA Alcobrás	3.0	3.2	15	0	0
	PA São Gabriel	43.0	0.0	0	36.2	181
	PAE São Luiz do Remanso	35.5	0.0	0	33.1	166
	PE Polo Agrof. de Capixaba	6.0	0.0	0	3.7	19
Subtotal		87.5	3.2	15	73.0	365
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	19,0	0,0	0	19,0	95
	PE Polo Agrof. de C. do Sul	3,0	0,0	0	0	0
	PA Narciso Assunção	20,5	20,5	103	0	0
	PDS Jamil Jereissati	41,5	33,4	167	5,8	29
	PA Pedro Firmino	6,7	9,9	50	0	0
Subtotal		90.7	63.8	320	24.8	124
Epitaciolândia	PAE Porto Rico	48.5	0.0	0	25.2	126
	PE Polo Agrof. de Epitaciolândia	4.5	0.0	0	3.7	19
	PAE Chico Mendes	12.0	0.0	0	10.0	50
Subtotal		65.0	0.0	0	38.9	195
Feijó	PA Envira	43.0	0.0	0	43.0	215
	PA Berlim Recreio	30.6	2.0	10	28.6	143
Subtotal		73.6	2.0	10	71.6	358
Mâncio Lima	PA São Pedro (parte)	8.6	8.0	40	0.0	0
	PA São Domingos	33.4	20.9	105	0.0	0
	PDS São Salvador	21.3	3.6	18	0.0	0
Subtotal		63.3	32.5	163	0.0	0
Manuel Urbano	PA Nazaré	83.0	0.0	0	84.8	424
Subtotal		83.0	0.0	0	84.8	424
Plácido de Castro	PA Triunfo	70.1	2.0	10	57.8	289
Subtotal		70.1	2.0	10	57.8	289
Porto Acre	PA Caquetá	31.8	10.5	53	45.4	227
	PA Porto Alonso	16.4	0.0	0	19.0	95
	PA Tocantins	38.0	0.0	0	33.5	168
	PA Porto Acre	12.0	0.0	0	0.0	0
	PDS Nova Esperanca	20.7	17.4	104	0.0	0
Subtotal		118,9	27,9	157	97,9	490
Rio Branco	PA Moreno Maia	109,7	0,0	0	0,0	0
	PA Oriente	85,0	0,0	0	75,0	375
	PA Barro Alto	79,0	4,5	23	14,0	70
	PA Itamaraty	105,5	12,0	60	23,5	118
	PA Benfica (parte)	31,0	0,0	0	7,9	40
	PA Colibri	17,0	16,0	80	0,0	0
	PA Humaitá (parte)	15,0	0,0	0	0,0	0
	Estrada de acesso	72,0	0,0	0	17,1	0
Subtotal		514.2	32.5	163	137.5	602
Rodrigues Alves	PA Treze de Maio	45,0	0,0	0	15,0	75
	PA Paraná dos Moura	48,0	0,0	0	0,0	0
	PAF Havaí	30,0	0,0	0	0,0	0
	PA Arco Iris	10,0	0,0	0	0,0	0

Município	Projeto de Assentamento	Previsto em Km	Executado em 2010 (km)	Famílias Atendidas em 2010	Executado em 2011 (km)	Famílias Atendida em 2011
Subtotal		133,0	0,0	0	15,0	75
Sena Madureira	Floresta Nacional do Macauã	12.0	0.0	0	0.0	0
	PAD Boa Esperanca	43.0	11.0	55	25.6	128
	PA Joaquim de Matos	58.0	9.0	45	32.3	162
	PDS Geraldo Fernandes	10.0	0.0	0	0.0	0
	PDS Lídia Craveiro	10.0	0.0	0	0.0	0
	PE Polo Agrof. Elias Moreira	2.0	2.0	12	0.0	0
Subtotal		135.0	22.0	112	57.9	290
Senador Guimard	PA Petrolina	40.0	0.0	0	13.0	65
	PA Benfica	10.0	0.0	0	0.0	0
Subtotal		50.0	0.0	0	13.0	65
Tarauacá	PA Tarauacá	36.1	0.0	0	36.1	181
	PA Novo Destino	18.3	0.0	0	18.3	92
Subtotal		54.4	0.0	0	54.4	272
Xapuri	PDS Polo Recanto do Equador	23.5	0.0	0	0.0	0
	PDS Floresta	8.0	0.0	0	0.0	0
	Resex Chico Mendes	76.2	0.0	0	34.0	102
Subtotal		107,7	0,0	0	34,0	102
Km serem inseridos (demandas pontuais)		52,6				
Total Geral		2000,0	276,8	1341	924,1	4257

Prevista (km)	Executada em 2010 (km)	Famílias atendidas em 2010	Executado em 2011 (km)	Famílias atendidas em 2011
2.000,0	276,8	1341	924,1	4257
Serviços executados em 2010 (km)			277	
Serviços efetivamente executados em 2011 (km)			924	
Serviços efetivamente executados até 2011 (km)			1.201	
% dos serviços concluídos/executados			60,05 %	
Total de famílias beneficiadas em 2010			1.341	
Total de famílias beneficiadas em 2011			4.257	

Fonte: SR(14)D-1

Dentro das perspectivas de realização dos serviços objetos da parceria, ainda em 2010 foram recebidos cerca de 14% das obras conveniadas, o que corresponde a quase 277 km que beneficiaram 1.340 famílias em diversos Projetos do Estado. Já em 2011 foram executados e recebidos 924 km, o que reflete um montante de conclusão de mais de 60% dos serviços conveniados, conforme dados mostrados na tabela anterior. Com as obras recebidas em 2011, referentes a execução desse convênio, foram atendidas 4.257 famílias em mais de 55 Projetos de Assentamento do Estado. Igualmente a outras parcerias, o restantes das obras para se concluir o convênio vai se estender por 2012, anuída por termo aditivo vigente até 31/12/2012.

Desde o uso dessa modalidade de parcerias, em razão das condições climáticas locais e outros fatores que restringem a execução das obras de abertura, recuperação e revestimento de ramais no Estado à metade do ano, a urgência dos contratos sempre passam os exercícios. É importante colocar ainda que o início desse tipo de obras quase sempre é prejudicado pela demora

na liberação das licenças ambientais. Além disso, nesse convênio específico, mais alguns fatores contribuíram para isso, quais sejam: os esforços foram concentrados na execução dos serviços de convênios firmados em anos anteriores e a demora na definição da planilha de ramais prioritários a serem trabalhados em 2010/2011.

Outra parceria formalizada compreendeu uma ação conjunta do INCRA e Governo do Estado no sentido de colaborar com o assentamento das famílias brasileiras que ocupavam a fronteira do território boliviano. O convênio INCRA/DERACRE – Contrato CRT 3.001/10, no valor de R\$ 1.200.000,00 destinou-se à implantação de 16 km de ramais no Projeto de Assentamento Triunfo, onde foram demarcados 100 lotes para as famílias brasileiras residentes na fronteira boliviana (*brasivianas*). Vale salientar que a área demarcada é resultante de lotes retomados dentro do Projeto de Assentamento Triunfo.

Os serviços de abertura foram todos realizados, porém, devido a necessidades de implantação de obras de arte, correntes e especiais (bueiros e pontes) não foram totalmente concluídos os trabalhos de manutenção, o que também prejudicou a conclusão dos serviços de revestimento. Todavia, já foram executados 85% dos serviços contratados, restando somente concluir as obras de arte (bueiros) em alguns pontos tidos como de estrangulamento, sendo as passagens em calhas de cursos d'água intermitentes e depressões naturais que geram os chamados “atoleiros”, bem como reparar esses pontos dos ramais.

Tabela 20 - Implantação de ramais - SICONV/nº 740511/2010, CRT/nº 3.001/2010

Município	Projeto de Assentamento	Previsto em km	Executado em 2010 (km)	Fam. atendidas
Plácido de Castro	PA Triunfo	16	16	100
T o t a l		16	16	100

Serviços efetivamente executados até 2010 (km)	16
% dos serviços concluídos/executados	85%
Total de famílias beneficiadas	100

Fonte: SR(14)D-1

A programação operacional e orçamentária de 2011, referente ao orçamento da Ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, estabeleceu a meta física de beneficiar 2.304 famílias, disponibilizando para tal o montante de R\$ 5.020.020,00 (Cadernos de Metas 2011).

Objetivando atender as recomendações da Controladoria Geral da União, antes da formalização da parceria envolvendo o orçamento do ano calendário de 2011, o INCRA juntamente com o Governo do Estado/DERACRE e Comissões Municipais, formadas por representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios, FETACRE, presidentes de associações de moradores dos projetos de assentamento, definiram os ramais prioritários que serão contemplados com serviços de implantação, melhoramento e recuperação com revestimento primário.

A partir das prioridades definidas, em função das demandas apontadas e os recursos disponíveis para a execução, em 04/07/2011 foi formalizado novo convênio com o Governo do Estado/DERACRE para execução de 1.783 km de implantação e melhoramento de ramais, bem como 11,15 km de recuperação com revestimento primário, por meio do Convênio CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011.

Os recursos investidos são da ordem de R\$ 11.111.112,00, sendo do INCRA o valor de R\$ R\$ 10.000.000,00 e do Governo do Estado do Acre/DERACRE a importância de R\$ 1.111.112,00, como contrapartida.

Segue tabela que demonstra a execução, por assentamento, do Convênio INCRA/DERACRE CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011.

Tabela 21 - Conservação e recuperação de ramais - CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011.

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Extensão executada em 2011 (km)	Famílias Atendida em 2011
Brasileia	PAE Santa Quitéria	100,0	44,2	221
	PA Pão de Açúcar	43,0	13,5	68
	PA Princesa	10,0	0,0	0
	PA Fortaleza	10,0	0,0	0
	PDS Porto Carlos	42,0	0,0	0
	PA Três Meninas	18,0	0,0	0
Subtotal		223,0	57,7	289
Epitaciolândia	PAE Chico Mendes	28,0	0,0	0
	PAE Porto Rico	41,0	0,0	0
	PAE Equador	30,0	0,0	0
	PDS Recanto do Equador	25,0	0,0	0
Subtotal		124,0	0,0	0
Assis Brasil	PA Paraguaçu	22,0	0,0	0
Subtotal		22,0	0,0	0
Xapuri	PA Tupá	65,0	15,0	75
	PDS Floresta	52,0	0,0	0
	Linhas Principais de Acesso	8,0	0,0	0
	PE Polo Agrof. Xapuri I	12,0	0,0	0
	PE Polo Agrof. Xapuri I	6,0	0,0	0
Subtotal		143,0	15,0	75
Subtotal Geral (Regional Alto Acre)		512,0	72,7	364
Senador Guimard	PA Nova Baixa Verde	22,0	0,0	0
	PDS Bonal	30,0	0,0	0
	PDS Polo Pirã-de-Rã	20,0	0,0	0
Subtotal		72,0	0,0	0
Capixaba	PAE São Luiz do Remanso	13,0	0,0	0
	PA Zaqueu Machado	13,0	0,0	0
Subtotal		26,0	0,0	00
Acrelândia	PA Orion	3,0	0,0	0
	PA Califórnia	30,0	0,0	0
	PDS Porto Luiz	30,0	0,0	0
	PAE Porto Dias	22,0	0,0	0

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Extensão executada em 2011 (km)	Famílias Atendida em 2011
Subtotal		85,0	0,0	0
Bujari	PA Antônio Holanda/Bujari	15,0	0,0	0
	PAE Limoeiro	15,0	0,0	0
Subtotal		30,0	0,0	0
Rio Branco	PA Moreno Maia	43,0	2,7	14
	PA Barro Alto	32,0	0,0	0
	PA Itamaraty I	9,0	0,0	0
	PA Benfica	7,0	0,0	0
Subtotal		91,0	2,7	14
Porto Acre	PA Tocantins*	141,0	108,7	544
	PA Caquetá	45,5	27,6	138
	PA Porto Acre	20,0	0,0	0
	PDS Nova Esperança	18,2	0,0	0
Subtotal		224,7	136,3	682
Subtotal Geral (Regional Baixo Acre)		528,7	139,0	695
Mâncio Lima	Linha de acesso ao Polo Agroflorestal de Mâncio Lima	6,0	0,0	0
Subtotal		6,0	0,0	0
Rodrigues Alves	PA Paraná dos Mouras	120,5	22,1	111
	PA João Ademir	28,0	0,0	0
	PA 13 De Maio	22,0	0,0	0
	PA Arco Iris	13,0	0,0	0
	PA Alberto Santiago	23,0	0,0	0
	Polo Santa Rosa	9,0	0,0	0
	PA Pavão	15,0	0,0	0
	PE Polo Agrof. Rodrigues Alves	15,0	0,0	0
	PA Paraná	16,0	0,0	0
	PAF Havaí	10,0	0,0	0
Subtotal		271,5	22,1	111
Cruzeiro do Sul	PA Pedro Firmino	5,0	5,0	25
	PA Narciso Assunção	5,0	5,0	25
	PDS Jamil Jereissati	12,0	12,0	60
	PA Miritizal	10,0	0,0	0
Subtotal		32,0	22,0	110
Marechal Thaumaturgo	PA Amônia	28,0	0,0	0
Subtotal		28,0	0,0	0
Subtotal Geral (Regional Juruá)		337,5	44,1	221
Sena Madureira	PA Uirapurú	24,0	0,0	0
	PDS Geraldo Fernandes	40,0	0,0	0
	PDS Ivo Neves	31,5	0,0	0

Município	Projeto de Assentamento	Extensão Prevista (km)	Extensão executada em 2011 (km)	Famílias Atendida em 2011
	PA Joaquim de Matos	31,4	0,0	0
	PA Lídia Craveiro	10,0	0,0	0
	PAD Boa Esperança	77,5	0,0	0
Subtotal		214,4	0,0	0
Manoel Urbano	PA Liberdade	12,0	12,0	60
	PA Castelo	6,6	3,0	15
Subtotal		18,6	15,0	75
Subtotal Geral (Regional Purus)		233,0	15,0	75
Feijó	PA Berlim Recreio	55,5	25,0	125
	PA Amena	8,8	0,0	0
	PA Envira	8,0	0,0	0
Subtotal		72,3	25,0	125
Tarauacá	Linhas de ligação e PA Tarauacá	43,0	31,7	159
	PA Tarauacá	39,5	27,2	136
	PA Novo Destino	17,0	0,0	0
Subtotal		99,5	58,9	295
Subtotal Geral (Regional Tarauacá-Envira)		171,8	83,9	420
Total Geral		1783,0	354,7	1.774

Previsto para melhoramento (KM)	Executada em 2011 (KM)	Famílias atendidas em 2011
1.783	354,7	1.774

Fonte: SR.14/D-1

* Além das famílias beneficiárias do assentamento em questão, devido a necessidade de melhoramento do ramal de acesso ao Projeto, outras que residem no PAD Humaitá foram computadas como beneficiadas na ação.

Tabela 22 - Revestimento primário com piçarramento de ramais - CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011.

Município	Projeto de Assentamento	Previsto em Km	Executado em 2011 (km)	Fam. atendidas
Rio Branco	PA Moreno Maia	11,15	0	0
T o t a l		11,15	0	0

Serviços melhoramento de ramais executados em 2011 (km)	354,7
% dos serviços de melhoramento concluídos/executados	19,9%
Total de famílias beneficiadas em 2011	1.774

Fonte: SR(14)D1.

Pode-se observar na tabela que somente 19,9% dos serviços contratados foram recebidos. Igualmente nas parcerias de anos anteriores, a baixa eficiência na execução foi por

fatores como esforços concentrados na execução dos serviços de convênios vigentes, demora na definição da planilha de ramais prioritários a serem trabalhados no ano calendário e restrições vividas pela Administração Pública Federal em 2011.

Os trabalhos correspondentes ao restante dos serviços contratados serão executados no decorrer do ano de 2012, com fulcro em termo aditivo vigente até 31/12/2012. Com as obras recebidas em 2011, referentes a execução desse convênio, foram atendidas 1.774 famílias em vários Projetos de Assentamento do Estado.

É importante colocar que Brasileia, Eptaciolândia, Xapuri, Porto Acre e Rodrigues Alves tratam-se de municípios que possuem patrulhas mecanizadas, objetos de parcerias anteriores. Como possuem planos de trabalho específicos conforme demandas apontadas, os serviços previstos estão sendo realizados por meio de Termos de Cooperação entre o INCRA, Governo do Estado/DERACRE e Prefeituras. As parcerias se delinearam com base em cláusula própria prevista no termo de convênio, onde o Governo do Estado repassaria o combustível necessário às Prefeituras Municipais, visando o cumprimento do plano específico, conforme exposto na tabela anterior. Vale salientar que as informações do termo citado encontra-se detalhadas no Processo Administrativo/INCRA/Nº 54260.000282/2011-74, Convênio CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011.

Frente às questões de implementação da infraestrutura das vias de acesso aos Projetos de Assentamento, os trabalhos desenvolvidos nos últimos anos têm mostrado que os elevados custos que envolvem a implantação, a recuperação e manutenção de ramais no acre, nos moldes tradicionais utilizados pelo INCRA, são fatores que limitam a participação do Estado e dos municípios, que não dispõem de recursos financeiros e equipamentos para tal. Além do mais, o regime de chuvas intensas adicionado ao tipo de solos da geografia local, todos os anos dificultam a trafegabilidade e o escoamento da produção da Zona Rural até os centros consumidores do Estado, o que torna os investimentos da Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, essenciais para o desenvolvimento dos Assentamentos.

Sabe-se que a questão continua sendo um dos principais motivos que geram cobranças da população assentada, principalmente naqueles municípios que concentram muitos projetos de reforma agrária. Assim, a proposta da superintendência é continuar aparelhando algumas Prefeituras com patrulhas mecanizadas que garante as condições para que o governo Municipal planeje com segurança e atue de forma efetiva e rápida na recuperação e manutenção dos ramais existentes nos projetos de assentamento, assegurando, aos assentados o escoamento da produção, a assistência técnica e o acesso aos demais serviços públicos indispensáveis ao desenvolvimento sustentável das famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária no Estado do Acre.

Com o mesmo objetivo que foram adquiridas as patrulhas mecanizadas dos Município de Brasileia, Eptaciolândia, Xapuri, Porto Acre e Rodrigues Alves, no ano calendário de 2011 foi adquirida outra patrulha para implementação de infraestrutura básica nos assentamentos, no valor de R\$ 4.008.000,00, que será entregue em 2012, por meio de termo de cessão de uso e plano de trabalho, a um dos municípios que possui demanda considerável e que ainda não foi contemplado com o benefício.

Conforme Plano de Ação da Superintendência Regional, com fulcro ainda no Plano Emergencial para Assentamento de Famílias Brasileiras Vulneráveis Residentes na Faixa de Fronteira da Bolívia, no ano de 2011 foram assentadas 20 delas no PDS Porto Carlos. Para tanto, foi efetivada uma implementação do plano de trabalho da Patrulha Mecanizada cedida à Prefeitura de Brasileia (Processo Administrativo/INCRA/ Nº 54260.000914/2010-19), no sentido da mesma

atuar na abertura de aproximadamente 18,0 km de ramais e caminhos de serviços do referido PDS, especificamente na porção onde foram demarcados lotes para recepção das famílias em comento. O aditivo foi formalizado por meio da manifestação de concordância da Prefeitura, que se predispôs a executar as obras com a contrapartida do INCRA referente ao combustível necessário.

Foram repassados à Prefeitura Municipal de Brasileia cerca de 20.000 litros de óleo diesel adquiridos pela Superintendência no montante de R\$ 48.303,14, especificamente para atendimento do Plano Emergencial relacionado ao assentamento das famílias em situação vulnerável no país vizinho. O resultado das obras foi a abertura de aproximadamente 12,0 km de caminhos de serviços que viabilizou a aplicação dos crédito instalação, com a construção de vinte (20) moradias, para recepção das famílias no prazo estabelecido no planejamento específico. Vale salientar que os trabalhos foram interrompidos em 2011 devido a severa estação chuvosa, mas serão retomados no decorrer de 2012 quando as condições climáticas forem favoráveis a execução e finalização das obras, visto que se trata de acordo internacional dos Governos do Brasil e da Bolívia que deverá seguir o cronograma previsto em plano específico.

Em relação à execução física, foram atendidas 1.774 famílias, que correspondem a aproximadamente a 77,0 % da meta iniciada e realizada no exercício. O número é resultado daquelas famílias beneficiadas com a execução de 354,7 km do convênio CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011. Da mesma forma, é evidente que as obras dos contratos iniciados em anos anteriores e finalizados no ano calendário de 2011 trazem benefícios aos assentados, com isto, conforme definição da Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação da Gestão do INCRA, as famílias atendidas foram consideradas na execução física de 2011.

As obras iniciadas em exercícios anteriores e recebidas em 2011, beneficiaram outras 6.727 famílias em diversos projetos de assentamento do Estado, como bem visto nas tabelas referentes aos convênios CRT/AC/12.000/2008 (SICONV/Nº 702807/2008), CRT/AC/1.000/2009 (SICONV/Nº 703441/2009), CRT/AC/3.000/2010 (SICONV/Nº 732122/2010), CRT/AC/3.001/2010 (SICONV/Nº 740511/2010).

Assim, tem-se como meta física total de 8.501 famílias beneficiadas com a ação, o que corresponde 369 % da meta pactuada.

Um aspecto importante que merece destaque é o fato de todos os anos anteriores, os trabalhos de execução dessa ação ultrapassam o exercício em curso. Dentre as principais, podem ser citadas: condições climáticas, que encurtam o período de trabalho de 12 para 6 meses; demora no processo de licenciamento ambiental; descontingenciamento de recurso em época inapropriada; demora no cumprimento das etapas para efetivação dos convênios; e demanda maior que a capacidade operacional do Estado/Municípios.

Quanto à execução orçamentário-financeira da ação, observa-se que da provisão planejada na Programação Operacional foi de 5.020.020,00. Contudo, devido ao planejamento da Superintendência Regional e o aumento da demanda vinda dos movimentos sociais, principalmente das famílias assentadas, ocorreu implementação orçamentária que refletiu numa provisão recebida de R\$ 14.056.303,14. Dessa provisão recebida, R\$ 10.000.000,00 foram empenhados para execução do convênio INCRA/DERACRE (CRT/AC/Nº 12.000/2011 - SICONV/Nº 755824/2011), R\$ 4.008.000,00 para aquisição da patrulha mecanizada para um município do Acre, e os outros R\$ 48.303,14 para compra de combustível que foram repassados à Prefeitura Municipal de Brasileia para abertura de aproximadamente 20,0 km caminhos de serviços no PDS Porto Carlos para assentamento de 20 famílias de brasileiras vulneráveis vindas da faixa de fronteira da Bolívia.

Do total aplicado, o empenho efetivamente liquidado representa os investimentos na ordem de R\$ 5.000.000,00 repassados a conveniente referente a execução do contrato CRT/AC/Nº 12.000/2011, bem como ao pagamento de R\$ 48.303,14 para compra de combustível que foram repassados à Prefeitura Municipal de Brasileia.

2.5.2.2. Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida	2.155	119	1.255	1.374	64	781

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de metas 2011/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.185.337	1.022.000,90	990.179,46	96,88	159.916,96	15,67	159.916,96	15,67

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
4.260.300,64	605.680,10	2.688.017,23	966.603,31

Fonte: SIAFI

A presente ação tem por finalidade prover os projetos de assentamento de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentado. Além de identificar o perímetro e/ou parcelas (lotes) existentes, os trabalhos de demarcação topográfica são realizados no intuito de adequar os projetos de assentamento à legislação vigente, especialmente à Lei nº 10.267/2001.

Dentro do contexto da Superintendência Regional do Acre, os serviços de demarcação topográfica exerce, reconhecidamente, muita importância no ordenamento fundiário dos Projetos de assentamento, visto que existem casos de conflitos envolvendo parceleiros. Da mesma forma, é necessário para aplicação de outras ações como: a aplicação de créditos, expedição de Contratos de Concessão de Uso e titulação definitiva das parcelas, além de subsidiar a regularização ambiental do projeto de assentamento.

Em relação aos indicadores ou parâmetros utilizados para mensurar os resultados ou produto obtido pelo desenvolvimento da ação, destaca-se o número de famílias ou unidades familiares atendidas com serviços de demarcação.

Vale lembrar que a maior parte trabalhos da ação são desenvolvidos por Empresas terceirizadas contratadas por meio de licitação, restando para a superintendência somente o acompanhamento e fiscalização das obras realizadas.

Para o desempenho das atividades de fiscalização e acompanhamento, a Divisão de Desenvolvimento conta com a colaboração direta da Divisão de Ordenamento Fundiário, visto que não dispõe de técnicos com habilitação adequada para tal tarefa.

Como consta em relatórios de gestões anteriores, igualmente as obras de infraestrutura, é fato que os serviços dessa ação sempre ultrapassam o exercício em curso, sendo os principais motivos as condições climáticas que encurtam o período de trabalho de 12 para 6 meses. Exemplos claros do arguido são os contratados de 2009 que só foram iniciados a execução no exercício de 2010. As causas se deve ao fato da contratação ocorrer em novembro de 2009, exatamente no início da estação chuvosa da região amazônica, e assim, parte das obras foram executadas no verão de 2010 e finalizadas ainda no corrente ano, como outras que adentraram ainda 2011, como pode ser bem visto no Relatório de Gestão 2010.

Assim, ainda do orçamento de 2009, a execução de alguns contratos se estenderam até 2011 devido a complexidade dos trabalhos que condicionaram aditivos de prazo por problemas na execução. Segue informação dos projetos de assentamento e total de famílias atendidas:

Tabela 23 - Contrato CRT\AC\8.000\09 – referente ao pregão eletrônico N° 03/2009.

Município	Projetos	Serviço em Execução	Extensão realizada (km)	Famílias beneficiadas
Porto Walter	PA Vitória	Medição e demarcação topográfica de perímetro	20	31
	PAE Triunfo/Porongaba		74	202
	PDS Minas		25	85
Total				318

Fonte: SR(14)D.

Os serviços desse contrato também foram concluídos satisfatoriamente no exercícios de 2011 segundo termo de recebimento das obras expedidos pela Comissão Técnica de Fiscalização e Recebimento, nomeada pela Ordem de Serviço/INCRA/SR.14/AC/N° 87/09.

Ainda em relação a contratos de exercícios anteriores, foram recebidos no exercício os serviços referentes ao Contrato CRT/AC/10.000/09.

Tabela 24 - Contrato CRT\AC\10.000\09 – referente ao pregão eletrônico N° 03/2009.

Município	Projeto de Assentamento	Serviço executado	Extensão realizada (km)	Famílias beneficiadas
Manuel Urbano	PAR Aleluia	Medição e demarcação de perímetro	110	141
Rio Branco	PA Vista Alegre		15	35
	PA Boa Água		35	147
Tarauacá	PA Tarauacá		71	283
	PA Novo Destino		35	331
Total				937

Fonte: SR(14)D.

Igualmente ao contrato anterior, os serviços desse contrato também foram concluídos satisfatoriamente no exercício, segundo termo de recebimento das obras expedidos pela Comissão Técnica de Fiscalização e Recebimento instituída pela Ordem de Serviço/INCRA/SR.14/AC/N° 59/10.

Do orçamento de 2010, a Superintendência Regional garantiu recursos no valor de R\$ 3.253.448,00 para demarcação topográfica e georreferenciamento de outros 27 Projetos de Assentamento. Contudo, o pregão eletrônico para execução das obras somente ocorreu no final do ano de 2010 (Aviso de Licitação – PREGÃO N° 17/2010 – D.O.U, de 06/12/2010/Seção 3, pg. 233), ficando a assinatura dos contratos e início da execução das obras para o verão de 2011, quando também iniciaram os trabalhos de acompanhamento e fiscalização das obras.

Segue demonstrativos dos contratos firmados em 2011, referente ao orçamento de 2010:

Tabela 25 - Contrato CRT\AC\1.000\11.

Município	Projeto de Assentamento	Serviço executado	Extensão Contratada (km)	Famílias beneficiadas
Acrelândia	PA Califórnia	Medição e demarcação de perímetro e/ou de parcelas	77,00	96
Bujari	PA Bujari		52,00	106
Porto Acre	PA Bandeirante		80,00	178
	PA Porto Acre		25,00	41
Rio branco	PA Carão		68,00	267
	PA Gel Moreno Maia		89,32	476
	PA Figueira		100,00	354
	PA Baixa Verde		50,00	163
Tarauacá	PA Novo Destino Parte B E C		120,00	331
Total			661	2.012

Fonte: SR(14)D.

Tabela 26 - Contrato CRT\AC\12.000\11.

Município	Projeto de Assentamento	Serviço Executado	Extensão Contratada (km)	Famílias Beneficiadas
Acrelândia	PAE Porto Dias	Medição e demarcação de perímetro e/ou de parcelas	116	95
	PA São João Do Balanceio		69	242
Bujari	PAE Canary		54	27
Porto Acre	PAE Barreiro		65	19
	PA Caquetá		123	584
	PA Humaitá		239	951
	PDS Nova Esperança		31	58
	PA Tocantins		86	482
Total			783	2458

Fonte: SR(14)D.

Tabela 27 - Contrato CRT\AC\13.000\11.

Município	Projeto de Assentamento	Serviço Executado	Extensão Contratada (km)	Famílias Beneficiadas
Feijó	PA Amena	Medição e demarcação de perímetro e/ou de parcelas	24	19
Tarauacá	PDS Sete Lagoas		40	38
Sena Madureira	PA Favo de Mel		69	174
	PA Joaquim de Matos		61	150
	PAE Riozinho		163	82
	PAF Valência		114	100
Total			471	563

Fonte: SR(14)D.

Tabela 28 - Contrato CRT\AC\14.000\11 – referente ao pregão eletrônico N° 17/2010.

Município	Projeto de Assentamento	Serviço executado	Extensão Contratada (km)	Famílias beneficiadas
Cruzeiro do Sul	PA Pedro Firmino	Medição e demarcação de perímetro e/ou de parcelas	40	77
Feijó	PA Envira e 2		91	228
	PA Berlim/Recreio		110	510
M. Thaumaturgo	PA Amônia		120	183
Total			361	998

Fonte: SR(14)D.

Como a provisão orçamentária para o acompanhamento dos trabalhos dessa ação somente foi definida no meado do ano de 2011, a data da assinatura dos contratos CRT/AC/N° 12.000/11, CRT/AC/N° 13.000/11 e CRT/AC/N° 14.000/11 condicionaram o termino e a entrega final dos trabalhos para o início do exercício de 2012.

Além da reconhecida complexidade dos trabalhos realizados, diante da severa estação chuvosa, falta de provisão orçamentária para acompanhamento e recebimento no início do exercício e a necessidade de complementação de algumas obras contratadas, como outras causas, os

prazos de vigência dos contratos foram dilatados, com fulcro em termo aditivos.

Segundo informações das Equipe de Fiscalização e Recebimento (Ordens de Serviço/SR(14)AC/Nº 04 /2011, Nº 058 /2011, Nº 059 /2011, Nº 060/2011, os trabalhos se estenderá até meados do verão amazônico, quando será possível receber 100% dos serviços contratados.

Os trabalhos em questão, quando dos seu recebimento, beneficiaram diretamente cerca de 3.573 famílias assentadas nos diversos projetos supracitados. Além disso, o Georreferenciamento está viabilizando a regularização fundiária e ambiental dos projeto, visto que estão passando pelo processo de certificação, conforme dispões a Lei 10.267/2001.

Dentro das prioridades reconhecidas no plano de ação para 2011, além dos trabalhos de acompanhamento e fiscalização, ocorreram a execução direta pela Superintendência com a demarcação de perímetro e parcelas de assentamentos anteriormente criados. Como exemplo temos a Demarcação do perímetro e de 69 parcelas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Carlos, localizado em Brasileira/AC, especialmente destinadas ao plano de ação emergencial para assentamento de brasileiros residentes na faixa de fronteira boliviana. Além disso, foram realizados trabalhos de definição das vias de acesso e das frentes de 50 lotes no PA Agro-Juruá, objetivando assentamento a destinação da terra às famílias contempladas no Projeto.

O quantitativo de famílias beneficiadas em 2011 é de 1.374, sendo 119 via direta e 1.255 via indireta referente a contratos empenhados em 2009, o que corresponde a cerca de 58% da meta programada para 2011 que foi de 2.155. Essas famílias beneficiadas não foram computadas nos números que perfizeram as metas dos anos passados, como pode ser bem visto em relatórios de gestões anteriores.

Atualmente o demonstrativo da execução física das ações realizadas pela UJ, contemplam como meta realizada aquelas iniciadas em exercícios anteriores mais concluídas no exercício atual, pois, no que pese ser obras de orçamentos anteriores, os recursos financeiros dispendidos para acompanhamento, fiscalização e recebimentos dos serviços foi da programação de 2011.

Assim, a ação beneficiou em 2011, 1.374 famílias, atingindo 64% da meta programada pra o exercício, tendo em vista que a maioria dos serviços contratados adentraram para o exercício de 2012.

Percebe-se no quadro da execução orçamentário-financeira das ações realizadas pela UJ, que o orçamento previsto na programação operacional foi de R\$ 1.185.337,00, porém a provisão recebida foi de R\$ 1.022.000,90 para o desenvolvimento da ação. Em relação ao efetivamente liquidado, devido ao acúmulo de contratos anteriores em finalização, o valor efetivamente liquidado foi de R\$ 159.916,96.

Chama-se a atenção que os recursos referente ao exercício de 2011 foram utilizados nos trabalhos de demarcação dos lotes do PDS Porto Carlos e PA Agro-Juruá, executados diretamente por técnicos da Superintendência, que condicionaram o dispendimento de diárias, combustível, compra de marcos de concreto, contratação de pessoa física (suprimento de fundo) e outros materiais e serviços pertinentes, bem como nos trabalhos de acompanhamento e fiscalização, além da suplementação de valores referente a aditivos para suprir necessidade de complementação de alguns serviços contratados com o orçamento de 2010 (CRT/AC/Nº 1.000/11, CRT/AC/Nº 12.000/11, CRT/AC/Nº 13.000/11 e CRT/AC/Nº 14.000/11).

A exemplo de outas ações, a presente também passou por dificuldades na execução, diante da falta de servidores habilitados as expensas das necessidades da Superintendência, e principalmente a despeito dos Decretos 7.445/11 e 7.446/11, que limitaram a realização os

trabalhos propostos, visto a existência de poucos profissionais da área que atuando na realização dos trabalhos topográficos excederam o quantitativo de 40 diárias/ano.

Diante das limitações, várias estratégias foram utilizadas, quais sejam: Termo de Cooperação com o Governo do Estado, no sentido de disponibilizar técnicos para colaborar com a realização dos trabalhos; Utilização de viaturas da Empresa no deslocamento aos projetos mais próximos, especificamente nas vistorias para verificar a mobilização das mesmas nos Projetos objeto dos contratos; Redução de custos com deslocamento e diárias, incluindo nos contratos previsão de deslocamento aos projetos somente para verificação da mobilização, fiscalização para recebimento de 50% da obras e ao final quando 100% estivesse concluído.

2.5.2.3. Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d)=(b+c)		
21.631.0137.4320	A	3	Família beneficiada	18	0	208	208	1.155,6	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
36.615	42.781,30	42.659,97	99,71	42.659,97	99,71	42.659,97	99,71

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.065.732,32	114.624,79	702.300,35	248.807,18

Fonte: SIAFI.

A Ação tem finalidade de viabilizar o incremento de renda dos projetos de assentamentos rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Dentro da proposta do Programa de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, a Ação de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol é tida com uma das mais importantes, pois é capaz de viabilizar o incremento de renda dos Projetos de Assentamento com estímulo à produção. Esses incentivos perpassam a implantação ou recuperação de desprendimentos produtivos e de projetos valorização da capacidade dos assentados na gestão de negócios, realização de capacitação de estudos mercadológicos e parcerias visando viabilizar e estruturar os sistemas de produção nos Projetos de Assentamento.

Em relação aos indicadores ou parâmetros utilizados para mensurar os resultados ou produto obtido pelo desenvolvimento da ação, destaca-se o número de famílias ou unidades familiares atendidas com os investimentos.

Para o desempenho das atividades, a Divisão de Desenvolvimento conta com equipe de servidores que também atuam no Serviço de ATES no acompanhamento, fiscalização dos serviços assistência técnica social e ambiental as famílias no âmbito da Superintendência.

Igualmente a outras ações, devido ao montante de trabalho, capacidade operacional e outros entraves que ocorrem em planejamentos dessa natureza, a Ação Terra Sol conta com várias atividades iniciadas em gestões anteriores, como: implantação e estruturação de casas “modelo” de produção de farinha de mandioca em assentamentos de reforma agrária no Estado do Acre; reforma da Agroindústria de Palmito de Pupunha do PDS Bonal; e implantação do Centro Comercial de Produtos de Reforma Agrária em Bujari. Assim, conforme o planejamento de execução física da Superintendência Regional Acre em 2011, tendo a existência de passivo, em 2011 as atividades da ação centralizou atenção somente na finalização das atividades iniciadas em anos anteriores.

O projeto de implantação e Estruturação de Casas “Modelo” de Produção de Farinha de Mandioca em Assentamentos do Acre foi iniciado no ano de 2009. Entretanto, alguns materiais de consumo e serviços somente foram licitados em 2010, em função de restrições orçamentárias no ano de 2009. Além disso, em 2010 ocorreu um aditivo ao projeto com o objetivo de preservar a qualidade da estrutura do empreendimento visando à produção de farinha e outros produtos derivados de melhor qualidade, com isto agregar maior valor de mercado aos produtos da reforma agrária. O aditivo executado compreendeu o cercamento das casas de farinha com cerca de madeira, bem como para implantar mesas e prensas para o processamento da mandioca.

Como bem posto no Relatório de Prestação de Contas de 2010, outro fator que atrasou a finalização e o recebimento das obras foi o longo e severo período chuvoso que ocorreram no Estado do Acre nos últimos anos, que impossibilitou o transporte de alguns materiais e equipamentos para os projetos de assentamentos selecionados para receberem os empreendimentos, principalmente os localizados na Regional de Tarauacá, devido a péssima ou nenhuma condição de trafegabilidade até o local de construção na época invernal. Contudo, com bem previsto no relatório de gestão do exercício anterior, conforme equipe de fiscalização de recebimento todas as obras foram devidamente recebidas, o que beneficiou diretamente 575 famílias em 21 diferentes projetos de assentamento do Estado.

Para melhor ilustrar no quadro seguem os assentamentos e quantitativo de famílias pelo projeto.

Tabela 29 - Projetos de Assentamento e famílias beneficiadas com casas de farinha.

Município	Assentamento beneficiado	Nº de família beneficiada
Brasileia	PAE Santa Quitéria	25
	PE Polo Agroflorestal de Brasileia	25
Bujari	PA Espinhara II	25
Cruzeiro do Sul	PDS Jamil Jereissati	25
	PA Pedro Firmino	25
	PA Narciso Assunção	25
Epitaciolândia	PAE Porto Rico	25
Feijó	PA Berlim Recreio	25
Mâncio Lima	PA São Domingos	50
Manuel Urbano	PA Liberdade	25
Porto Acre	PA Tocantins	25
	PA Caquetá	25
Rodrigues Alves	PA Treze de Maio	25
	PA Arco-Íris	50
	PA Alberto Santiago	25
Sena Madureira	PDS Geraldo Fernandes	25
Senador Guimard	PDS Bonal	25
Tarauacá	PA Tarauacá	25
	PE Polo Agroflorestal Tarauacá	25
Xapuri	PDS Polo Recanto do Equador	25
	PA Tupá	25
T o t a l		575

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Setor de ATES.

Em relação ao projeto de reforma da Agroindústria de Palmito de Pupunha do PDS Bonal, é sabido que o palmito de pupunha era beneficiado em uma agroindústria construída pelos antigos proprietários do imóvel. O palmito beneficiado no Projeto de Assentamento é um dos mais apreciados do Estado, diante disso, existia uma preocupação enorme dos beneficiários do projeto, porque a unidade beneficiadora era bastante antiga e encontrava-se em estado avançado de deterioração, com suas estruturas em precárias condições físicas de funcionamento, inclusive em discordância da legislação vigente. A situação já tinha gerado até notificação da vigilância sanitária.

Assim, com o objetivo de atenuar a situação, foi proposto a execução um projeto que de reforma que viabilizou as condições mínimas necessárias de infraestrutura para o processamento do palmito de pupunha produzida no assentamento.

A obra foi licitada em dezembro de 2010, tendo como objetivo reformar a agroindústria de beneficiamento de palmito no PDS Bonal, com vistas a aumentar a capacidade de produção e melhorar a qualidade do produto para atender maior demanda dos consumidores e agregar maior valor aos assentados, bem como auxiliar no processo de desenvolvimento social, político, ecológico, econômico e cultural dos beneficiários da reforma agrária naquela região.

O projeto também faz consonância com outro desenvolvido no assentamento, referente a Ação de Manejo de Recursos Naturais, que é a restauração ambiental de 250 hectares com mudas de pupunha com o objetivo de recuperar a área degradada com incêndios florestais, como também aumentar a escala de produção de palmito do projeto.

Conforme informações da equipe de fiscalização e recebimento, as obras foram finalizadas e recebidas no exercício de 2011, beneficiando diretamente 208 famílias assentadas no PDS Bonal, que tem do palmito de pupunha uma de suas principais atividade produtiva e fonte de renda.

Dentro da perspectiva de execução para a referida ação colocada pela Programação Operacional (PO 2011) do INCRA, a Superintendência Regional tinha como meta física beneficiar 18 famílias, sendo a provisão recebida para tal execução o montante financeiro de R\$ 42.781,30. desse montante, 99,7 % da provisão recebida, R\$ 42.659,97, foram efetivamente liquidados com pagamento de diárias para acompanhamento, fiscalização e recebimento das obras, bem como para cobrir custos com deslocamento e outros relacionadas a execução das atividades propostas nos projetos.

Percebe-se que o quantitativo de famílias beneficiadas com a ação é de 783. Porém, as 575 famílias beneficiadas com as casas de farinha em 21 diferentes projetos, foram contabilizadas nas metas do ano anterior. Mesmo assim, com a finalização e recebimento da reforma da fábrica de palmito do PDS Bonal, somente foram computadas como a atendidas em 2011 as 208 atualmente assentadas no referido PDS, o que corresponde a 1.155,6 % da meta prevista inicialmente.

Os resultados obtidos nas atividades desenvolvidas dentro da ação geram impactos extremamente positivos juntos as comunidades dos assentamentos. Esses impactos já são evidentes nos assentamentos atendidos pelos projetos, como exemplo a produção de “macaxeira” (mandioca) naqueles onde foram construídas as casas de farinha, pois, os produtores envolvidos cumpriram o compromisso de produzir matéria-prima para a manutenção das fábricas. Contudo, espera-se profissionalizar os produtores do ponto de vista de gestão produtiva, e assim, consolidar a produção da farinha e outros produtos derivados com qualidade comprovada pelos consumidores, como por exemplo a farinha de Cruzeiro do Sul/AC.

Como não houve propostas de novos projetos no corrente ano, a única dificuldade enfrentada no desenvolvimento da ação foi a demora da liberação orçamentária para fiscalização e recebimento das obras.

2.5.2.4. Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.4358	A	3	Documento expedido	439	1.260	0	1.260	287	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
61.502	62.540,75	55.392,28	88,41	41.992,28	67,14	41.992,28	67,147

Fonte: Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
16.446,78	265,45	11.221,33	4.960

Fonte: SIAFI.

A Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento é tida como resultado final das demais ações do Programa, uma vez que o INCRA transfere o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de parcelas em áreas de Assentamento para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. O resultado ou indicador indicador final da ação é o número de Títulos Definitivos-TD, Contratos de Cessão de Uso-CCU e Contratos de Concessão de Direito Real de Uso-CCDRU expedidos pela Unidade Gestora.

Os trabalhos desta ação são desempenhados pelo Serviço de Titulação, assessorados por técnicos lotados nas Unidades Avançadas e na Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. Como em anos anteriores, a ação em 2011 contou também com a colaboração

determinante da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária na preparação das peças técnicas (mapas e memoriais) e cadastro dos lotes titulados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.

A ação também abrange a retomada das parcelas ocupadas irregularmente em projetos de reforma agrária, como estabelece a Instrução Normativa/INCRA/nº 47/08.

A meta estabelecida para a ação foi de 439 documentos expedidos, entre Títulos Definitivos - TD, Contratos de Cessão de Uso - CCU e Contratos de Concessão de Direito Real de Uso - C CDRU. Para tal, conforme provisão planejada na Programação Operacional de 2011, foram disponibilizados R\$ 61.502,00 para obtenção das metas.

Em relação à execução física, foram atendidas 1.260 famílias que receberam a documentação de título ou contrato de concessão de uso de sua parcela, correspondendo a uma meta de 287 % da programada para o exercício. O número corresponde ao somatório de 111 Contratos de Concessão de Uso, 183 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso e 966 Títulos Definitivos, que foram expedidos e publicados em Boletim de Serviço do Incra, conforme tabela a seguir:

Tabela 30 - Contratos de Concessão de Uso e de Concessão de Direito Real de Uso expedidos no exercício.

Município	Projeto	Área (ha)	Fam. Assent.	CCU E CDRU Exp. em 2011
Acrelândia	PAE Porto Dias	24.348,9316	98	2
	PDS Porto Luiz I	9.506,3875	400	1
Subtotal				3
Cruzeiro Do Sul	PDS Jamil Jereissti	42.656,5657	520	100
	PAF Recanto	15.170,0000	57	1
	PA Narciso Assunção	4.306,2059	102	4
Subtotal				105
Manuel Urbano	PA Liberdade	27.393,0000	475	2
Subtotal				2
Plácido De Castro	PA Triunfo	12.349,0920	137	70
Subtotal				70
Porto Walter	PDS Minas	2.900,0000	82	70
Subtotal				70
Rio Branco	PA Barro Alto	6.018,6895	175	6
	PDS Nova Baixa Verde	5.007,2772	209	1
	PA Itamaraty	8.736,1382	178	10
Subtotal				17
Rodrigues Alves	PAF Havaí	34.000,0000	145	5
	PA Alberto Santiago	2.160,0000	48	2
Subtotal				7
S. Guimard	PDS Bonal	10.447,8000	207	14
Subtotal				14
Sena Madureira	PAE Riozinho	3.381,6168	82	1
	PDS Wilson Lopes	15.826,0000	296	5

Subtotal	6
Total	294

Tabela 31 - Títulos Definitivos expedidos no exercício.

Município	Projeto	Área (ha)	Fam. Assent.	Lotes Titul. em 2011
Acrelândia	PAD Pedro Peixoto	296.243,9	4.727	59
	PA Stº. Antônio Do Peixoto	15.142,6	212	2
	PA Cumaru	5.970,4	81	3
	PA Orion	16.329,0	321	1
	PA São João Do Balanceio	17.797,4	244	9
Subtotal				74
Brasileia	PA Pão De Açúcar	6.279,4	118	2
Subtotal				2
Bujari	PA Espinhara	1.700,0	29	1
	PA Espinhara II	5.985,6	167	70
Subtotal				71
Capixaba	PA São Gabriel	10.170,2	162	8
Subtotal				8
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	57.219,7	881	97
	PA Pedro Firmino	6.405,4	80	1
Subtotal				98
Feijó	PA Envira	5.762,3	239	19
	PA Berlim Recreio	24.415,2	412	104
Subtotal				123
Manuel Urbano	PA Nazaré	8.006,7	29	25
Subtotal				25
Porto Acre	PAD Humaitá	61.179,0	951	2
	PA Caquetá	17.631,9	611	168
Subtotal				170
Plácido de Castro	PA Triunfo	12.349,1	373	65
Subtotal				65
Rio Branco	PA Carão	11.161,3	270	7
	PA Figueira	25.567,4	354	14
	PA Benfca	6.827,0	496	34
	PA Gal. Moreno Maia	20.684,8	500	71
	PA Baixa Verde	4.807,9	167	46
	PA Boa Água	4.122,8	151	11
Subtotal				183
Rodrigues Alves	PA Nova Cintra	1.438,7	59	4
Subtotal				4

S. Guiomard	PA Limeira	1.783,6	180	7
Subtotal				7
Sena Madureira	PAD Boa Esperança	80.150,9	1.076	38
	PA Joaquim De Matos	5.239,7	144	85
	PA Favo De Mel	9.796,3	180	10
Subtotal				133
	PA Tarauacá	13.093,3	294	3
Subtotal				3
Total				966

Fonte: SR.14/D

Quanto à execução orçamentário-financeira da ação, observa-se que da provisão planejada na Programação Operacional foi de R\$ 61.502,00 sendo a provisão recebida de R\$ 62.540,75, e dessa provisão recebida, R\$ 41.992,28 foram efetivamente liquidados.

Ação superou significativamente as metas estabelecidas na programação operacional. Justifica-se o fato pela existência de mais 600 processos de titulação instruídos, conforme a Instrução Normativa nº 30 de 24/02/2006, ainda em 2010, mais que tiveram a publicação no boletim de serviço somente em janeiro de 2012, não sendo contabilizados nas metas físicas de 2010, como se pode perceber no Relatório de Gestão daquele exercício.

Instrução Normativa nº 47/2008

A exemplo de 2010, no exercício de 2011 foi verificada a situação ocupacional em centenas de lotes de vários projetos onde existia evidências de ocupação irregular, conforme apontamento dos técnicos contratados para prestarem assistência técnica, social e ambiental – ATEs.

O levantamento foi realizado com o objetivo de promover a atualização dos dados dos Projetos de Assentamento e dos respectivos beneficiários no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, além de identificar e caracterizar as situações irregulares relativas à destinação das áreas de reforma agrária, especificamente aquelas inerentes às parcelas ocupadas à revelia do INCRA, bem como promover a retomada ou destinação das parcelas mediante o assentamento de famílias pretendente deste benefício.

Devido a limitação orçamentária destinada a ação de titulação, somente alguns projetos foram levantados totalmente, sendo aqueles apontados pela Ates onde o índice de abandono e/ou irregularidade de ocupação dos lotes foi relevante. Da mesma forma foram levantados lotes ocupados irregularmente em outros projetos de assentamento, especificamente naqueles que eram objetos de denúncias das associações ou de outras fontes.

Segue tabela que demonstra os projetos trabalhados pela comissão de vistoria no exercício de 2011:

Tabela 32 - Levantamento da Situação Ocupacional de Lotes.

Municípios	Assentamentos	Nº de Lotes Levantados
Acrelândia	PAD Pedro Peixoto	05
	PA Orion	01
	PA São João do Balanceio	01
	PA Califórnia	02
	PDS Porto Luiz I*	312
Brasileia	PA Pão de Açúcar	05
	PA Três Meninas	05
Bujari	Espinhara I	07
	Espinhara II	01
	PAE Limoeiro*	17
	PA Uirapuru	04
Capixaba	PA Alcobrás	20
	PA Zaqueu Machado	31
Manoel Urbano	PA Nazaré	06
	PA Liberdade	03
	PA Castelo	01
Marechal Thaumaturgo	PA Amônia	40
Porto Acre	PA Caquetá *	584
	PA Tocantins	10
	PA Porto Alonso	06
Plácido De Castro	PA Triunfo	10
Rio Branco	PA Moreno Maia	12
	PA Colibri e Vista Alegre	03
	PDS Nova Baixa Verde*	211
Sena Madureira	PDS Ivo Neves	06
	PA Joaquim de Matos	09
	PDS Geraldo Fernandes	08
	PAD Boa Esperança	07
	PA João Batista	01
	PAE Riozinho	01
	PDS Wilson Lopes	11
Total		1.340

* Projetos que passaram por levantamento em todos os lotes.

Fonte: SR(14)D e Comissão de Supervisão - OS/Nº 017/2011.

Igualmente a anos interiores, esta ação tem contribuído de forma significativa nas metas de assentamento de famílias, pois, ao teor da Instrução Normativa nº 47/2008 muitas parcelas passaram por processo de regularização, por se tratar de ocupações ocorridas antes da publicação da instrução por famílias integrantes do público da reforma agrária. Da mesma forma em alguns projetos diferenciados (PAE, PDS), onde a comunidade anuída pelo Plano de Utilização definiram

pelo reconhecimento e inclusão da relação de beneficiários de algumas famílias agregadas e outras que exploram a parcela dentro das regras do projeto.

Os dados podem ser visualizados no quadro que trata dos assentamentos de famílias realizados em projetos criados até 2010, na ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária, dentro do Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.

É importante frisar que as ações foram conciliadas com as vistorias para instrução processual objetivando a titulação definitiva ou atendimento ao disposto na Norma de Execução/INCRA/Nº 93/2010. Além dos trabalhos de vistorias *in loco*, a Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento vem divulgando maciçamente informações sobre a proibição da compra e venda de lotes em Projetos de Assentamento sem anuência do INCRA.

Apesar da reconhecida importância dos trabalhos de moralização e retomada de parcelas ocupadas irregularmente nos projetos de assentamento, o desenvolvimento dos trabalhos enfrentaram diversos problemas em 2011, pois com a falta de servidores imbuídos somente com a atividade, principalmente a falta de Procuradores no INCRA, como outras, não foi possível a realização plena dos trabalhos propostos.

Como todas as ações desempenhadas pelo INCRA e por todos os órgãos da administração pública federal, a demora da aprovação orçamentária e na liberação dos recursos, bem como os cortes vividos também interferiram na execução da ação.

Existem tramitando no âmbito da Superintendência cerca de 250 processos referente a retomada de parcelas nos citados projetos de assentamentos, os quais encontram-se aguardando análise da Comissão de Supervisão que trata a Instrução Normativa nº 47/2008.

O recurso utilizado para o desenvolvimento da ação compreendeu aquela destinado a titulação, concessão e destinação de imóveis rurais em projetos de assentamento, como também da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa 0137.

2.5.2.5. Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade familiar	5	8.238	751	8.989	179.780	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
16.329	1.069.411	1.068.049,90	99,87	279.170,15	26,10	279.170,15	26,10

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
952.289,96	0	589.155,33	363.134,63

Fonte: SIAFI.

As metas da ação 2B06 (Manejo e Recuperação de Recursos Naturais) desta Superintendência foram plenamente cumpridas.

Como podemos observar no quadro de execução física a meta de famílias contempladas era de apenas cinco unidades familiares, ou seja, um valor extremamente baixo e fora

das expectativa de planejamento da Superintendência. Esse fato se justifica pela demora do Governo Federal junto com o INCRA-SEDE equacionar um mais orçamento equitativo para as ações da Reforma Agrária. Assim é que após um trabalho de planejamento, o setor de Serviços de Meio Ambiente definiu as prioridades a serem trabalhadas no exercício de 2011 em razão das necessidades de recuperação de recursos naturais voltadas para atender ao cumprimento das condicionantes ambientais pelo órgão ambiental do Estado do Acre.

1. Por meio de parceria com o governo do Estado do Acre, o INCRA firmou cooperação por meio de execução direta para implantação de projeto participativo de formação de Seringal de Cultivo do programa Floresta Plantada em Assentamento de Reforma Agrária. Nesta parceria a Secretaria de Estado e Assistência a Produção Familiar – SEAPROF, entrou com benefício de mecanização e doação de mudas de seringueira (*Hévea brasilienses*), para os produtores assentados. O INCRA entrou com a aquisição de insumos agrícolas e equipamento com fins de manejo da cultura. Destacamos que esta ação atendeu prioritariamente as famílias oriundas da fronteira Bolívia-Brasil e foram assentadas em área de expansão do Projeto de Assentamento Triunfo, no Município de Plácido de Castro.

2. Visando atender as exigências do Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC, Instituto do Patrimônio Artístico Histórico Nacional – IPHAN, e recomendação do Ministério Público Federal – MPF, o INCRA celebrou um Convenio com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, com vistas ao cumprimento de condicionante ambiental no que se refere a estudos, prospecção e salvamento de sítios arqueológicos considerado como área protegida por regra jurídica. O mesmo objetiva realizar identificação e estudos arqueológicos em 38 (trinta e oito) Projetos de Assentamento beneficiando de forma direta a um total de 7.238 (sete mil duzentas e trinta e oito) famílias (ver Tabela III), razão pela qual esta meta supera de forma significativa em número de família àquelas prevista na média dos exercícios anteriores.

3. Conforme o quadro demonstrativo, a execução física das ações realizadas em exercícios anteriores o INCRA continua a parceria por meio de Convenio com o Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre - IAPEN, com a finalidade de produzir 350 mil mudas de espécies agroflorestais para suprir a demanda dos Centros de Reflorestamento e Divulgação Ambiental. Construídos em 5 Projetos de Assentamento do Vale do Acre, esses centros visam a recomposição de passivo ambiental de áreas de reserva legal e preservação permanente sendo utilizado 1 hectare, por família, num total de 480 famílias produtoras. Reiteramos a informação de que os detentos participantes do projeto serão capacitados e beneficiados pela Lei de Execuções Penais. Já foi iniciado o processo de escolha e treinamento de 28 reeducandos, pelo IAPEN, para o desenvolvimento de atividades previstas no cronograma do Plano de Trabalho.

4. Como ação de estímulo a implantação de projetos de manejo florestal comunitário o INCRA realizou Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado de Floresta – SEF(atualmente integrada a Secretaria de Desenvolvimento Florestal, da Indústria, do Comércio e dos Serviços Sustentáveis – SEDENS) para a análise do diagnóstico de situação, com vistas a anuência do INCRA aos Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário. Para monitoramento da utilização desses recursos naturais o INCRA empreendeu o **Plano Operacional de Prevenção e Combate ao Uso do Fogo** com prioridade para os assentamentos contemplados com o manejo florestal. Tal ação se justifica pelo fato de nos últimos anos ter aumentado a ocorrência de incêndios florestais em áreas de assentamentos. O Setor de Serviço de Meio Ambiente está em fase de instalação de uma **Sala de Situação** informatizada para produzir informações técnicas de provimento mitigatório durante os períodos críticos de estiagem do ano. Na primeira etapa do exercício 2011 foram beneficiadas 181 famílias.

5. Como ação de sensibilização e capacitação dos assentados quanto a importância da conservação e/ou recuperação de áreas alteradas, degradadas e protegidas. O INCRA celebrou Convenio com a Secretaria de Estado e Meio Ambiente – SEMA, visando a formação e capacitação

de assentados por meio de formação de educadores ambientais que residem nos próprios assentamentos de Reforma Agrária do Acre, para adoção de práticas socioambientais e produção sustentável nos assentamentos. A execução dos trabalhos se dará por meio do uso de materiais informativos e didáticos que compõem a chamada “Mochila do Educador Ambiental” bem como cartilhas informativas envolvendo os produtores rurais, jovens e crianças, técnicos de ATES e a produção de uma publicação específica para divulgação e expansão do projeto. A meta prevista é atender 1000 famílias de produtores rurais assentados ao um custo total de R\$ 186.678,00

De modo geral avaliamos como positiva as ações empreendidas pelo Setor de Serviços de Meio Ambiente, no exercício 2011. Este procurou viabilizar as parcerias necessárias de modo a promover uma amplitude nas Ações de manejo e Recuperação de Recursos Naturais. Os resultados foram alcançados, em especial devido a boa participação e integração dos recursos humanos existentes. Valemo-nos das competências disponíveis no Setor e do apoio da Divisão de Obtenção para a concretização das parcerias que resultaram na superação significativa das metas estabelecidas, em consonância com a descentralização orçamentária dos recursos financeiros disponibilizados.

Tabela 33 - Manejo de Recursos Naturais

Projeto	Objeto	Período Implant.	Assentamento	Município	Nº Fam. Atend.
Projeto Participativo de formação de seringueiro de cultivo do programa floresta plantada em assentamento de reforma agrária	Implantação participativa do programa "Floresta Plantada" um sistema de recuperação de área que sofreram alterações ambientais, utilizando a prática de reflorestamento com espécie florestal produtora de látex, seringueira (Hévea brasiliensis). O projeto é realizado em parceria com a SEAPROF(Secretaria de Extensão Agroflorestal e produção Familiar), visando otimizar os recursos e melhorar a eficácia dos resultados.	2011/12	PA Triunfo	P. de Castro	90
Total de famílias beneficiadas no Projeto					90
Governo do Estado do Acre/ Secretaria Estadual de Meio Ambiente	Estudos de arqueologia, prospecção e salvamento de sítios arqueológicos em 38 projetos de assentamentos de Reforma Agrária	2011/12	Alcobrás	Capixaba	431
			PA Baixa Verde	Rio Branco	163
			PA Limeira	S. Guimard	176
			PA Barro Alto	Rio Branco	183
			PA Paraguassu	Assis Brasil	96
			PA Cana-de-açúcar	Brasileia	122
			PA São Gabriel	Capixaba	160
			PA Petrolina	S. Guimard	85
			PA Vitória	Porto Walter	31
			PA Treze de Maio	R. Alves	148
Governo do Estado do Acre/ Secretaria Estadual de Meio Ambiente	Estudos de arqueologia, prospecção e salvamento de sítios arqueológicos em 38 projetos de assentamentos de Reforma Agrária	2011/12	PA Taquari	Tarauacá	136
			PA Cumaru	Acrelândia	81
			PA Espinhara	Bujari	29
			PA Espinhara II	Bujari	165

Projeto	Objeto	Período Implant.	Assentamento	Município	Nº Fam. Atend.
Ambiente			PA Colibri	Rio Branco	48
			PA Caquetá	Porto Acre	584
			PA Boa Água	Rio branco	148
			PA Triunfo	P. de Castro	271
			PA Porto Alonso	Porto Acre	154
			PA Bandeirante	Porto Acre	157
			PA Tupá	Xapuri	140
			PDS Pirã de Rã	S. Guiomard	143
			PDS Porto Carlos	Brasileia	41
			PDS Floresta	Xapuri	119
			PAF Recanto	C. do Sul	69
			PDS Jamil Jereissati	C. do Sul	519
			PDS São Salvador	Mâncio Lima	250
			PDS Porto Luiz	Acrelândia	312
			PDS Nova Baixa Verde	Rio Branco	210
			PDS Bonal	S. Guiomard	202
			PDS Porto Dias	Acrelândia	98
			PAE Barreiro	Porto Acre	18
			PAE Chico Mendes	Epitaciolândia	87
			PAE Remanso	Capixaba	175
			PAE Santa Quitéria	Brasileia	292
			PAE Canary	Bujari	18
			PAD Quixadá	Brasileia	907
PAR Mario Lobão	S. Madureira	270			
Total de famílias beneficiadas no Projeto					7238
Convênio nº 752113/2010, processo nº 54260.000883/2010-04, celebrado entre o INCRA e IAPEN	Produção de 350 mil mudas de essenciais florestais e frutíferas para recomposição do passivo ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente e inclusão sócio ambiental	2010/2011	PA Alcobrás	Capixaba	110
			PAE Porto Rico	Epitaciolândia	80
			PAD Quixadá	Brasileia	120
			PA Paraguassu	Assis Brasil	60
			PA Triunfo	P. de Castro	110
Total de famílias beneficiados no Projeto					480
Manejo de Recursos Naturais	Análise documental e expedição de Anuência para execução de manejo florestal comunitário com benefícios econômicos, sociais e ambientais	2011/2011	PAE Porto Dias	Acrelândia	27
			PAE Santa Quitéria	Brasileia	12
			PAE Remanso	Capixaba	35
			PAE Barreiro	Porto Acre	10
			PAE Canary	Bujari	13
			PAE Chico Mendes	Epitaciolândia	68
			PA Paraná dos Mouras	R. Alves	16
Total de famílias beneficiadas no Projeto					181
		2011/2012	PA Paraguassu	Assis Brasil	70

Projeto	Objeto	Período Implant.	Assentamento	Município	Nº Fam. Atend.
Convênio SEMA(Secretaria de Meio Ambiente/AC) Educação Ambiental	Formação de educadores ambientais(utilização da mochila do educador ambiental) para adoção de práticas socioambientais e produção sustentável em projetos de assentamento de reforma agrária.		PA Pão-de-açucar	Brasileia	70
			PA Três Meninas	Brasileia	50
			PA Fortaleza	Brasileia	30
			PDS Porto Carlos	Brasileia	100
			PA Alcobras	Capixaba	100
			PA Zaqueu Machado	Capixaba	100
			PA Triunfo	P. de Castro	100
			PA Pirã de Rã	S. Guiomard	100
			PA Bandeirantes	Porto Acre	120
			PDS Nova Baixa Verde	Rio Branco	100
			PA Antônio de Holanda	Bujari	60
Total de famílias beneficiadas no Projeto					1000

Fonte: SR.14/T

2.5.2.6. Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semiárido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.0427	A	3	Família atendida	1.142	1.352	0	1.352	118,0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
15.586.615	11.320.400	11.320.400	100	5.456.400	48,20	5.456.400	48,20

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.984.600	11.200	1.729.000	244.400

Fonte: SIAFI.

A Ação de Concessão de Crédito Instalação tem como objetivo geral dar às famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária condições iniciais de subsistência e permanência nos lotes dos projetos de assentamento. A concessão de crédito em suas várias modalidades auxilia as famílias assentadas na construção e recuperação de unidades habitacionais, aquisição de equipamentos, insumos, produtos e serviços diversos como incentivo para início da produção, com recursos proveniente do Governo Federal, visando garantir pelo menos a segurança alimentar dos assentados.

No exercício de 2011, a provisão recebida para o desenvolvimento de tal ação chegou ao montante de R\$ R\$ 11.320.400,00. Dessa cifra foram efetivamente empenhados liquidados o equivalente a R\$ 5.456.400,00.

O orçamento empenhado e liquidado refere-se aquele depositado em contas das associações comunitárias ou grupos de representantes de trabalhadores rurais, destinados a pagamento do Crédito Instalação nas modalidades Apoio Inicial – A.I, Aquisição de Materiais de Construção – A.M.C, Recuperação de Materiais de Construção – R.M.C, Fomento – FOM e Apoio Mulher – A.M. É importante salientar que esses recursos não são aqueles efetivamente aplicados, ou seja, não se trata de casas construídas, reformadas ou crédito já repassado às famílias assentadas.

Segue tabela que demonstra a destinação dos recursos referentes ao orçamento de 2011 do Crédito Instalação, nas diferentes modalidades.

Tabela 34 - Crédito Instalação empenhado e liquidado em 2011.

Município	Projetos de Assentamento	Crédito Instalação/ Modal.	Valores de Créditos Empenhados			Créditos Depositados	
			Nº Fam/ Mod.	Valor Unit. (R\$ 1,00)	Valor Total (R\$ 1,00)	Nº Fam/ Mod.	Valor Total (R\$ 1,00)
Acrelândia	PDS Porto Luis I	A.I	100	3.200,00	320.000,00	0	0,00
		A.M.C	100	15.000,00	1.500.000,00	0	0,00
Subtotal			200	-	1.820.000,00	0	0,00
Assis Brasil	PA Paraguassu	FOM	5	3.200,00	16.000,00	5	16.000,00
Subtotal			5	-	16.000,00	5	16.000,00
Brasileia	PDS Porto Carlos	A.I	100	3.200,00	320.000,00	40	128.000,00
		A.M.C	169	15.000,00	2.535.000,00	40	600.000,00
	PA Pão de Açúcar	R.M.C	24	8.000,00	192.000,00	24	192.000,00
Subtotal			293	-	3.047.000,00	104	920.000,00
Capixaba	PAE Remanso	A.M.C (com.)	3	5.000,00	15.000,00	0	0,00
		R.M.C (com.)	27	3.000,00	81.000,00	0	0,00
	PA Alcobrás	R. M. C. (com.)	1	1.000,00	1.000,00	0	0,00
	PA Zaqueu Machado	A.M.C.	1	15.000,00	15.000,00	1	15.000,00
Subtotal			32	-	112.000,00	1	15.000,00
C. do Sul	PDS Jamil Jereissati	FOM	135	3.200,00	432.000,00	135	432.000,00
Subtotal			135	-	432.000,00	135	432.000,00
Mâncio Lima	PAF Havai	A.I	75	3.200,00	240.000,00	0	0,00
		A.M.C	75	15.000,00	1.125.000,00	0	0,00
Subtotal			150	-	1.365.000,00	0	0,00
Epitaciolândia	PAE Chico Mendes	R.M.C (com.)	29	3.000,00	87.000,00	0	0,00
		R.M.C	11	8.000,00	88.000,00	0	0,00
Subtotal			40	-	175.000,00	0	,00
Feijó	PE Polo Agroflorestal Feijó	A.I	4	3.200,00	12.800,00	4	12.800,00
		A.M.C	4	15.000,00	60.000,00	4	60.000,00
		R.M.C	11	8.000,00	88.000,00	11	88.000,00
Subtotal			19	-	160.800,00	19	160.800,00
Plácido de Castro	PA Triunfo	A.I	9	3.200,00	28.800,00	9	28.800,00
		A.M.C	9	15.000,00	135.000,00	9	135.000,00
		R. M. C. (com.)	1	1.000,00	1.000,00	0	0,00

Município	Projetos de Assentamento	Crédito Instalação/ Modal.	Valores de Créditos Empenhados			Créditos Depositados	
			Nº Fam/ Mod.	Valor Unit. (R\$ 1,00)	Valor Total (R\$ 1,00)	Nº Fam/ Mod.	Valor Total (R\$ 1,00)
Subtotal			19	-	164.800,00	18	163.800,00
Porto Acre	PA Tocantins	R. M. C	29	8.000,00	232.000,00		0,00
		R. M. C (com.)	5	3.000,00	15.000,00	5	15.000,00
	PA Caquetá	R. M. C	2	8.000,00	16.000,00		0,00
	PDS Nova Esperança	A.I	1	3.200,00	3.200,00	1	3.200,00
		A.M.C	15	15.000,00	225.000,00	15	225.000,00
Subtotal			52	-	491.200,00	16	243.200,00
Rio Branco	PE Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro	R. M. C	1	8.000,00	8.000,00	1	8.000,00
	PA Gal Moreno Maia	A.M.C	1	15.000,00	15.000,00	1	15.000,00
		R.M.C	55	8.000,00	440.000,00	55	440.000,00
	PCA Casulo Geraldo Mesquita	R. M. C	2	8.000,00	16.000,00	2	16.000,00
	PCA Casulo Geraldo Fleming	R. M. C	3	8.000,00	24.000,00	1	8.000,00
Subtotal			62	-	503.000,00	60	487.000,00
Senador Guimard	PDS Polo Pirã de Rã	A.I	103	3.200,00	330.000,00	103	330.000,00
		A.M.C	102	15.000,00	1.530.000,00	101	1.515.000,00
Subtotal			205	-	1.860.000,00	204	1.845.000,00
Sena Madureira	PAF Valência	A.I	1	3.200,00	3.200,00	1	3.200,00
		A.M.C	1	15.000,00	15.000,00	1	15.000,00
Subtotal			2	-	18.200,00	2	18.200,00
Xapuri	PCA Polo Agrohortifrutigranjeiro União	A.I	5	3.200,00	16.000,00	5	16.000,00
		A.M.C	8	15.000,00	120.000,00	8	120.000,00
	PA Tupá	A.I	1	3.200,00	3.200,00	1	3.200,00
		A.M.C	3	15.000,00	45.000,00	3	45.000,00
		R. M. C	50	8.000,00	400.000,00	50	400.000,00
	PE Polo Agroflorestal Xapuri II	R. M. C	2	8.000,00	16.000,00	2	16.000,00
	Resex Chico Mendes	R. M. C	50	8.000,00	400.000,00	50	400.000,00
	PCA Casulo Agrohortifrutigranjeiro Sibéria	A.I	11	3.200,00	35.200,00	11	35.200,00
		A.M.C	8	15.000,00	120.000,00	8	120.000,00
Subtotal			138	-	1.155.400,00	138	1.155.400,00
Total			1.352	-	11.320.400,00	702	5.456.400,00

A.I: Apoio Inicial; FOM: Fomento; A.M.C: Aquisição de Materiais de Construção; R.M.C: Recuperação de Materiais de Construção; A.M: Apoio Mulher; (com.): Complementação de valores de crédito.

Desde 2010 a Superintendência Regional, por meio do Serviço de Crédito, vem atuando com maior ênfase na operacionalização dos recursos de Crédito Instalação de orçamentos anteriores que se encontram depositados nas contas das Associações ou Grupos representativos das

famílias assentadas em diversos projetos do Estado. Em que pese a dedicação da equipe envolvida, no ano de 2011, do montante identificado nas cotas, em torno R\$ 40.000.000,00, somente foi possível operacionalizar cerca de R\$ 17.000.000,00 de exercícios anteriores. Igualmente a anos anteriores, A equipe continua enfrentando vários entraves na aplicação e operacionalização do Crédito Instalação, como: falta de demarcação topográfica nos assentamentos, liberação de licença ambiental e emissão dos Contratos de Concessão de Uso.

Além desses, no ano de 2011 o INCRA enfrentou outras dificuldades em relação ao desenvolvimento das ações, haja vista as restrições orçamentárias, bem como demora na aprovação e liberação dos recursos. Apesar da aparente baixa eficiência na operacionalização de crédito de anos anteriores, os trabalhos desenvolvidos foram um avanço que representa um considerável dinamismo no Setor, visto a elevada demanda e a falta de recursos humanos que refletem baixa capacidade operacional da equipe.

Como bem comentado em relatórios anteriores, além dos obstáculos citados, outras situações também contribuíram para o acúmulo dos valores represados nas contas bancárias. Um exemplo clássico é quando se cria um Projeto de Assentamento, pois, uma das primeiras ações é a solicitação dos créditos, objetivando garantir o recurso para os novos assentados. Porém, a implantação desses assentamentos novos ocorre meses ou anos depois, em virtude da complexidade das etapas que sucedem o ato de criação.

O processo torna-se ainda um pouco mais lento quando se trata da modalidade Aquisição de Materiais de Construção, cujo produto final, casas construídas, pode levar meses ou até mesmo anos para conclusão, pois na maioria das vezes trata-se de centenas de habitações em projetos de assentamento distantes dos centros fornecedores e com condições deficientes de acesso.

Além disso, não se pode deixar de levar em consideração as características ambientais da Amazônia, onde só se tem seis meses a cada ano para operacionalizar qualquer ação nos Projetos de Assentamento. Portanto, torna-se quase impossível a completa construção de todas as casas liberadas em tempo considerável, face a peculiaridades das famílias envolvidas e dos assentamentos, cuja a maioria dos lotes são distribuídos de forma dispersiva, o que faz aumentar ou até mesmo inviabilizar o custo de logística das empresas que se habilitam nessa empreitada.

Portanto, como em outras ações, também é fato de todos anos anteriores que a aplicação e operacionalização dos recursos dos Créditos Instalação do orçamento corrente sempre ultrapassam o exercício em curso. Todos esses fatores têm contribuído para a distorção entre os montantes nas contas correntes das associações e os recursos efetivamente aplicados.

A confirmação do arguido continua sendo evidenciada na gestão atual, onde somente 38 famílias foram beneficiadas com recursos do ano nas modalidades diversas do Crédito Instalação, sendo especificamente aquelas vindas da faixa de fronteira da Bolívia e assentadas no PDS Porto Carlos, PA Triunfo e outras do PDS Polo Pirã de Rã, como pode ser bem visto na tabela que segue.

Tabela 35 - Modalidades de Créditos Instalação aplicadas por Projeto de Assentamento.

Município	Projetos de Assentamento	Crédito Instalação / Modalidades				
		A.I.	A.M.C	R.M.C	FOM	A.M.
Acrelândia	PDS Porto Luiz I	0	61	0	0	0
	PA Califórnia	0	9	0	0	0
Subtotal		0	70	0	0	0
Assis Brasil	PA Paraguassu	0	42	0	0	0
Subtotal		0	42	0	0	0
Brasiléia	PAE Santa Oitéria	0	27	0	0	0
	PA Pão de Acucar	0	2	10	0	0
	PE Polo Agroflorestal Brasiléia	0	0	2	0	0
	PA Fortaleza	0	12	0	0	0
	PDS Porto Carlos *	2	8	0	0	0
Subtotal		2	49	12	0	0
Bujari	PA Espinhara II	0	0	9	0	0
	PE Polo Agrof. Dom Moacir	0	0	2	0	0
	PA Antônio de Holanda	0	4	0	0	0
Subtotal		0	4	11	0	0
Capixaba	PA Alcobrás	0	0	20	0	0
	PA Zaqueu Machado	0	0	2	0	0
	Polo Agroflorestal de Capixaba	0	3	0	0	0
Subtotal		0	3	22	0	0
Cruzeiro do Sul	PAD Santa Luzia	0	9	0	0	0
	PA Narciso Assunção	0	6	0	0	0
	PE Polo Agrof. Cruzeiro do Sul	0	0	1	0	0
	PDS Jamil Jereissati	0	7	0	0	0
	PDS Francisco Pimentel	0	42	0	0	0
Subtotal		0	64	1	0	0
Feijó	PA Berlim Recreio	1	0	0	0	0
Subtotal		1	0	0	0	0
Mâncio Lima	PE Polo Agrof. Mâncio Lima	0	0	15	0	0
Subtotal		0	0	15	0	0
Manoel Urbano	PA Liberdade	0	67	0	0	0
Subtotal		0	67	0	0	0
Plácido de Castro	PA Triunfo *	19	1	0	0	0
Subtotal		19	1	0	0	0
Porto Acre	PA Caquetá	0	0	10	0	0
	PA Tocantins	0	0	20	0	0
	PA Porto Alonso	0	0	2	0	0
Subtotal		0	0	32	0	0
Rio Branco	PA Benfica	1	1	0	0	0
	PA Baixa Verde	1	0	0	0	0
	PA Gal. Moreno Maia	0	2	4	0	0
	PE Polo Agrof. Wilson Pinheiro	0	0	1	0	0
	PA Itamaraty	5	27	0	0	0
	PDS Nova Baixa Verde	78	17	0	27	0
	PA Barro Alto	0	32	0	0	0
Subtotal		85	79	5	27	0

Município	Projetos de Assentamento	Crédito Instalação / Modalidades				
		A.I.	A.M.C	R.M.C	FOM	A.M.
Rodrigues Alves	PE Polo Agrof. Rodrigues Alves	0	5	1	0	0
	PA Arco-Iris	0	9	0	0	0
	PA Alberto Santiago	0	4	0	0	0
Subtotal		0	18	1	0	0
Sena Madureira	PA Oriente	0	0	6	0	0
	PAF Providência Capital	0	1	0	0	0
	PAF Valência	1	1	0	0	0
	PA João Batista	0	0	0	13	0
	PDS Geraldo Fernandes	0	0	0	2	0
	Floresta Nacional do Macauã	1	1	0	0	0
Subtotal		2	3	6	15	0
Senador Guimard	PA Petrolina	0	1	0	0	0
	PDS Bonal	10	6	0	0	100
	PDS Polo Pirã-De-Rã *	0	8	0	0	0
Subtotal		10	15	0	0	100
Tarauacá	PA Novo Destino	2	1	0	0	0
	PA Tarauacá	0	3	0	0	0
	PA Taquari	0	3	0	0	0
	Reserva Extrativista Alto Tarauacá	0	4	0	0	0
	Floresta Estadual do Mogno	0	1	0	0	0
	Floresta Estadual Do Rio Gregório	0	2	0	0	0
	Floresta Estadual Do Rio Liberdade	0	1	0	0	0
	PE Polo Agroflorestal Tarauacá	0	6	0	0	0
Subtotal		2	21	0	0	0
Xapuri	PA Tupá	2	14	0	0	0
	PE Polo Agrof. Xapuri I	0	1	3	0	0
	PE Polo Agrof. Xapuri II	0	0	17	0	0
	Reserva Extrativista Chico Mendes	145	276	0	0	0
	PDS Polo Recanto do Equador	1	4	0	0	0
	PDS Floresta	0	0	0	0	0
	PCA Polo Agro-Hortifrutig. União	2	14	0	0	0
	PCA Polo Agro-Hortifrutig. Sibéria	0	16	0	0	0
Subtotal		150	325	20	0	0
Total		271	761	125	42	100
Total de Créditos Aplicados		1.299				

Fonte: SR.14/D

A.I: Apoio Inicial; FOM: Fomento; A.M.C: Aquisição de Materiais de Construção; R.M.C: Recuperação de Materiais de Construção; A.M: Apoio Mulher.

* Projetos que foram beneficiados com Crédito do orçamento de 2011.

Em relação a execução física, com a aplicação do crédito Aquisição Material de Construção, foram construídas 761 casas, e reformadas outras 125 em diferentes Projetos de Assentamento. Também foram aplicados 42 créditos fomento para famílias assentadas nos PDS's Nova Baixa Verde e Geraldo Fernandes, e PA João Batista e mais 100 outros Créditos Apoio Mulher para assentadas no PDS Bonal. É importante lembrar que dos 1.299 Créditos Instalação aplicados (271 A.I + 761 A.M.C + 125 R.M.C + 42 FOM + 100 A.M) em 2011, somente 38 famílias foram contempladas com Crédito Instalação (21 A.I e 17 A.M.C) com recursos do

exercício atual, sendo das demais famílias beneficiadas com aplicações provenientes de exercícios anteriores.

Assim, conforme previsão da PO 2011 de atendimento de 1.142 famílias, atingiu-se 113,75% da meta. O índice evidencia o êxito das estratégias adotadas no Plano de Ação da Superintendência Regional para 2011, que propôs maior aplicabilidade e redução do montante dos depósitos em contas de associações ou grupos.

Em termo gerias, do montante de mais de R\$ 17.000,00 operacionalizados em 2011, cerca de R\$ 13.500.000,00 corresponde ao somatório daqueles 1299 Créditos Instalação (271 A.I + 761 A.M.C + 125 R.M.C + 42 FOM + 100 A.M) que contemplaram famílias no ano calendário. Em relação ao restante aplicado, corresponde a pagamentos parciais realizados referentes ao material de construção entregues à cetenas de famílias, em diferentes projetos de assentamento, que não concluíram a construção de suas residências até a finalização do exercício de 2011. Um exemplo claro do arguido podem ser citados o PDS Polo Pirã-de-Rã, onde 96 famílias concluirão as obras das casas ainda no primeiro semestre de 2012, e o PA Antônio de Holanda que existem outras 60 casas em construção, e somente 4 foram recebidas no exercício de 2011.

2.5.2.7. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100/a$	Meta a ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0137.2272	A	3	-	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
700.000	1.588.018,04	1.581.052,60	99,56	891.510,30	56,14	891.510,30	56,14

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
117.502,55	31.251,22	86.251,33	0

Fonte: SIAFI.

A importância desta ação reside no fato de que ela propicia o acompanhamento de ações finalísticas extremamente relevante para o fortalecimento institucional, quais sejam: pagamento de diárias e passagens, aquisição de combustível, pagamento de pessoa física e jurídica, aquisição de material permanente (equipamentos de informática), acompanhamento e fiscalização da aplicação do crédito instalação, abertura e melhoramento de ramais, visita técnica aos assentamentos, locação de mão de obra e acompanhamento de ações de tecnologia da informação.

2.5.3. Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Valter Barbosa Magalhães

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente, Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrares de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0138

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 0138			Denominação: Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas			
Tipo de Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária						
Objetivos Específicos: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Gerente: Richard Martins Torsiano			Responsável: Valter Barbosa Magalhães			
Público Alvo: Detentores nacionais e/ou estrangeiros de imóveis rurais a qualquer título, serviços registraes de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	2657 – Taxa de Destinação de Terra Pública	31/12/2006	62,000	95,8000	95,80	-

Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a área total de terras públicas destinadas e a área total de terras matriculadas no INCRA.						
Análise do Resultado Alcançado						
A Superintendência Regional do Incra no Acre matriculou em nome da União Federal, sob o nº 555, Livro 2-B, folhas 256, na Serventia Extrajudiciais da Comarca de Mâncio Lima, 4.702,7722 hectares parte do imóvel Seringal Santa Cruz, onde foi criado o PA Tonico Sena, para assentar 95 famílias beneficiárias do PNRA.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		
2	2383 – Taxa de Ocupação Territorial Aparente	31/12/2006	65,000	68,500	68,50	-
Fórmula do Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a área total cadastrada dos imóveis rurais no SNCR e a superfície total do território brasileiro.						
Análise do Resultado Alcançado						
A Superintendência Regional do Incra no Acre possui 26.499 imóveis cadastrados na base de dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR, destes 5.395 foram cadastrados em 2011.						

Principais Ações do Programa

2.5.3.1. Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel Gerenciado	1.273	2.151	0	2.151	169	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
11.457	31.965	31.085,32	97,24	29.238,99	91	29.238,99	91

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
6.969	0	6.969	0

Fonte: SIAFI.

As ações de gerenciamento e a fiscalização do cadastro rural estão voltadas para atender as atividades e demandas institucionais elencadas no Plano Nacional de Reforma Agrária, conforme dispõe a tabela abaixo:

Tabela 36 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.

AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2010	Números
Abertura de processos de certificação de imóveis para fins de registro imobiliário, implantação de plano manejo de florestal, financiamento etc, no ano de 2011	59
Total de imóveis certificados em 2011	32
Total de processos de certificação abertos e efetivamente certificados em 2011	08
Acompanhamento e controle de aquisição de terras por estrangeiros	0*
Abertura de processo de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e/ou descaracterização de imóvel rural;	07
Atualização cadastral buscando a aferição da classificação dos imóveis rurais e o cumprimento da função social, visando subsidiar a obtenção de terras para o programa de reforma agrária	2.151
Informações sobre detentores de imóveis rurais para ações de execução fiscal, promovida pela Advocacia Geral da União - AGU, Procuradoria do Estado e Procuradoria Federal.	323
Inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR	7.546
Preenchimento de formulários Declaração do Proprietário - DP ex-ofício, cálculo de Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência de Exploração - GEE e a respectiva disponibilização de espelho de DP de imóveis rurais a serem adquiridos e/ou desapropriados pela Superintendência.	09
Fornecimento de elementos indispensáveis ao combate da ocupação irregular de terras públicas, com o levantamento e análise da legitimidade e regularidade da cadeia dominial de imóveis rurais, em consonância com as informações encaminhadas pelos serviços de registro de imóveis, conforme dispõe a Lei nº 10.267/2001	0*
Promoção de ações institucionais integradas objetivando a apuração de dados relativos à matéria de natureza fiscal, ambiental e trabalhista.	0*

Fonte: SR.14/F

* Informações insubsistentes em face sua inexistência e/ou ausência de provocação.

A Divisão de Ordenamento Fundiário do INCRA no Estado do Acre firmou compromisso no sentido promover efetivamente as ações atinentes ao plano ação elaborado para 2011. E assim sendo, as atividades propostas no referido planejamento foram todas implementadas em sua plenitude. Nesta matéria, conforme consta na tabela supra, estão descritas as atividades que foram executadas pela Divisão no decorrer do ano de 2011. Destarte, passamos a dissertar uma

análise crítica sobre cada atividade desenvolvida, conforme segue adiante. Não esquecendo de que cada atividade está correlacionada aos recursos disponibilizados e desembolsados pela Divisão.

Em conformidade com a Lei 10.267/2001 e a Norma de Execução/INCRA/DF/Nº 96/2009, que trata da certificação de imóveis rurais georreferenciados a partir de memorial descritivo, assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos seus limites, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e com posição posicional fixada pelo INCRA, procedemos a abertura de 59 procedimentos administrativos de certificação, estes foram analisados nos aspectos cartográficos e cadastrais, sendo que do total mencionado apenas 08 foram efetivamente certificados em 2011. Destacando que 24 processos de certificação, oriundos de anos anteriores também lograram êxito na certificação. De modo geral, cumpre-nos informar que o montante total de área dos imóveis que promoveram a abertura de procedimento administrativo de certificação é de aproximadamente 611.246,00 hectares, sendo que deste total apenas o quantum de 260.145,74 hectares foram efetivamente certificados.

No tocante aos procedimentos administrativos de certificação inerentes aos anos anteriores podemos afirmar que do total de 24 imóveis certificados em 2011, refletem a um quantum de área total de 160.307,55 hectares. Cabe lembrar que estas informações estão disponíveis no site do INCRA, mas precisamente no CERTIFICAWEB.

Quanto aos processos de certificação que por ventura não lograram êxito no pleito, justifica-se o fato ocorrido, em face de que alguns procedimentos administrativos não atenderam as normas vigentes para certificação, é tanto que alguns profissionais credenciados junto ao Comitê Nacional de Certificação em Brasília, já foram alertados pela Divisão de Ordenamento Fundiário de possível descredenciamento em face dos constantes erros em relação aos processos de certificação. Há de se frisar ainda, o empenho do comitê de certificação em proceder a análise dos processos no intuito de atender em tempo hábil a demanda de entrada.

Quanto as ações de acompanhamento de aquisição de imóveis por estrangeiro a Divisão de Ordenamento Fundiário através do assegurador da ação de Cadastro mantém sempre contato com os cartórios em fiel cumprimento a legislação vigente, promovendo sempre que possível, as ações do monitoramento e/ou troca de informações com os Cartório em nossa jurisdição.

Diante de tal procedimento, torna-se necessário o deslocamento de servidores a algumas Comarcas de Registros de Imóveis do Estado do Acre para estabelecer a interlocução conforme recomenda a legislação e não foi registrado nenhuma aquisição de imóveis rurais por estrangeiro, conforme consta na tabela 36, informando ainda que se trata de demanda espontânea, e que serve apenas para controle de atividade restrita pela legislação.

Em relação ao controle de processos referentes a solicitação de limite mínimo de parcelamento para imóveis rurais, bem como descaracterização rural, todos os processos foram concretizados, estando assim, cumprido 100% da demanda requerida, conforme indica a tabela 36, neste contexto, destaca-se a dinâmica do fluxo elaborado pela gestora da ação, e que também se trata de demanda espontânea.

Em relação a atualização cadastral e aferição da classificação dos imóveis rurais concomitantemente ao cumprimento da função social, visando subsidiar a obtenção de terras para o programa de reforma agrária, o quadro 01 demonstra de forma sucinta o quantitativo levantado, porém, conforme ainda o referido quadro, informamos que do total de imóveis fiscalizados, apenas 04 (quatro), foram levantados pela Divisão de Ordenamento Fundiário objetivando verificar o cumprimento da função social. Vale ressaltar que a outra parte dos imóveis levantados 05 (cinco) fora realizado pela Divisão de Obtenção de Terras, e que todos foram efetivamente preenchidos os formulários Declaração do Proprietário - DP ex-officio, cálculo de Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência de Exploração - GEE, cuja a respectiva disponibilização de espelho de DP de imóveis rurais foram encaminhadas. Portanto, os custos operacionais da ação foram custeados por ambas as Divisões cada uma seguindo a sua programação para ano de exercício.

Nesta mesma linha, é bom lembrar que na programação de 2011, elaborada pela Superintendência Regional no Estado do Acre, em específico a Divisão de Ordenamento Fundiário, constava a fiscalização dos imóveis Fazendas Novilho, Santa Fé, Nova Esperança e Ouro Branco, perfazendo um total de 31.097,3600 hectares vistoriados, porém, em face da impossibilidade legal de se proceder a fiscalização dos dois últimos imóveis, procedeu-se a troca por duas novas áreas que se enquadravam no PNRA, sendo elas a Fazenda Nova Uberaba com 7.458,9507ha e Fazenda Berrante com 7.116,3000ha, com a mudança o quantum de área vistoriada passou a ser agora de 33.349,0000ha. Enfatizamos que destes imóveis fiscalizados, dois são passíveis de desapropriação e possivelmente entraram no planejamento da Divisão de Obtenção de terras no ano de 2012.

A Divisão de Ordenamento Fundiário dentre outras atividades também é responsável pelas informações sobre detentores de imóveis rurais para ações de execução fiscal, promovida pela Advocacia Geral da União - AGU, Procuradoria do Estado e Procuradoria Federal, quando solicitada. Assim sendo, cerca de 323 informações foram prestadas aos órgãos fiscalizadores conforme tabela 36, que demonstra de forma objetiva como decorreu esta ação pontual, geralmente em face alguma ação de usucapião, partilha de inventários ou para ações de execução fiscal, promovida AGU, Procuradoria do Estado e Procuradoria Federal.

Na lide relacionada a inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR, restou comprovado através do quadro 01, que a meta fora superada por demais, visto que, a mesma previa na PO 2011 um total de 1.273 imóveis gerenciados, e que quando se leva em conta apenas Atualização Cadastral, como uma ação de gerenciamento verificamos um quantitativo de 2.151 gerenciados, portanto, foi atingido o percentual de 69% acima da meta projetada por Brasília, isto posto, quando se computar apenas as atualizações cadastrais, a partir do momento que se computa todos os imóveis gerenciados teremos um percentual de 492%, isto demonstra um acréscimo substancial nas ações de gerenciamento de imóvel em relação a meta estipulada pela PO 2011, bem como, um avanço significativo quando levamos em consideração o ano de 2010.

O fornecimento de elementos indispensáveis ao combate da ocupação irregular de terras públicas, com o levantamento e análise da legitimidade e regularidade da cadeia dominial de imóveis rurais, em consonância com as informações encaminhadas pelos serviços de registro de imóveis, conforme dispõe a Lei nº 10.267/2001, em consonância com Portaria INCRA/P nº 12, de 24 de janeiro de 2006. Assim sendo, justifica-se o resultado desta ação, devido ao fato delas

estarem vinculadas na sua maioria as ações de certificações de imóveis rurais, e assim o trabalho foi desenvolvido concomitantemente aos processos que deram entrada para certificação de imóveis, logo, estes foram computados na ação de certificação.

A divisão de Ordenamento Fundiário através da Gestora de Cadastro, continuou a promover ações institucionais integradas objetivando a inserção ou melhor a implementação de Termo de Cooperação Técnica para Núcleos Regionais de Cadastramento – NRC, Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, junto aos municípios do Estado do Acre, neste contexto foram realizadas mais uma vez visitas aos Municípios de Sena Madureira, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Plácido de Castro, Acrelândia, Senador Guiomard, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Tarauacá e Feijó. No entanto, os resultados não foram satisfatórios, pois, a maioria dos Prefeitos não demonstram interesse em firma tal termo, com a justificativa de que não traria nenhuma arrecadação para os cofres públicos municipais, informando que esta ação torna-se apenas dispêndio de recurso municipal. Destarte, está provado de que se o INCRA não dispor algum benefício para as Prefeituras, com relação TCT, dificilmente prosperará tal propositura.

No âmbito da ação de capacitação de servidores da Divisão de Ordenamento Fundiário, em 2011 não foram propostos nenhum curso de capacitação e/ou aperfeiçoamento no âmbito do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR.

Para finalizar, cumpre-nos informar que com a transferência de algumas ações da Divisão de Ordenamento Fundiário para o Programa Terra Legal, reduziu substancialmente as atividades desta Divisão na Amazônia Legal.

2.5.3.2. Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2114	A	3	texto	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)	% (h=g/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

O sistema de cadastro rural pode ser definido como um tipo de inventário público de dados metodicamente organizados concernentes aos imóveis rurais públicos e particulares, correspondente ao país e/ou determinadas regiões, sendo subsidiado em informações, levantamentos/vistoria e medições de limites. Dessa forma, o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR tem as seguintes finalidades: auferir confiabilidade as informações com a união de esforços e interesses de outras instituições; dar maior consistência e integridade dos dados; subsidiar o planejamento de projetos de desenvolvimento rurais no Estado do Acre; dar suporte técnico aos programas de fiscalização e recuperação ambientais; subsidiar a elaboração de zoneamentos agroecológicos; subsidiar a fiscalização do ITR (cadastro fiscal – CAFIR); identificação de terras devolutas federais e estaduais; consolidação de domínios legais existentes; integração entre os cartórios de registro públicos; dispor ao setor público como instrumento mais eficaz de dados de imóveis rurais, permitindo maior agilidade no uso das informações, potencializando as ações de

desenvolvimento rural e de reforma agrária.

Embora seja uma ação que está centralizada em Brasília, faz-se relevante destacar que no âmbito desta ação foram emitido 3.051 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR via web, evidenciando um ganho de acessibilidade, agilidade, transparência e segurança jurídica, quando comparado com a forma de emissão de CCIR anteriormente a implementação do sistema, bem com, da forma da expedição tradicional realizada nas sedes do INCRA e/ou UMCs, sem dúvida muito menos dispendiosa para esta Superintendência. Por sua vez, procedemos à análise e atualização cadastral de 2.151 durante o exercício de 2011.

2.5.3.3. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.0138.2272	A	3	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	263.541,35	261.331,63	99,16	112.358,07	42,63	112.358,07	42,63

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
29.265,50	13.050,10	16.215,40	0,00

Fonte: SIAFI.

Esta ação diz respeito aos investimentos e gastos com a gestão do programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas. Os valores foram destinados ao pagamento de serviços de terceiros pessoa jurídica.

2.5.4. Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Antônio Fernandes do Nascimento Neto.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0139

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 0139			Denominação: Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário			
Tipo de Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.						
Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.						
Gerente: Márcia da Silva Quadrado			Responsável: Antônio Fernandes do Nascimento Neto			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
Não há						
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Principais Ações do Programa

2.5.4.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.128.0139.4572	A	3	Servidor Capacitado	108	137	0	137	127	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
46.548	51.066,92	50.852,58	99,58	34.490,00	67,54	34.490,00	67,54

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
6.144,30	1.789,06	4.355,24	0

Fonte: SIAFI.

Tabela 37 - Capacitações realizadas

Ord.	Servidor	Cursos / eventos	Período	Carga horaria	Modalidade
1	João Antônio Abugoche	Reunião planejamento 2011 da SR.14/AC	06 e 07/04/11	16	Presencial
2	Vanessa Monteiro Anjos			16	
3	Arcângelo João Limana			16	
4	Leonélio Dias Duarte			16	
5	Hisashi Sekiguche			16	
6	Alex César A. Moreira			16	
7	Mauro Heleodoro dos Santos			16	
8	Francisco Fortunato de C. Meireles			16	
9	Carlos de Alencar filho			16	
10	Aristóteles Barros de Medeiros			16	
11	Reginaldo de Menezes Leite			16	
12	Francisco Ivan da Costa do Vale			16	
13	Edilza Félix Carneiro			16	
14	Augusto Mousinho T. Peiró			16	
15	Ermilson Maciel Pinto			16	
16	Franco Roberto de A. Barbosa			16	
17	Carlos Alberto Elias da Silva			16	
18	Assis Henrique Pereira			16	
19	João Ricardo de Oliveira			16	
20	Noel Matos de A. Chaves			16	
21	Hildebrando Veras de M. Sobrinho			16	
22	Jerônimo Diego Stahlhofer			16	
23	Maria da Glória G. Thaumaturgo			16	
24	Sara Brandão Mendes			16	
25	Maria Cristina B. Fernandes			16	
26	Márcio Rodrigo Alécio			16	
27	Jorge Antônio F. Taveira			16	
28	Gineide Maria C. dos Santos			16	
29	Zulmira Dávila Júnior			16	
30	Eritânia Castro M. de S. Brunoro			16	
31	Lindamaria Menezes de Lacerda			16	
32	Julia Leite de F. Oliveira			16	
33	Vicente Evangelista da Silva			16	
34	Antônio Guilherme da S. Bibiano			16	
35	José Sérgio de S. Neto			16	
36	Maria Amélia Pereira da Silva			16	
37	Maria Margarete A. Camelo			16	
38	Raimundo Belém Chaar			16	
39	Manuel Gonçalves Bezerra			16	
40	Moisés Barros de Medeiros			16	
41	Joaquim Eugênio B. Dias			16	
42	Aparecido Serafim de Freitas			16	
43	Carlos Jamil C. Rêgo			16	
44	João Thaumaturgo Neto			16	
45	Kosme Alain P. da Silva Gumas			16	
46	Maria Cremilda D. de Figueirêdo			16	
47	Antônio Paiva dos Santos			16	

Ord.	Servidor	Cursos / eventos	Período	Carga horaria	Modalidade
48	Sebastião Damasceno Ramos	Gestão de Convênios e Contratos de Repasse	04/04/11	40	Presencial
49	Helen Ferraz Lins	Oficina Nacional sobre Fiscalização e Monitoramento de Contratos de ATES no âmbito do INCRA	14 a 15/04/11	16	Presencial
50	Márcio Rodrigo Alécio			16	
51	Alex César A. Moreira	Congresso Nacional dos Peritos Federais Agrários – ICN-PFA	3 a 5/05/11	24	Presencial
52	Geraldo Arquimedes D. de Souza			24	
53	Jailson Dias de Souza			24	
54	Rodrigo Vieira Soares			24	
55	Kosme Alain P. da Silva Gumas	Intermediação em Investimentos Financeiros	20/05/11	5	Distância
56	Kosme Alain P. da Silva Gumas	Introdução ao Direito Tributário	21/05/11	5	Distância
57	Kosme Alain P. da Silva Gumas	Análise Estruturada de Sistema	22/05/11	28	Distância
58	Kosme Alain P. da Silva Gumas	Balacend Scorecard	23/05/11	5	Distância
59	Kosme Alain P. da Silva Gumas	Introdução a Administração Estratégica	24/05/11	5	Distância
60	Rute dos Santos	Treinamento no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP	24 a 27/05/11	30	Presencial
61	Sara Brandão Mendes			30	
62	Francisco Ivan da C. do Vale			30	
63	Lúcia Maria Ávila de S. Mesquita			30	
64	Leonardo Pacheco			30	
65	José de Jesus N. Gomes			30	
66	Júlia Leite de Freitas Oliveira			30	
67	Francisca dos S. Fontinelle			30	
68	Clívia Maria Matos Moura			30	
69	José Elias de Araújo			30	
70	Alexandre Medeiros Araújo			30	
71	Sara Brandão Mendes	Videoconferência – Contrato de Terceirização da área de TI	26/05/11	1,5	Distância
72	Dharis Brunoro			1,5	
73	Maria Cremilda D. de Figueirêdo	Videoconferência – Apresentação da proposta final de ajustes em relação ao Manual de Conceitos e ao Módulo Monitoramento e Avaliação do SIR	31/05/11	1,5	Distância
74	Maria Cristina B. Fernandes			1,5	
75	Maria da Glória G. Thaumaturgo			1,5	
76	Maria Cremilda D. de Figueiredo	Capacitação Sistema de Processo Disciplinar	02/06/11	8	Presencial
77	Jerônimo Diego Stahlhofer			8	
78	Alex César A. Moreira	Capacitação na utilização GPS JUNO	01 a 03/06/11	20	Presencial
79	Augusto Mousinho Peiró			20	
80	Ermilson Maciel Pinto			20	
81	Franco Roberto de A. Barbosa			20	
82	Francisco Ivan da C. do Vale			20	
83	Jailson Dias de Araújo			20	
84	Reginaldo de Menezes Leite			20	
85	Dharis Brunoro	I Simpósio Acriano de Sistema de Informação	12 a 17/09/11	42	Presencial
86	Hildebrando Veras de M. Sobrinho	Manejo de Solos e Água em Sistema Agrícola – módulo I	17 a 18/09/11	16	Presencial
87	José Maricil Alves			16	
88	João Flores da Silva			16	
89	Leonardo Pacheco			16	
90	Cláudia kacharouski			16	
91	Edini Inácio de Figueirêdo			16	
92	Helen Ferraz Lins			16	
93	Márcio Rodrigues Alécio			16	

Ord.	Servidor	Cursos / eventos	Período	Carga horaria	Modalidade
94	Maria Ronízia P. Gonçalves	2º Encontro de Educação Profissional	26 e 27/09/11	16	Presencial
95	José Torres Batista	Planilha de Custos e Preços da IN 02/08-MPOG e suas alterações	26 e 27/09/11	16	Presencial
96	Sebastião Damasceno Ramos	Portal dos Convênios – SICONV	29 e 30/09/11	16	Presencial
97	Joaquim Eugênio B. Dias			16	
98	Carlos Jamil C. Rêgo			16	
99	Maria Amélia Pereira da Silva	Mediação Familiar	20/10 e 04/11/11	12	Presencial
100	Neurizete Maria M. Carneiro	Elaboração de Mapas Temáticos com a ferramenta QUANTUM-GIS	24 a 28/10/11	40	Presencial
101	Pedro Gomes de O. Júnior			40	
102	Reginaldo de Menezes Leite			40	
103	Rodrigo Vieira Soares			40	
104	Valter Barbosa Magalhães			40	
105	Alex César A. Moreira			40	
106	Augusto Mousinho T. Peiró			40	
107	Ermilson Maciel Pinto			40	
108	Francisco Ivan da C. do Vale			40	
109	Franco Roberto de A. Barbosa			40	
110	Geraldo Arquimedes D. de Souza			40	
111	Jailson Dias de Souza			40	
112	Ival Boaventura P. da Silva			40	
113	Leonardo Pacheco	Manejo de Solos e Água em Sistema Agrícola – módulo II	28 a 29/10/11	16	Presencial
114	Cláudia Kacharouski			16	
115	Edini Inácio de Figueirêdo			16	
116	Tadeu Alves Januário			16	
117	Márcio Rodrigo Alécio			16	
118	Maria Amélia Pereira da Silva	II Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas	16 a 18/11/11	24	Presencial
119	Gineide Maria C. dos Santos	Encontro Nacional de Comunicadores Sociais do Incra	21 e 22/11/11	10	Presencial
120	Maria Margarete A. Camelo	Política de Atendimento ao Público	25/11/11	3	Presencial
121	Maria Terezinha de S. Mendes			3	
122	Francisca Selma M. Soares			3	
123	Elonan Dias de M. Costa			3	
124	Lisandra de Oliveira Nogueira			3	
125	Leonardo Pacheco	Manejo de Solos e Água em Sistema Agrícola – módulo III	28 a 29/10/11	16	Presencial
126	Cláudia Kacharouski			16	
127	Edini Inácio de Figueirêdo			16	
128	Helen Ferraz Lins			16	
129	Geiza de Araújo N. Matias			16	
130	Márcio Rodrigo Alécio			16	
131	Elonan Dias de M. Costa	I Encontro de Qualidade de Vida no Trabalho do Serviço Público Brasileiro	6 a 8/12/11	24	Presencial
132	Lisandra de Oliveira Nogueira			24	
133	Rosana Márcia do N. Matias	Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos	6 e 7/12/11	16	Presencial
134	Joaquim Eugênio B. Dias	Gestão de Convênios e Contratos de Repasse	6 e 7/12/11	16	Presencial
135	Raimundo Nonato Veras			16	
136	Sebastião Damasceno Ramos	Como Depreciar e Reavaliar o Patrimônio Público	12 e 13/12/11	16	Presencial
137	João Mota Brandão			16	
137 servidores capacitados		30 eventos realizados		2580,5	hora/aula

Embora a Superintendência tenha superado satisfatoriamente as metas de capacitação previstas para o exercício 2011 (127%), a capacitação de servidores faz parte de um processo de aperfeiçoamento contínuo, estabelecido como prioridade institucional nas diretrizes estratégicas do órgão.

Desta forma, os resultados obtidos impõem a Superintendência a propiciar, nos próximos exercícios, as condições necessárias a formação e qualificação crescente dos servidores, visando o alcance das competências e os objetivos do Incra.

A otimização dos recursos é um fator a ser considerado nesses resultados se compararmos o montante utilizado no exercício 2011, R\$ 34.490,00 para oferecer 137 oportunidades de capacitação, com o valor utilizado no exercício anterior, R\$ 62.073,25 para oportunizar 118 vagas aos servidores. Não obstante, é bom frisar que esta eficiência no uso dos recursos deriva, em boa parte, da utilização, cada vez mais recorrente, dos conhecimentos dos servidores da instituição que atuam como instrutores internos, que reduz substancialmente os custos desta Ação.

Assim como vem ocorrendo nos exercícios anteriores, houve diminuição no quantitativo de servidores da Superintendência no exercício de 2011 com aumento no quantitativo de servidores capacitados. Esses fatores influenciaram um incremento no índice de abrangência de capacitação em 2011 (51,89%), confirmando o desempenho satisfatório da SR.14/AC. Segue abaixo dados relacionados a capacitação na SR:

1. Total de servidores da Superintendência – 264;
2. Meta Física – 108 servidores capacitados;
3. Servidores que participaram de eventos de capacitação – 137;
4. Índice da Meta alcançado – 127%;
5. Eventos de Capacitação realizados – 30;
6. Horas/Aula de Carga Horária Total – 2.580,5;
7. Índice de abrangência de capacitação relativo à lotação da SR – 51,89%;
8. Horas de capacitação por servidor – 9,50 horas/aulas.

2.5.5. Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ.: Adaildo dos Santos Silva.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 1120

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 1120				Denominação: Paz no Campo		
Tipo de Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural						
Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos						
Gerente: Gersino José da Silva Filho				Responsável: Adaildo dos Santos Silva		
Público Alvo: Famílias no campo nas condições de acampadas, assentadas, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras e os trabalhadores atingidos por barragens						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	1792 – Assassinatos decorrentes de conflitos agrários	31/12/2003	42,000	0,000	0,000	0
Fórmula de Cálculo do Índice						
0						
Análise do Resultado Alcançado						
Não há registro de homicídios decorrentes de conflitos agrários no Estado do Acre.						

Principais Ações do Programa

2.5.5.1. Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.331.1120.2109	A	3	Família acampada assistida	0	5855	0	5855	-	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	17.509,06	17.509,06	100	17.509,06	100	17.509,06	100

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
520	520	0	0

Fonte: SIAFI.

A Ação de Assistência Social, Técnica e Jurídica às famílias acampadas executada pela Ouvidoria Agrária Regional da SR.14/AC, em 2011, obedeceu um cronograma de trabalho traçado, em conjunto como o Movimento Social e Instituições de defesa e apoio ao Trabalhadores

Rurais(Sindicatos, Associações, Federações de Trabalhadores). Isto, acordo com Proposta de Trabalho planejada com o Movimento Social do Estado do Acre, abrangendo áreas localizadas no municípios de Rio Branco, Bujari, Capixaba, Porto Acre, Plácido de Castro, Senador Guimard, Brasileia, Xapuri e Sena Madureira. A meta programada, de aproximadamente 1.300(mil e trezentas) famílias, foi superada, sendo atendidas 2.347 famílias.

Sendo que foram distribuídas/concedidas 1.816 (mil e oitocentas e dezesseis) cestas básicas a famílias acampadas e trabalhadores que se encontravam em grave estado de insegurança alimentar . Apesar do auxílio de parceiros, como a Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre – FETACRE e sindicatos e associações de trabalhadores rurais, órgãos governamentais e não-governamentais, não foi efetivada transferência de recursos financeiros, nem contratação de parcerias ou quaisquer outros que demandassem a disponibilização direta de recursos financeiros.

Para 2012, conforme dados repassados pelo movimento social do Estado e a partir de estudos realizados pela Ouvidoria Agrária Regional da SR.14/AC, a estimativa é de atender a 1.850 (mil oitocentos e cinquenta) famílias.

Tabela 38 – Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas e cestas básicas

Município	Família atendida	
	Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	Entrega de cestas básicas a famílias em estado de segurança alimentar
Acrelândia	195	15
Brasileia	190	48
Bujari	33	126
Capixaba	450	202
Manoel Urbano	150	150
Plácido de Castro	293	822
Porto Acre	72	54
Rio Branco	504	81
Sena Madureira	-	10
Senador Guimard	346	308
Xapuri	114	-
T o t a l	2.347	1.816

2.5.6. Programa 1433 – Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Objetivos Específicos: Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero.

Gerente do programa: Clarice Aparecida dos Santos

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: João Ricardo de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres; Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres; Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero; Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios; Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais; Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher; Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher.

Público-alvo (beneficiários): Mulheres

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 1433

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 1433			Denominação: Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres			
Tipo de Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.						
Objetivos Específicos: Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero.						
Gerente: Clarice Aparecida dos Santos			Responsável: João Ricardo de Oliveira			
Público Alvo: Mulheres						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		

1	1981 – Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável	31/12/2005	15,520	10,000	10,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de comunidades atendidas no ano em apuração e o número total de comunidades existentes no país						
Análise do Resultado Alcançado						
Na Superintendência Regional do Estado do Acre – SR(14)AC, não há registros de comunidades quilombolas razão pela qual não trabalhamos com essa ação.						

Principais Ações do Programa

2.5.6.1. Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas afim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.631.1433.8402	A	3	Documento expedido	-	9.171	0	9.171	-	-

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	63.946,09	63.946,09	100	60.843,59	95,14	60.843,59	95,14

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI.

A Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural faz parte do Programa Nacional Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres, ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e tem como objetivo assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

No Acre, no exercício de 2011, a Superintendência do INCRA colaborou com a execução de 12 mutirões que aconteceram nos municípios de Acrelândia, Capixaba, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Feijó, Manoel Urbano, Mâncio Lima, Porto Acre, Rio Branco, Rodrigues Alves, Sena Madureira e Tarauacá, onde foram atendidas mais de seis mil (6.000) pessoas, com emissão de 9.171 mil documentos, como Carteiras de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho e Previdência Social e Certidão de Nascimento e Casamento.

O Programa é coordenado no Estado pela Superintendência Regional do INCRA e a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e desde que foi implementado no Estado do Acre, vem exercendo uma função especial para cidadania do povo acreano. Uma evidência concreta dos resultados é que muitos cidadãos tiveram seus registros reconhecidos, pois, até então nem eram considerados brasileiros juridicamente por falta de documentação pessoal.

Os dados apresentados na tabela a seguir demonstra os quantitativos de documentos expedidos e pessoas atendidas durante os mutirões, por município, cujo público-alvo foi formado basicamente por assentados da reforma agrária, agricultores familiares, ribeirinhos, extrativistas, índios e outros trabalhadores rurais.

Tabela 39 - Documentos emitidos pelo PNDTR.

Nº Ord.	Municípios	Documentos emitidos	Pessoas atendidas
01	Acrelândia	1.307	806
02	Capixaba	740	483
03	Cruzeiro do Sul	765	520
04	Epitaciolândia	941	649
05	Feijó	554	366
06	Manoel Urbano	559	374
07	Mâncio Lima	489	339
08	Porto Acre	303	230
09	Rio Branco	174	138
10	Rodrigues Alves	675	465
11	Sena Madureira	1.432	926
12	Tarauacá	1.232	807
TOTAL		9.171	6.103

Fonte: SR.14(D)PNDTR.

2.5.7. Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: João Ricardo de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 1350

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 1350				Denominação: Educação no Campo (PRONERA)		
Tipo de Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.						
Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.						
Gerente: Luiz Gugé Santos Fernandes.				Responsável: João Ricardo de Oliveira		
Público Alvo: Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária, agricultores familiares, e profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	2660 – Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matriculados no Ensino Fundamental.	31/12/2004	49,000	56,48	56,48	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre a quantidade de jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental e o universo de jovens e adultos em Projetos de Assentamentos do INCRA.						

Análise do Resultado Alcançado

Dentro do Programa Educação no Campo referente a ação 8370 – Capacitação de Formação Profissional de nível médio e Superior para a Reforma Agrária, em 2011 foram formalizados dois convênios objetivando formar 200 técnicos. Destes 120 em Agroecologia, Florestais e Agroindústria e 80 em Técnico em Agropecuária. Em função do enunciado do indicador, não dispomos de elementos para fornecer referência de índice.

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
2	2660 – Taxa de Jovens e Adultos das Áreas de Reforma Agrária Matriculados não Alfabetizados.	31/12/2004	11,000	10,400	11,400	-

Fórmula de Cálculo do Índice

Relação percentual entre a quantidade de jovens e adultos de áreas de Reforma Agrária não alfabetizados e o número de pessoas com idade igual ou superior a 15 anos nos Projetos de Assentamentos do INCRA.

Análise do Resultado Alcançado

Em 2010 o INCRA realizou uma Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil. Entre os indicadores pesquisados consta idade da população e grau de instrução. Para o Estado do Acre os resultados foram que 24,88% da população está com idade entre 11 e 20 anos e 19,22% não é alfabetizada. Em 2011 não foi possível atualizar a pesquisa.

Fonte: PPA 2008-2011/ Divisão de Desenvolvimento/ Pesquisa sobre Qualidade de Vida, Produção e Renda nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil (www.incra.gov.br)

Principais Ações do Programa

2.5.7.1. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d \cdot 100/a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.363.1350.8370	A	3	Prof. formado	0	200	0	200	0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	750.000	750.000	100	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
0	0	0	0

Fonte: SIAFI.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA é um instrumento para responder com metodologias específicas, às demandas sociais por educação dos assentados, frente à constatação revelada pelo I Censo da Reforma Agrária do Brasil, que mostrou a baixa escolaridade dos assentados e o alto índice de analfabetismo entre eles, chegando em alguns estados a 70% e registrando uma média nacional de 43%.

O PRONERA foi criado em abril de 1998 por meio da portaria nº 10/98, no âmbito do Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Em 2001, o Programa foi incorporado ao INCRA e, finalmente, em novembro de 2010 tornou-se uma política pública de educação do campo, instituída pelo Decreto nº 7.352. Seu objetivo é desenvolver projetos educacionais de caráter formal, a serem executados por instituições de ensino, para beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, do Crédito Fundiário, e dos projetos criados pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo INCRA. Da mesma forma, tem também como objetivo, melhorar as condições de acesso a educação dos beneficiários do PNRA, como proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação e qualificação dos beneficiários e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

Para a ação, a proposta de trabalho do plano de execução para 2011, conforme capacidade operacional da equipe envolvida e disponibilidade orçamentária, foram formalizados dois convênios. O Convênio/CRT/AC/nº30.000/2011 – INCRA/SR-14, SICONV nº 764831/2011, com o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi que tem o objetivo de formar 120 técnicos, sendo 60 em Agroecologia, 30 técnicos Florestais e 30 em Agroindústria. O valor total do convênio é de R\$ 1.200.000,00, sendo repassado pelo concedente R\$ 1.080.000,00 e como contrapartida do conveniente R\$ 120.000,00. O objetivo do convênio é beneficiar famílias assentadas em todos os projetos criados ou reconhecidos pelo INCRA nos 22 municípios do Estado.

O Convênio/CRT/AC/nº28.000/2011 – INCRA/SR-14, SICONV nº 762698/2011 foi firmado com a Secretaria de Estado de Educação, com o objetivo de formar 80 técnicos em agropecuária, concomitantemente com o ensino médio. O valor total do convênio é de R\$ 1.366.664,00, sendo R\$ 1.229.997,60 do concedente e a contrapartida de R\$ 136.666,40 da conveniente. O objetivo do convênio é beneficiar assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária e seus dependentes em sete projetos criados pelo INCRA localizados no município de Acrelândia e do PDS Bonal, localizado no município de Senador Guimard. Vale salientar que o convênio terá vigência de 4 anos, período previsto para a duração do curso.

Segue quadro demonstrativo dos convênios celebrados em 2011 a serem executados no decorrer dos próximos exercícios:

Tabela 40 - Convênios formalizados em 2011 com proposta de início de execução em 2012.

Entidade Proponente	Cursos	Município	Assentamento	Nº de Educandos
Secretaria de Estado de Educação	Técnico Agropecuária	Acrelândia	PA Orion PA Porto Dias PA São João do Balanceio PA Pedro Peixoto PA Cumaru PA Sto. Antônio do Peixoto PDS Porto Luiz I	80
		Senador Guimard	PDS Bonal	
Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi	Técnico Agroecologia Técnico em Florestas e Técnico em Agroindústria	Todos do Estado	Proposta para seleção em todos assentamentos do Estado	120
Total de Educandos				200

Fonte: SR(14)D (PRONERA).

Em relação a execução orçamentário-financeira da Ação, da provisão recebida em 2011, R\$ 750.000,00, foi toda empenhada em dezembro de 2011, sendo o montante de R\$ 500.000,00 em favor do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi, e outros R\$ 250.000,00 em favor da Secretaria de Estado da Educação.

2.5.7.2. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (a+b)		
21.122.1350.2272	A	3	texto	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0,00	13.510,60	11.531,40	85,35	9.931,40	73,51	9.931,40	73,51

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
10.200	0	10.200	0

Fonte: SIAFI.

Os recursos foram utilizados para pagamento de diárias e passagens para servidores que contribuíram com o desenvolvimento da ação no âmbito do PRONERA.

2.5.8. Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: João Ricardo de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 1427

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 1427				Denominação: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar		
Tipo de Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.						
Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.						
Gerente: Laudemir André Muller				Responsável: João Ricardo de Oliveira		
Público Alvo: Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de Ater.						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
1	3013 – Taxa de Agentes de ATER Formados.	31/12/2006	20,000	80,000	80,000	100%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de agentes de ATER capacitados em temas da Política Nacional de ATER e o número total de agentes de ATER.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2010 a Superintendência contratou 83 agentes de ATER iniciando os trabalhos em janeiro de 2011, sendo que todos foram capacitados no corrente exercício. Portanto considera-se que o presente indicador possui resultado favorável.						

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
2	3012 – Taxa de Cobertura de ATER à Agricultura Familiar.	31/12/2006	37,000	51,000	51,000	19,27%
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de agricultores familiares atendidos por organizações de ATER e o número total de agricultores familiares.						
Análise do Resultado Alcançado						
A Superintendência atende 5.018 famílias beneficiárias da reforma agrária com contrato de prestação de serviços de assessoria técnica, social e ambiental num universo global de 26.033 famílias assentadas em projetos de reforma agrária no Estado do Acre.						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
3	3014 – Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento	31/12/2006	33,330	61,000	61,000	-
Fórmula de Cálculo do Índice						
Relação percentual entre o número de agricultores familiares rurais beneficiários do crédito de investimento do PRONAF sobre o número total de beneficiários do PRONAF.						
Análise do Resultado Alcançado						
Em 2011 a Superintendência do Estado do Acre emitiu 1.163 Declarações de Aptidão- DAP ao PRONAF e foram contratados 446 PRONAF A e A/C no valor de R\$ 5.453.433,55.						

Principais Ações do Programa

2.5.8.1. Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas socioambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores socioculturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de autossustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f)=(a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d)=(b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida	2.211	351	4.667	5.018	226,96	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.000.000	163.010,25	163.010,25	100	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
9.535.513,52	700.000	5.055.417,92	3.780.095,60

Fonte: SIAFI.

Igualmente a gestão anterior, esta Ação contemplou o desenvolvimento de 3 atividades, conforme descritas a seguir:

1. Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES

Considerada uma das principais ações da Superintendência Regional, a ATES tem finalidade de prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária, de forma integral e continuada, com o objetivo principal de tornar as unidades de produção estruturadas ao ponto de ser competitiva no processo de produção, bem como de inseri-las na dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.

Da mesma forma, é responsável de elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA), bem como de capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Entre dezembro de 2010 foram empenhados recursos necessários a contratação dos serviços referente a ação. Em janeiro de 2011 foram assinados três contratos com duas entidades para prestação dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES para 7.460 (sete mil, quatrocentos e sessenta) famílias assentadas em 53 (cinquenta e três) projetos de reforma agrária criados ou reconhecidos pelo INCRA em 13 (treze) municípios do Estado do Acre, no total de R\$ 8.835.513,18. Com posto no relatório da gestão anterior, as ordens de serviço dos contratos foram expedidas em janeiro de 2011, quando as metas pactuadas passaram a ser executadas e as famílias atendidas.

No quadro que segue estão apresentados os contratos assinados para prestação dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental-ATES em assentamentos de Reforma Agrária no Estado do Acre.

Tabela 41 - Prestação de serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES.

Nº Contrato	Núcleo Operacional - N. O.	Nº. De Municípios	Nº. De Assentamentos	Famílias da Relação de Beneficiário - RB	Famílias efetivamente Assistidas
CRT/AC/25.000/11	N. O. Xapuri	1	5	390	268
	N. O. Capixaba	1	4	856	400
	N. O. Brasileia	2	8	441	272
	N. O. Rio Branco	2	9	963	566
	N. O. Acrelândia	3	7	1.372	715
	N. O. Tarauacá	1	3	449	258
	6	-	36	4.471	2.479
CRT/AC/26.000/11	N. O. Assis Brasil	2	3	428	470
	N. O. Porto Acre	1	5	1.210	713
	N. O. Mâncio Lima	1	3	433	309
	3	-	11	2.071	1.492
CRT/AC/27.000/11	N. O. Cruzeiro do Sul	2	6	918	696
	1	-	6	918	696
Total	10	13	53	7.460	4.667

Fonte: SR.14/D

Em função das especificidades dos serviços de ATES, bem como a existência de parcelas vagas e/ou com ocupações irregulares dentro dos assentamentos, do estimado de 7.460 famílias conforme relação de beneficiários do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA, a meta total atingida foi de 4.667 famílias que efetivamente foram atendidas com os serviços, representando um percentual de 211,08% das metas estabelecidas na Programação Operacional de 2011.

De forma mais detalhadas, segue informações dos quantitativos de famílias atendidas pelos contratos, em cada Núcleo Operacional e por projeto de assentamento.

Tabela 42 - Famílias atendidas pelos serviços de ATES-Contrato-CRT/AC/25.000/11.

Municípios	Projetos de Assentamento	Famílias em RB	Famílias efetivamente assistidas
Núcleo Operacional Xapuri			
Xapuri*	PDS Floresta	119	74
	PDS Polo Recanto do Equador	66	39
	PE Polo Agrof. Xapuri II	35	30
	PE Polo Agrof. Xapuri I	30	23
	PA Tupá	140	102
Total		390	268
Núcleo Operacional Capixaba			
Capixaba*	PA Alcobrás	431	184
	PAE Remanso	175	119
	PE Polo Agrof. de Capixaba	19	18
	PA Zaqueu Machado	231	79
Total		856	400
Núcleo Operacional Brasileira			
Brasileia*	PA Fortaleza	33	17
	PA Pão de Açúcar	119	52
	PA Princesa	20	15
	PE Polo Agrof. Brasileira	67	40
	PA Três Meninas	59	31
	PA Princesa	20	12
Epitaciolândia*	PAE Porto Rico	72	38
	PAE Chico Mendes	87	41
	PE Polo Agrof. Epitaciolândia	9	7
	PAE Equador	34	19
Total		520	272
Núcleo Operacional Rio Branco			
Rio Branco	PA Barro Alto	184	129
	PE Polo Agrof. Wilson Pinheiro	54	41
	PDS Nova Baixa Verde	211	105
	PA Itamaraty	164	112
	PAE Canary	18	15
Bujari	PAE Limoeiro	16	14
	PA Espinhara II	165	112
	PE Polo Agrof. Dom Moacir	51	38
Total		863	566
Núcleo Operacional Acrelândia			
Senador Guimard	PDS Bonal	202	162
	PDS Porto Luiz I	358	107
Acrelândia	PA Orion	314	148
	PA Califórnia	93	52
	PAE Porto Dias	98	62
Plácido de Castro	PE Polo Agrof. Plácido de Castro	37	37
	PA Triunfo	270	147
Total		1.372	715

Municípios	Projetos de Assentamento	Famílias em RB	Famílias efetivamente assistidas
Núcleo Operacional Tarauacá			
Tarauacá	PA Tarauacá	285	174
	PE Polo Agrof. Tarauacá	28	17
	PA Taquari	136	67
Total		449	258

Fonte: SR.14/D

* Municípios inseridos nos Territórios da Cidadania.

Tabela 43- Famílias atendidas pelos serviços de Ates Contrato CRT/AC/26.000/11.

Municípios	Projetos de Assentamento	Famílias em RB	Famílias efetivamente assistidas
Núcleo Operacional Assis Brasileira			
Brasileia*	PDS Porto Carlos	190	177
	PAE Santa Quitéria	292	225
Assis Brasil*	PA Paraguassu	98	68
Total		580	470
Núcleo Operacional Porto Acre			
Porto Acre	PA Porto Acre	42	39
	PDS Nova Esperança	60	31
	PA Caquetá	607	381
	PA Tocantins	481	243
	PE Polo Leiteiro de Porto Acre	20	19
Total		1210	713
Núcleo Operacional Mâncio Lima			
Mâncio Lima*	PA São Domingos	149	99
	PDS São Salvador	250	137
	PE Polo Agrof. Mâncio Lima	34	23
	PA Rio Azul	54	50
Total		487	309

Fonte: SR.14/D

* Municípios inseridos nos Territórios da Cidadania.

Tabela 44 - Famílias atendidas pelos serviços de ATES-Contrato CRT/AC/27.000/11.

Municípios	Projetos de Assentamento	Famílias em RB	Famílias efetivamente assistidas
Núcleo Operacional Cruzeiro do Sul			
Porto Walter*	PA Vitória	31	27
	PAE Triunfo/Porongaba	150	46
	PDS Minas	78	55
Cruzeiro do Sul*	PA Pedro Firmino	75	45
	PE Polo Agrof. Cruzeiro do Sul	40	22
	PDS Jamil Jereissati	520	330
	PA Narciso Assunção	102	55
	PDS Francisco Pimentel	167	116
Total		1.163	696

Fonte: SR.14/D

*Municípios inseridos nos Territórios da Cidadania.

Vale destacar que os serviços de assistência técnica foram direcionados especificamente para as famílias regulares nos lotes com a confirmação da relação de beneficiário do INCRA. No que pese o não atendimento das parcelas com ocupação irregular ou vagas, o

desenvolvimento das atividades não prejudicou o quantitativo das metas previamente estabelecidas nos contratos, uma vez que as ações de assistência técnica foram intensificadas em algumas unidades familiares onde o nível de qualificação produtiva da família demandava maior acompanhamento, principalmente depois do acesso a qualquer linha de financiamento ofertada pelo PRONAF.

É vidente o aumento do nível de satisfação dos assentados da reforma agrária com os trabalhos prestados. Em termos gerais, os percentuais executados das metas e de recursos financeiros pagos no ano de 2011 foram de 61%, conforme tabelas que seguem.

Tabela 45 - Quantificação das metas dos serviços de ATES executados pelos Núcleos Operacionais.

QUANTIFICAÇÃO DAS METAS DOS SERVIÇOS DE ATES EXECUTADAS PELOS NÚCLEOS OPERACIONAIS											
Descrição das metas	Xapuri	Capixaba	Assis Brasil	Brasileia	Porto Acre	Rio Branco	Acrelândia	Cruzeiro do Sul	Mâncio Lima	Tarauacá	Média
Reuniões (metas 01, 05, 08 e 12)	75%	69%	72%	56%	70%	59%	75%	73%	58%	75%	68%
Perfil de Entrada/levantamento socioeconômico (meta 02)	95%	97%	100%	99%	84%	74%	90%	81%	94%	90%	90%
PEA (meta 03)	100%	-	100%	-	-	-	100%	0%	-	-	75%
Visitas técnicas individuais (meta 04)	67%	67%	70%	45%	58%	51%	40%	44%	64%	52%	56%
Oficinas e excursão ou dia de campo (metas 06 e 07)	75%	58%	80%	75%	57%	61%	31%	50%	58%	100%	65%
Capacitações (meta 09)	71%	36%	89%	80%	76%	53%	64%	27%	43%	88%	63%
Palestras de capacitação (metas 10 e 11)	100%	72%	50%	75%	54%	85%	71%	55%	40%	100%	70%
Elaboração de Projetos PRONAF, PAA e PNAE (meta 14)	19%	74%	57%	0%	0%	47%	34%	0%	0%	0%	23%
Elaboração de PDSA (meta 15)	35%	-	-	-	-	44%	35%	0%	-	-	29%
Atividades complementares (meta 16) - Horas	77%	79%	85%	60%	67%	91%	66%	19%	100%	90%	73%
Média	71%	69%	78%	61%	58%	63%	61%	35%	57%	74%	61%

NOTA: **Meta 01** – Reunião geral nos assentamentos para apresentação dos serviços de ATES aos beneficiários, entre outros assuntos; **Meta 02** - Aplicação do perfil de entrada - levantamento socioeconômico; **Meta 03** - Mobilização, elaboração e implementação do PEA; **Meta 04** - Visitas técnicas individuais; **Meta 05** - Realização de reuniões semestrais para avaliação dos serviços prestados e proposição de melhorias; **Meta 06** - Realização de oficina de capacitação e instalação de unidades demonstrativas de adubação verde e orgânica e realização de excursão ou dia de campo; **Meta 07** – Realização de oficina de capacitação e instalação de hortas coletivas; **Meta 08** - Reuniões sobre linhas produtivas; **Meta 09** - Capacitação sobre manejo da produção; **Meta 10** – Palestras de capacitação sobre doenças infectocontagiosas, boas práticas de higiene, proteção de fontes de água e manejo do entorno da residência; **Meta 11** - Palestras de capacitação sobre o saneamento, destino final de resíduos sólidos, destinação de embalagens de agrotóxicos, compostagem, etc; **Meta 12** – Reuniões sobre licenças e legislação ambiental; **Meta 13** – Acompanhamento da aplicação de crédito instalação, fomento, apoio mulher e recuperação material de construção; **Meta 14** – Elaboração e aprovação de projetos para o Pronaf A e AC e para o PAA e PNAE; **Meta 15** – Elaboração de PDSA; **Meta 16** – Atividades complementares (contadas em horas).

Tabela 46 - Valores financeiros empenhados e pagos dos contratos de ATES.

Núcleos Operacionais – N.O.	Contrato	Valor esperado do N.O.	Valor pago (R\$)	Valor pago (%)
Xapuri	25.001/11	R\$ 489.507,72	R\$ 290.148,40	59%
Capixaba	25.001/11	R\$ 888.114,33	R\$ 613.990,19	69%
Assis Brasil	26.001/11	R\$ 505.859,03	R\$ 397.059,76	78%
Brasileia	25.001/11	R\$ 596.713,57	R\$ 341.249,93	57%
Porto Acre	26.001/11	R\$ 1.299.870,00	R\$ 784.748,30	60%
Rio Branco	25.001/11	R\$ 1.248.034,89	R\$ 672.243,40	54%
Acrelândia	25.001/11	R\$ 1.483.423,07	R\$ 747.470,10	50%
Cruzeiro do Sul	27.001/11	R\$ 1.277.944,34	R\$ 535.129,03	42%
Mâncio Lima	26.001/11	R\$ 510.211,13	R\$ 328.694,58	64%
Tarauacá	25.001/11	R\$ 535.835,44	R\$ 333.335,44	62%
Total	-	R\$ 8.835.513,18	R\$ 5.044.069,13	61%

Fonte: SR.14/D - ATES

Além da nova metodologia de contratação e execução dos serviços de ATES, bem como a época de assinatura dos contratos e autorização para início das atividades no período em que o Estado enfrentava chuvas severas, as entidades contratadas enfrentaram outras dificuldades, principalmente relacionadas a acesso aos assentamentos, o que resultou no atraso na execução das metas de todos os contratos.

Além disso, o surgimento de novas demandas no decorrer de 2011, vista a criação de novos assentamentos aptos a serem assistidos pelos serviços da ação, bem como a necessidade de readequação de metas, prorrogação de prazos e valores, respaldou a necessidade de aditivos nos contratos firmados. Assim, pelos motivos expostos, os contratos foram aditivados em dezembro de 2011, sendo realizada a supressão e inserção de novos assentamentos, quais sejam respectivamente: PDS Francisco Pimentel - Município de Cruzeiro do Sul; PDS Minas – Município de Porto Walter; PA Rio Azul – Município de Mâncio Lima. De maneira mais detalhada, seguem informações de cada contrato.

a) Contrato CRT/AC/25.001/11 (assinado com a CIGA): aditivo de prazo de 08 (oito) meses contados a partir da data de assinatura deste contrato (08 de dezembro de 2010) e readequação das metas;

b) Contrato CRT/AC/26.001/11 (assinado com a CONSULPLAN): aditivo de prazo de 07 (sete) meses contados a partir da data de assinatura deste contrato (27 de dezembro de 2010), readequação das metas, inserção de assentamentos e aditivo de valor de R\$ 163.010,25 (cento e sessenta e três mil, dez reais e vinte e cinco centavos).

c) Contrato CRT/AC/27.001/11 (assinado com a CIGA): aditivo de prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato (27 de dezembro de 2010), inserção de novos assentamentos e readequação das metas.

Em resumo, nos contratos foram inseridas outras 351 (trezentos e cinquenta e uma) novas famílias de 04 (quatro) assentamentos localizados em 03 (três) núcleos operacionais (Assis Brasil, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima), totalizando 55 (cinquenta e cinco) assentamentos, 13 (treze) municípios e 7.811 (sete mil, oitocentos e onze) famílias no Estado do Acre.

Tabela 47 - Prestação de serviços de ATES para 2012.

Nº Contrato	Núcleo Operacional - N. O.	Nº. De Municípios	Nº. De Assentamentos	Famílias da Relação de Beneficiário - RB
CRT/AC/25.001/11	N. O. Xapuri	1	5	390
	N. O. Capixaba	1	4	856
	N. O. Brasileia	2	8	520
	N. O. Rio Branco	2	8	863
	N. O. Acrelândia	3	7	1.372
	N. O. Tarauacá	1	3	449
	6	-	35	4.371
CRT/AC/26.001/11	N. O. Assis Brasil	2	3	580
	N. O. Porto Acre	1	5	1.210
	N. O. Mâncio Lima	1	4	487
	3	-	12	2.277
CRT/AC/27.001/11	N. O. Cruzeiro do Sul	2	8	1.163
	1	-	8	1.163
Total	10	13	55	7.811

Fonte: SR.14/D - ATES

De acordo as metas estabelecidas nos contratos e metodologia definida pela NOTA TÉCNICA CONJUNTA/DD e DA/INCRA/ nº 01/2011, de 06 de maio de 2011, os contratos firmados para a prestação de serviços de Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) no âmbito da Superintendência Regional do Acre – SR14/AC foram fiscalizados no decorrer do ano de 2011. Como estabelece a citada Nota Técnica, cerca de 740 famílias, assentadas nos 53 projetos de reforma agrária assistidos com os serviços de ATES, foram fiscalizadas, conforme Plano de Ação da Superintendência Regional do Acre – 2011.

Quanto a execução física, foram atendidas efetivamente no exercício de 2011 o montante de 4.667 famílias. Conforme recomendações da Diretoria de Gestão Administrativa, computando as 351 famílias inseridas no atual exercício, o montante de famílias atendidas chega a 5.018, o que corresponde a 226,96% das metas programadas.

Em relação a execução financeira, os recursos referente a provisão recebida, ou seja: R\$ 163.010,25, foi integralmente empenhada, objetivando honrar com os aditivos propostos.

Ação superou significativamente as metas estabelecidas na programação operacional. Justifica-se o fato pela existência de contratos firmados em que o quantitativo de famílias já superavam as metas agendadas.

a) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

A demanda qualificada em 2011 para o atendimento de famílias assentadas quanto ao acesso ao PRONAF A e A/C foi de 800 famílias. Neste período, com os contratos de ATES iniciados, houveram 1.163 DAP's emitidas, ou seja, 145,3% do esperado para o período. Esse resultado é reflexo da atuação das entidades prestadoras de assistência técnica e extensão rural contratadas pelo INCRA para atuarem nos projetos de assentamento.

Em relação aos projetos efetivamente protocolados no Banco da Amazônia, conforme dados dos Núcleos Operacionais, o quantitativo chegou a 286. Contudo, tem a certeza que a entrega da maioria dos planos de aplicação (projetos) elaborados pelos técnicos vai ser realizada ao Banco no primeiro semestre de 2012, visando o atendimento do calendário da safra do corrente ano. Com o planejamento dos trabalhos em 2012 tem-se a perspectiva que ocorra o protocolo para

análise de mais de 550 projetos de PRONAF's A e A/C, até agosto, quando se dará o termino da vigência da primeira etapa dos contratos de ATES.

De acordo com o Banco da Amazônia, foram contratados em 2011, 446 projetos de PRONAF's A e A/C, totalizando um valor de R\$ 5.453.433,55 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e cinco centavos). Apreende-se daí que, quase 50% destes contratos, são referentes à projetos de anos anteriores. Apesar da deficiência de técnicos para análise dos projetos no Banco, em 2011 foi alcançado um número recorde de contratações de operações de PRONAF's A e A/C, devido ao esforço e compromisso desta instituição com os assentados da reforma agrária. Um dado interessante é que as contratações equivalem a cerca de 38% das solicitações de declaração para acesso desses créditos, e apenas 56% da demanda qualificada.

Segundo informações do Banco, a contratação de número maior de crédito não foi possível devido ao elevado número de famílias que possuem problemas de inadimplência, bem como o número reduzido de técnicos no Banco para análise dos projetos/planos de aplicação e volume de documentos exigidos.

Tabela 48 - Nº de DAP's emitidas, contratos firmados e montante contratado.

Nº DAP's Emitidas	Nº de Contratos	Valor total dos contratos (R\$)
1.163	446	5.453.433,55

Fonte: SR.14/D - ATES

O recurso para execução dos trabalhos foi exclusivamente referente ao orçamentário e financeiro da Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.

b) Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento

A elaboração do PDSA é de grande importância, uma vez que deverá conter todas as informações referentes ao contexto socioeconômico e ambiental dos Projetos de Assentamento no sentido de orientar o desenvolvimento das atividades previstas para o Projeto, de acordo com as especificidades de cada bioma. Por isso mesmo é produzido em conjunto com as comunidades assentadas.

Como bem posto no relatório de prestação de contas de 2011, existe na Superintendência Convênio nº 9.000/06, firmado com a Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE, com interveniência da Universidade Federal de Viçosa-MG, para elaboração de Planos de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento – PDSA para 33 (trinta e três) projetos de assentamento, localizados em 16 municípios do Estado do Acre. Os PDSAS entregues passaram por análises em 2011, que apontaram a necessidade de algumas readequações. Devido a necessidade das readequações sugeridas conforme normas internas, bem como a aprovação do documento pela comunidade, um novo prazo pactuado aponta a finalização dos trabalhos ainda no primeiro semestre de 2012.

2.5.8.2. Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f)=(a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.1427.2272	A	3	-	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
116.786	118.550,96	118.166,91	99,67	117.238,91	98,89	117.238,91	98,89

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
20.000	1.105,69	18.894,31	0

Fonte: SIAFI.

Os recursos referente ao acompanhamento da Ação foram aqueles destinados aos trabalhos de acompanhamento e fiscalização dos contratos, com pagamento de diárias de pessoas físicas, deslocamentos, consumo e outros necessários para obtenção das metas programadas no Plano de Ação da Superintendência Regional do Acre – 2011.

2.5.9. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Antônio Fernandes do Nascimento Neto

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo – Programa 0750

Identificação do Programa de Governo						
Código do PPA: 0750			Denominação: Apoio Administrativo			
Tipo de Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais.						
Objetivo Geral: Não definido						
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.						
Gerente: Fredson Ferreira Gomes			Responsável: Antônio Fernandes do Nascimento Neto			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					Em R\$ 1,00	
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores pagos	
Inicial	Final					
Não se aplica à natureza jurídica da UJ.						
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice Inicial	Índice Final		
Não tem.						
Fórmula de Cálculo do Índice						
-						
Análise do Resultado Alcançado						
-						

Principais Ações do Programa

2.5.9.1. Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) $e = d * 100 / a$	Meta a Ser realizada em 2012 (f)=(a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) =(b+c)		
21.122.0750.2000	A	3	-	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA 2011/PPA 2008-2011/Caderno de Metas 2011/Monitoria.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.485.853	1.766.905,63	1.752.162,15	99,16	1.697.917,98	96,09	1.697.917,98	96,09

Fonte: Caderno de Metas 2011/SIAFI.

Restos a Pagar

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
324.317,23	139.280,59	170.726,64	14.310

Fonte: SIAFI.

A ação 2000 contempla todas as atividades que visam dar suporte às ações finalísticas da Superintendência, desenvolvendo as atividades de:

- Manutenção e conservação dos prédios utilizados pela SR, sejam próprios, cedidos ou alugados;

- Contratação dos serviços de higiene, limpeza e vigilância;

- Manutenção de viaturas oficiais e transporte de servidores e cargas;

- Recepção, registro, protocolo e encaminhamento de correspondências oficiais;

- Contratação de serviços essenciais como telecomunicação, energia elétrica, água e esgoto;

- Aquisição de material permanente e de consumo;

- Contratação de serviços de reprodução de documentos;

Outras atividades da Administração visam dar apoio diverso a todas as Divisões e Unidades da Superintendência, como:

- Pagamento de despesas da SR;

- Controle de assuntos relacionados a pessoal;

- Controle de patrimônio do órgão; e

- Controle das despesas da SR.

Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%)	Meta a Ser realizada em 2012
					Iniciada no exercício	Iniciada em exercícios anteriores	Execução Total		
21.631.0135.8384	A	3	Família	1.030	1.228	0	1.228	119,2	0
21.631.0135.8387	A	3	Hectares	82.000	74.420	0	74.420	91	7.580
21.631.0135.8374	A	3	Licença Ambiental protocolada	11	9	0	9	82	2
21.631.0135.4460	A	3	hectare	24.900	25.614	0	25.614	102,9	0
21.122.0135.2272	A	3	0	0	0	0	0	0	0
21.631.0137.8396	A	3	Família atendida	2.304	1.774	2.272	4.046	175,6	-
21.631.0137.8398	A	3	Família atendida	2.155	119	1.255	1.374	64	781
21.631.0137.4320	A	3	Família beneficiada	18	0	208	208	1.155,6	0
21.631.0137.4358	A	3	Documento expedido	439	1.260	0	1.260	287	0
21.631.0137.2B06	A	3	Unidade familiar	5	8.238	751	8.989	179.780	0
21.631.0137.0427	A	3	Família atendida	1.142	1.352	0	1.352	118,0	0
21.122.0137.2272	A	3	-	0	0	0	0	0	0
21.125.0138.2105	A	3	Imóvel gerenciado	1.273	2.151	0	2.151	169	0
21.125.0138.2114	A	3	-	0	0	0	0	0	0
21.122.0138.2272	A	3	0	0	0	0	0	0	0
21.128.0139.4572	A	3	Servidor capacitado	108	137	0	137	127	0
21.331.1120.2109	A	3	Família acampada assistida	0	5855	0	5855	-	0
21.631.1433.8402	A	3	Documento expedido	-	9.171	0	9.171	-	-
21.363.1350.8370	A	3	Profissional formado	0	200	0	200	0	0
21.122.0138.2272	A	3	0	0	0	0	0	0	0
21.606.1427.4470	A	3	Família assistida	2.211	351	4.667	5.018	226,96	0
21.122.1427.2272	A	3	-	0	0	0	0	0	0
21.122.0750.2000	A	3	-	0	0	0	0	0	0

2.6. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.6.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	49201	373015

Fonte: Manual Técnico Orçamentário – 2010/SIAFI

2.6.1.1. Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.¹

Valores em R\$ 1,00

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não se aplica

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.6.1.2. Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não se aplica

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.6.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.³

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			0	0	0	0	0	0

Fonte:

Não se aplica

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.6.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	373001	21122013522720001	0,00	0,00	19.945,31
		373001	21122013722720001	0,00	0,00	946.018,04
		373001	21122013822720001	0,00	0,00	263.541,35
		373001	21122075020000001	7.359,23	0,00	1.689.876,27
		373001	21122135022720001	0,00	0,00	13.510,60
		373001	21122142722720001	0,00	0,00	118.550,96
		373001	21125013821050001	0,00	0,00	31.965,00
		373001	21128013945720001	0,00	0,00	51.066,92
		373001	21301075020CW001	0,00	0,00	88.053,63
		373001	21363135083700001	0,00	0,00	750.000,00
		373001	21422143384020001	0,00	0,00	63.546,09
		373001	21606142744700001	0,00	0,00	163.010,25
		373001	21631013583740001	0,00	0,00	161.813,91
		373001	21631013583840001	0,00	0,00	105.682,00
		373001	21631013583870001	0,00	0,00	81.790,00
		373001	2163101372B060001	0,00	0,00	867.541,86
		373001	21631013743580001	0,00	0,00	59.164,00
		373001	21631013783980001	0,00	0,00	1.022.000,90
		373001	21631112021090001	0,00	0,00	17.509,06
		373001	2169101374320001	0,00	0,00	3.540,00
Movimentação Externa	Concedidos	0	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	0	-	0,00	0,00	0,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Megainvestimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	0	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	373001	21122013722720001	642.000,00	0,00	0,00
		373001	21122075020000001	61.692,40	0,00	0,00
		373001	21422143384020001	400,00	0,00	0,00
		373001	21631013544600001	0,00	1.166.189,11	0,00
		373001	21631013704270001	0,00	11.320.400,00	0,00
		373001	2163101372B060001	201.869,14	0,00	0,00
		373001	21631013783960001	11.056.303,14	0,00	0,00
		373001	21691013743200001	39.241,30	0,00	0,00
Movimentação Externa	Concedidos	0	-	0,00	0,00	0,00
	Recebidos	0	-	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica

Todos os recursos utilizados foram descentralizados pela sede do Incra, em Brasília, conforme se observa no quadro A.2.7. São créditos oriundos da Programação Operacional definida pela Diretoria Colegiada desta Autarquia e detalhada no âmbito das Superintendências Regionais por ocasião das definições de prioridades locais.

Para atendimento das despesas correntes os recursos foram descentralizados e aplicados conforme demonstrado no quadro acima mencionado, destacando-se as despesas relativas aos contratos de assistência técnica e capacitação de assentados e de demarcação topográfica e georreferenciamento de imóveis rurais.

Das despesas de capital vale destacar a Ação 8396 – Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento, com aquisição de patrulhas mecanizadas e implantação e recuperação de ramais em Projetos de Assentamento.

No exercício de 2011 o desempenho de movimentação dos créditos orçamentários descentralizados para a Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre atenderam as necessidades da instituição de forma satisfatória.

2.6.2. Execução Orçamentária da Despesa

2.6.2.1. Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	12.482	133.102,77	12.482	132.632,56
Tomada de Preços	39.241,30	749.931,03	39.241,30	196.011,56
Concorrência	0,00	2.051.282,80	0,00	0,00
Pregão	8.004.886,18	16.066.665,09	2.152.589,43	7.058.111,32
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Registro de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	946.599,76	10.177.008,55	693.353,89	702.925,76
Inexigibilidade	116.032,12	76.986,11	80.602,44	16.170,15
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	29.501,98	68.214,48	29.501,98	61.614,48
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	821.697,06	2.263.228,38	821.697,06	2.258.095,38
Outros				
Não se aplica	24.691.275,51	18.556.677,25	12.248.575,33	14.829.171,90

Fonte: SIAFI Gerencial

2.6.2.2. Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa	4.359,23	22.153,82	4.359,23	22.153,82	0,00	0,00	4.359,23	22.153,82
2º elemento de despesa	1.782,52	1.542,57	1.782,52	1.542,57	0,00	0,00	1.782,52	1.542,57
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	2.156.933,07	13.577.272,85	989.381,24	13.577.272,85	1.167.551,83	12.465.242,26	989.381,24	1.112.030,59
2º elemento de despesa	1.365.678,00	2.263.228,38	0,00	2.263.228,38	1.365.678,00	0,00	0,00	2.258.095,38
3º elemento de despesa	1.002.060,99	1.362.388,06	859.026,24	1.119.699,21	143.034,75	242.688,85	859.026,24	1.119.699,21
Demais elementos do grupo	1.842.442,33	1.603.893,72	1.799.807,32	1.101.038,72	42.634,81	502.855,00	1.799.807,52	1.101.038,72

Fonte: SIAFI Gerencial

2.6.2.3. Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa	10.000.000,00	10.420.208,73	5.000.000,00	4.691.342,73	5.000.000,00	5.728.866,00	5.000.000,00	4.691.342,73
2º elemento de despesa	4.913.961,54	10.200.000,00	126.210,62	7.200.000,00	4.787.750,92	3.000.000,00	126.210,62	7.200.000,00
3º elemento de despesa	48.303,14	2.954.607,12	48.303,14	349.404,84	0,00	2.605.202,28	48.303,14	349.404,84
Demais elementos do grupo	39.241,30	74.092,37	39.241,30	0,00	0,00	74.092,37	39.241,30	0,00
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa	11.320.400,00	5.489.800,00	5.456.400,00	5.234.200,00	5.864.000,00	255.600,00	5.456.400,00	5.234.200,00
2º elemento de despesa	1.149.215,97	320,39	936.193,79	0,00	213.022,18	320,39	936.193,79	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Análise crítica

No exercício de 2011 a programação orçamentária da UJ foi realizada a contento sem alterações significativas, atendendo as metas inicialmente traçadas na Programação Operacional de 2011, inclusive apresentou um índice de aplicabilidade relevante atingindo 96,09% da provisão recebida pela Superintendência Regional.

A principal alteração referente aos montantes despendidos por elemento de despesa ocorreu nos recursos para pagamento de créditos às famílias assentadas, que teve um incremento de mais de 100% se comparado com o exercício anterior.

O contingenciamento dos créditos orçamentários dificultaram algumas ações mas não impediu o alcance dos objetivos planejados.

2.6.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	♦ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.	57
							· Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	♦ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais.	54
							• Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	♦ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0
							• Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	♦ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. ♦ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	822,59
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	♦ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ♦ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	♦ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ♦ Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	SR.14(AC)	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	♦ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ♦ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	♦ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ♦ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	80
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	♦ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ♦ Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	73

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	♦ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ♦ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	62
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	SR.14(AC)	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	446
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	20
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	SR.14(AC)	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	♦ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	5
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	♦ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	1
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	-

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	♦ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	52
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	♦ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	9,50
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	SR.14(AC)	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício)multiplicado por 100.	♦ SIAFI e SICONV	20
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	SR.14(AC)	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	-

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Não se aplica

3.1 Análise Crítica

Como não houve reconhecimento de passivo por insuficiência de créditos ou recursos, não é possível realizar análise crítica.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	5.133,00	0,00	0,00	5.133,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2007	10.884.036,43	866.445,69	10.017.590,74	0,00
2008	36.714.651,18	7.279.128,12	29.435.523,06	0,00
2009	26.074.407,69	1.628.567,33	24.400.216,17	45.624,19
2010	24.847.797,06	129.213,36	17.771.700,86	6.946.882,84
Observações:				

Fonte: SIAFI Gerencial

4.1. Análise Crítica

A UJ busca sempre em cada exercício, na medida do possível, eliminar o estoque de Restos a Pagar, o que nunca é possível pelo fato dos recursos financeiros liberados serem insuficientes para tal feito. O saldo de RP no final do exercício de 2011 inclui os anos de 2009 e 2010 em um montante não muito elevado se considerarmos os anos anteriores. A dificuldade da UJ obter liberação de recursos financeiros suficientes para quitar os compromissos dentro do exercício é o fator primordial para a inscrição de valores de RP para o próximo exercício. É interessante frisar que considerável montante do valor de RP inscritos, deriva de convênios.

O valor inscrito como RP Processados é um saldo de valor não utilizado no pagamento de obras realizadas na Sede da Superintendência. Tal montante já foi cancelado por intermédio da anulação do valor em empenho.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1. Composição do Quadro de servidores ativos

Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	-	263	0	3
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	-	263	0	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	261	0	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	0	0	0
2. Servidores CLT (Anistiados)	-	1	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	-	264	0	3

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

Considereei Celetista 1 1.2.1

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	3
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (Lei 6.999/82 – Tribunal Regional Eleitoral)	2
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	4
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	12

Fonte: Extração SIAPE fev/12

Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	19	2	3
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	19	2	3
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	16	2	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	2	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções gratificadas	0	2	1	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	2	1	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	21	3	3

Fonte: Extração SIAPE fev/12

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	7	20	46	143	29
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	7	20	46	142	29
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	1	0
2. Provimento de cargo em comissão	2	4	6	9	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	4	6	8	0
2.3. Funções gratificadas	1	0	0	1	0
3. Totais (1+2)	9	24	52	152	29

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	1	58	0	117	69	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	1	58	0	116	69	0	0	0
1.3. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0	1	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	4	17	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	16	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	1	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	1	58	0	121	86	0	0	0

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

5.2. Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	30	8
1.1 Voluntária	27	8
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	3	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	35	0
2.1 Voluntária	28	0
2.2 Compulsória	7	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	65	8

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	15	0
1.1. Integral	9	0
1.2. Proporcional	6	0
2. Em Atividade	38	2
3. Total (1+2)	53	2

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível Superior	3	5	3	5	32.594,99
1.1 Área Fim	0	0	1	2	6.519,00
1.2 Área Meio	3	5	2	3	26.076,00
2. Nível Médio	18	19	21	20	103.909,69
2.1 Área Fim	8	6	8	6	37.425,10
2.2 Área Meio	10	13	13	14	66.484,59
3. Total (1+2)	21	24	24	25	136.504,68

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

5.4. Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	13.279.319,09	0,00	1.223.698,57	393.850,08	743.733,38	2.100.102,99	0,00	0,00	499.681,32	18.240.385,43
	2010	13.071.868,79	0,00	1.196.224,70	405.966,03	2.543.375,92	1.634.682,13	0,00	21.549,71	334.309,94	19.207.977,22
	2009	13.120.442,30	0,00	1.212.964,22	379.794,49	1.962.942,56	816.837,30	0,00	0,00	344.035,67	17.844.757,32
Servidores CLT (Anistiados)											
Exercícios	2011	17.708,04	0,00	1.533,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.241,77
	2010	12.259,38	0,00	1.533,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.793,11
	2009	6.339,00	0,00	1.401,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.704,78
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	3.588,78	0,00	0,00	0,00	0,00	3.588,78
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	18.505,45	0,00	0,00	0,00	0,00	18.505,45
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	16.396,41	0,00	0,00	0,00	0,00	16.396,41
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2011	0,00	373.346,03	0,00	0,00	113.386,05	0,00	0,00	0,00	0,00	486.732,08
	2010	0,00	370.051,62	0,00	0,00	175.140,98	0,00	0,00	0,00	0,00	545.192,60
	2009	0,00	357.439,11	0,00	0,00	191.213,55	0,00	0,00	0,00	0,00	548.652,66
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2011	0,00	373.346,03	0,00	0,00	113.386,05	0,00	0,00	0,00	0,00	486.732,08
	2010	0,00	370.051,62	0,00	0,00	175.140,98	0,00	0,00	0,00	0,00	545.192,60
	2009	0,00	357.439,11	0,00	0,00	191.213,55	0,00	0,00	0,00	0,00	548.652,66

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Observação: Foram concedidas diárias (indenizações) para terceiros, conforme especificado:

Ano	Valor
2011	R\$ 56.048,06
2010	R\$ 98 355,00
2009	R\$ 69.886,91

5.5. Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Fonte:

Não se aplica

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Fonte:

Não se aplica

Quadro A.5.12 – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Fonte:

Não se aplica

5.6. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre													
UG/Gestão: 373015/37201							CNPJ: 00.375.972/0017-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2005	V	O	CRT/AC/10.000/05	17.219.353/0002-60	14/10/05	30/03/11	14	14					E
2005	L	O	CRT/AC/10.000/05	00.415.396/0001-38	11/11/05	30/04/11	17	17					E
2011	V	O	CRT/AC/10.000/11	17.219.353/0002-60	01/06/11	30/05/12	8	8					A
2011	V	O	CRT/AC/9.000/11	02.764.609/0001-62	01/06/11	30/05/12	13	13					A
2011	L	O	CRT/AC/25.000/11	00.415.396/0001-38	01/11/11	31/10/12	17	17					A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SR.14/A

Quadro A.5.14 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre													
UG/Gestão: 373015/37201							CNPJ: 00.375.972/0017-28						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	1	O	CRT/AC/17.000/10	10.713.952/001-06	16/08/10	15/08/11			2	2			A
2010	1	O	CRT/AC/16.000/10	07.533.627/0001-57	16/08/10	15/08/11			2	2			A
2011	1	O	CRT/AC/17.001/10	10.713.952/0001-06	16/08/11	15/08/12			2	2			P
2011	1	O	CRT/AC/16.001/10	07.533.627/001-57	16/08/11	15/08/12			2	2			P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: SR.14/A

5.7. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não foram utilizados indicadores gerenciais na Superintendência no exercício 2011. No exercício de 2012 deverão ser trabalhados os dados da avaliação de desempenho para fins de concessão de Gratificação, nos termos do Decreto 7.133/10, visando a mensuração do Desempenho Funcional dos servidores, tendo em vista que só neste ano de 2012 a avaliação foi aplicada nesta instituição.

6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1. Transferências efetuadas no exercício

Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14									
CNPJ: 00.375.972/0017-28					UG/GESTÃO: 373015/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	601819/2007	84.306.620/0001-43	318.140,92	9.274,28	0,00	191.669,84	27/12/07	15/12/11	1
1	702807/2008	63.606.479/0001-24	22.222.222,22	2.222.222,22	0,00	20.000.000,00	31/12/08	31/08/12	1
1	703441/2009	63.606.479/0001-24	10.074.561,02	919.632,02	0,00	9.154.929,00	28/05/09	31/12/11	1
1	732122/2010	63.606.479/0001-24	10.000.000,00	1.000.000,00	3.000.000,00	9.000.000,00	08/04/10	31/12/12	1
1	740511/2010	04.031.258/0001-06	1.333.333,33	133.333,33	0,00	1.200.000,00	24/06/10	31/08/12	1
1	752113/2010	09.061.977/0001-93	435.955,10	43.595,51	274.359,59	274.359,59	05/01/11	05/04/12	1
1	755824/2011	63.606.479/0001-24	11.111.112,00	1.111.112,00	5.000.000,00	5.000.000,00	04/07/11	31/12/12	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 – Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Parceria					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Cooperação					4 - Concluído				
5 - Termo de Compromisso					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SR.14/D

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14					
CNPJ:	00.375.972/0017-28					
UG/GESTÃO:	373015/37201					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	5	3	1	8.274.359,59	22.545.904,20	15.609.024,80
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	5	3	1	8.274.359,59	22.545.904,20	15.609.024,80

Fonte: SR.14/D

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14					
CNPJ: 00.375.972/0017-28			UG/GESTÃO: 373015/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	5	40.592.359,59	35.474.359,59	5.118.000,00	87,39
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	5	40.592.359,59	35.474.359,59	5.118.000,00	87,39

Fonte: SR.14/D

Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14					
CNPJ: 00.375.972/0017-28			UG/GESTÃO: 373015/37201		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	1	-	-
		Montante Repassado	1.158.063,60	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	1.967.373,44	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	2	-	-
		Montante Repassado	20.705.815,70	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: SR.14/D

Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência Regional do Estado do Acre – SR.14					
CNPJ: 00.375.972/0017-28				UG/GESTÃO:373015/37201	
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas			1	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-	-
			Contas Não analisadas	-	-
		Montante repassado (R\$)		-	-
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1	-
			Montante repassado (R\$)	1.158.063,60	-
2010	Quantidade de contas prestadas			2	-
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	-	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	2	-
			Montante repassado (R\$)	1.967.373,44	-
2009	Quantidade de contas prestadas			2	-
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	2	-
			Quantidade Reprovada	-	-
			Quantidade de TCE	-	-
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	-	-
			Montante repassado	-	-
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas		Quantidade	-	-
			Montante repassado	-	-

Fonte: SR.14/D

6.2. Análise Crítica

♦ Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente

Não há nenhuma transferência que se enquadre nesta situação no exercício de 2011.

♦ Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011, ou legislação que o altere

Os recursos do Convênio CRT/AC/12.000/2008, SICONV nº 702807/2008, no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), embora tenham sido empenhados em 31 de dezembro de 2008, Nota de Empenho 2008NE900557, os desembolsos ocorreram da seguinte forma: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) em 30 de novembro de 2009 e os outros R\$ 10.000.000,00 (dez milhões) em 12 de julho de 2010.

No caso do Convênio CRT/AC/1.000/2009, SICONV nº 703441/2009, no valor de R\$ 10.954.929,00 com recursos empenhados em 22 de maio de 2009, por intermédio das Notas de Empenho 2009NE900127 no valor de R\$ 5.265.137,00 e 2009NE900128 correspondente a R\$ 3.889.792,00 acrescidos de R\$ 1.800.000,00 empenhados em 12 de dezembro de 2009, Nota de Empenho 2009NE900516, os desembolsos aconteceram em 3 (três) etapas distintas, quais sejam: R\$ 4.577.464,50 em 03/11/2009, R\$ 4.577.464,50 em 18/06/2010 e R\$ 1.800.000,00 em 28/06/2010.

Quanto ao Convênio CRT/AC/3.000/2010, SICONV nº 732122/2010, no valor de R\$ 9.000.000,00 com recursos empenhados em 08 de abril de 2010 por meio da Nota de Empenho 2010NE900104, os desembolsos ocorreram em 5 (cinco) etapas distintas, quais sejam: R\$ 4.500.000,00 em 14/06/2010, R\$ 1.500.000,00 em 04/12/2010, R\$ 1.000.000,00 em 08/07/2011, R\$ 1.000.000,00 em 12/08/2011 e R\$ 1.000.000,00 em 15/09/2011.

No que diz respeito ao Convênio CRT/AC/3.001/2010, SICONV nº 740511/2010, no valor de R\$ 1.200.000,00 com recursos empenhados em 23 de junho de 2010, Nota de Empenho 2010NE900213, os desembolsos aconteceram em 2 (dois) momentos, a saber: R\$ 600.000,00 em 30/06/2010 e R\$ 600.000,00 em 25/11/2010.

Com relação ao Convênio CRT/AC/3.002/2010, SICONV nº 752113/2010, no valor de R\$ 392.359,59 com recursos empenhados em 15 de dezembro de 2010, conforme Nota de Empenho 2010NE900510, os desembolsos das 2 (duas) primeiras parcelas ocorreram, respectivamente, da seguinte forma: R\$ 156.359,59 em 13/07/2011 e R\$ 118.000,00 em 14/12/2011. A liberação da terceira e última parcela no valor de R\$ 118.000,00 estava prevista para setembro de 2011, todavia, não ocorreu devido a indisponibilidade de recursos financeiros no INCRA.

Por fim, o Convênio 12.000/2011, SICONV nº 755824/2011, no valor de R\$ 10.000.000,00, com parte dos recursos empenhados em 30 de junho de 2011 importando em R\$ 5.000.000,00, por intermédio das Notas de Empenho 2011NE800184 no valor de R\$ 1.500.000,00 e 2011NE800185 correspondente a R\$ 3.500.000,00 teve seus desembolsos ocorrendo em 4 (quatro) etapas diferentes, quais sejam: R\$ 1.000.000,00 em 13/07/2011, R\$ 1.000.000,00 em 07/10/2011, R\$ 1.000.000,00 em 24/10/2011 e R\$ 2.000.000,00 em 30/12/2011. O restante dos recursos na ordem de R\$ 5.000.000,00 encontrando-se empenhados, de acordo com a Nota de Empenho 2011NE800410 no valor de R\$ 2.500.000,00 de 13/12/2011 e Nota de Empenho 2011NE800434 no valor de R\$ 2.500.000,00 de 16/12/2011, e serão transferidos por ocasião da disponibilidade de financeira.

♦ **Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos**

Os recursos transferidos por intermédio de convênios em 2009, 2010 e 2011 totalizaram R\$ 46.429.288,59, todos celebrados com o Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE, com exceção daquele firmado com Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN, conforme discriminação abaixo:

1. Convênio CRT/AC/1.000/2009 (SICONV Nº 703441/2009): Seu objeto é a execução de melhoria e conservação de infraestrutura viária básica nos Municípios: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Porto Walter, através da: melhoria, conservação e abertura de ramais nos projetos de assentamento do INCRA no Estado do Acre.

Os recursos totalizam R\$ 10.954.929,00, cabendo ao INCRA o valor de R\$ 9.154.929,00 e ao Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE a importância de R\$ 919.632,02, como contrapartida.

2. Convênio CRT/AC/3.000/2010 (SICONV Nº 732122/2010): Tem como objeto a execução de melhoria e conservação de infraestrutura viária básica nos Municípios: Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba, Acrelândia, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Rio Branco, Porto Acre, Bujari, Sena Madureira, Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima e Rodrigues Alves, através da: melhoria, conservação, recuperação de estradas vicinais e ramais com construção de pontes e bueiros, nos Projetos de Assentamento do INCRA no Estado do Acre.

Os recursos são da ordem de R\$ 10.000.000,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 9.000.000,00 e do Governo do Estado do Acre/SEPLAN/DERACRE a importância de R\$ 1.000.000,00, como contrapartida.

3. Convênio CRT/AC/3.001/2010 (SICONV Nº 740511/2010): Seu objeto é a implantação de infraestrutura viária básica no Projeto de Assentamento Triunfo, de propriedade do INCRA, Código SIPRA AC0042000, situado no Município de Plácido de Castro, Estado do Acre, através da abertura de estradas vicinais e ramais com construção de pontes e bueiros.

Os recursos totalizam R\$ 1.333.333,33, cabendo ao INCRA o valor de R\$ 1.200.000,00 e ao DERACRE a importância de R\$ 133.333,33, como contrapartida.

4. Convênio CRT/AC/3.002/2010 (SICONV Nº 752113/2010): Tem como objeto apresentar instrumentos e meios para aliar a responsabilidade ambiental com a responsabilidade social, utilizando a mão de obra de pessoas privadas da liberdade e em cumprimentos de penas no regime semiaberto, aberto, penas e medidas alternativas, por meio da produção de mudas de espécies agroflorestais para o reflorestamento de áreas desmatadas, beneficiando assim, as famílias assentadas em Projetos de Assentamento do INCRA no Estado do Acre.

Os recursos são da ordem de R\$ 435.955,10, sendo do INCRA o valor de R\$ 392.359,59 e do Instituto de Administração Penitenciária – IAPEN a importância de R\$ 43.595,51, como contrapartida.

5. Convênio CRT/AC/12.000/2011 (SICONV Nº 755824/2011): Seu objeto é a execução de melhoria e conservação de infraestrutura viária básica nos Projetos de Assentamento situados nos municípios do Estado do Acre, divididos em 5 (cinco) regionais, a saber: Alto Acre - Assis Brasil, Brasileia, Epitaciolândia e Xapuri; Baixo Acre - Capixaba, Senador Guiomard, Rio Branco, Porto

Acre, Bujari e Acrelândia; Purus - Sena Madureira e Manuel Urbano; Tarauacá/Envira - Tarauacá e Feijó; Juruá - Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves, Mâncio Lima e Marechal Thaumaturgo.

Os recursos importam em R\$ 11.111.112,00, sendo do INCRA o valor de R\$ 10.000.000,00 e do Governo do Estado do Acre/DERACRE a importância de R\$ 1.111.112,00, como contrapartida.

Analisando a situação apresentada, verifica-se que ocorreu evolução e involução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, haja vista que em 2009 os recursos são da ordem de R\$ 15.609.024,80 enquanto que em 2010 importam em R\$ 22.545.904,20, representando um acréscimo relativamente considerável de 44,44% com relação aos recursos de 2009. Comparando-se ainda, com os recursos de 2009, em 2011 os recursos foram somente da ordem de R\$ 8.274.359,59, equivalendo, neste caso, um decréscimo com relação ao valor de 2010, e mais, representando somente 53,01% do valor de 2009.

♦ **Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011**

A Superintendência Regional vai continuar focando suas ações na capacitação da equipe técnica e financeira que acompanha a execução dos convênios, sejam aqueles celebrados em exercícios anteriores, bem como dos que serão firmados em 2012.

A capacitação continuará voltada para uma correta e mais eficiente utilização do Sistema de Gestão de Convênios e Contrato de Repasses – SICONV, além da legislação aplicável à matéria.

A equipe de acompanhamento disponível inicialmente continuará a mesma, devido a escassez de servidores com perfil para atuar nas duas áreas (técnica e financeira).

O acompanhamento e fiscalização será intensificado, tendo em vista que os servidores que atuam nessa área adquiriram maior experiência tanto em 2011 quanto em anos anteriores.

No ano de 2011, três servidores foram treinados sobre o sistema SICONV, sendo dois da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e um da Divisão de Administração.

Esta Superintendência Regional se compromete a dar continuidade ao processo de capacitação, durante o ano de 2012, de todos os servidores envolvidos nos convênios firmados, não só no SICONV, mas em todos os sistemas relacionados aos convênios, objetivando melhor acompanhamento e cumprimento dos objetos celebrados.

Vale ressaltar que, como o número de servidores desta Superintendência Regional é insuficiente para atender a todos os programas e ações relacionados ao cumprimento das metas institucionais, esses servidores estão envolvidos em diversas atividades, além dos trabalhos dos convênios.

♦ **Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares**

As prestações de contas apresentadas foram aprovadas pela Superintendência Regional, com exceção do Convênio CRT/AC/17.000/2004 (SIAFI nº 514836) celebrado com o Governo do Estado do Acre/ITERACRE, que já tem sua prestação de contas analisada sob os aspectos técnico e financeiro, inclusive com pedidos de devolução dos recursos financeiros gastos indevidamente, entretanto, o conveniente solicitou prorrogação de prazo por mais 60 (sessenta) dias, contados a

partir de 24 de fevereiro de 2011, para apresentação de defesa quanto às falhas indicadas, que foi concedido por esta Superintendência Regional.

Considerando que o Tribunal de Contas da União – TCU por intermédio do ACÓRDÃO Nº 5659/2011 – TCU – 1ª Câmara, concedeu prazo de 60 (sessenta) dias a partir de 29 de julho de 2011 para que esta Superintendência Regional concluísse a análise da prestação de contas final do convênio acima citado, expirando o referido prazo em 26 de setembro de 2011, ou, se fosse o caso, a instauração da competente tomada de contas especial.

Considerando ainda, que o Instituto de Terras do Acre – ITERACRE propôs a constituição de uma comissão mista paritária entre o Estado do Acre e o INCRA, com o objetivo de analisar e emitir relatório acerca da prestação de contas final apresentada do mencionado convênio.

Considerando finalmente, que o ITERACRE solicitou prorrogação do prazo, por mais 90 (noventa) dias, para cumprimento da determinação do Acórdão acima citado.

Neste contexto, e visando exaurir todos as providências cabíveis para a solução das divergências apontadas na execução dos serviços pactuados, manifestamos nossa concordância com a proposta formulada, solicitando ao Presidente do Tribunal de Contas da União -TCU prorrogação do prazo concedido inicialmente no ACÓRDÃO Nº 5659/2011 – TCU – 1ª Câmara, por mais 90 (noventa) dias.

O prazo concedido inicialmente foi prorrogado duas vezes, por iguais períodos de 90 (noventa) dias, totalizando 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de 27 de setembro de 2011, com término em 22 de junho de 2012, devido a alguns problemas identificados antes do início dos trabalhos.

A comissão mista paritária foi constituída somente em 12 de dezembro de 2011, por meio da ORDEM DE SERVIÇO/INCRA/SR/14/AC/Nº 93, tendo em vista a indisponibilidade de servidores do INCRA, com perfil técnico, para compor a referida comissão.

Face aos entraves relatados acima, a comissão iniciou os trabalhos apenas em 30 de janeiro de 2012, apresentando Relatório da análise do objeto do convênio em 06 de fevereiro de 2012, e solicitando informações complementares do INCRA e do ITERACRE.

As informações solicitadas pela mencionada comissão foram disponibilizadas em 17 de fevereiro de 2012.

Os servidores do INCRA que compõem a citada comissão, lotados em Brasília/DF e Vitória/ES, retornaram a cidade de Rio Branco/AC em 19/03/2012, para dar continuidade aos trabalhos, estando em fase de apresentação de relatório.

O Convênio CRT/AC/8.000/2004 (SIAFI nº 504188) teve sua prestação de contas final aprovada desde 21 de outubro de 2011, com lançamento no sistema SIAFI dia 24/10/2011.

Existem ainda, o Convênio CRT/AC/9.000/2006 (SIAFI nº 577248), celebrado com a Fundação Arthur Bernardes – FUNARBE, com a interveniência da Universidade Federal de Viçosa – UFV, cuja prestação de contas foi registrada em 30 de setembro de 2010, e que se encontra ainda em análise técnica, pois parte dos Planos de Desenvolvimento do Assentamento – PDAs que fazem parte do objeto do convênio apresentaram falhas na elaboração e foram devolvidos aos convenientes

para os devidos ajustes. Os PDA's são extensos e complexos, demandando tempo e disponibilidade de técnicos capacitados para analisá-los.

Temos também, o Convênio CRT/AC/7.000/2007 (SIAFI nº 601814) celebrado com a Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, com prestação de contas registrada em 16 de dezembro de 2010, já analisada sob o aspecto técnico, encontrando-se aguardando análise financeira pelo Setor de Contabilidade da Divisão de Administração desta Superintendência Regional.

Por fim, temos o Convênio CRT/AC/10.000/2007 (SIAFI nº 601779), firmado com o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi, com prestação de contas registrada em 28 de julho de 2011, já analisada sob o aspecto técnico, encontrando-se atualmente aguardando análise financeira pelo Setor de Contabilidade da Divisão de Administração desta Superintendência Regional.

Considerando que esta Superintendência Regional dispõe somente de um técnico especializado para proceder a análise financeira/contábil, solicitamos do Presidente do INCRA em 05 de dezembro de 2011 a liberação de dois servidores com experiência em análise financeira/contábil de prestação de contas final, lotados em Brasília – DF, para proceder a análise do Convênio CRT/AC/7.000/2007 (SIAFI nº 601814), seguindo as orientações emanadas pela Controladoria Regional da União no Acre. Estamos aguardando a liberação dos servidores.

♦ **Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2011, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto**

Como mencionado no item anterior, o Convênio CRT/AC/17.000/2004 (SIAFI nº 514836) teve sua prestação de contas analisada sob os aspectos técnico e financeiro, aguardando a conclusão da nova análise pela comissão mista paritária entre o Estado do Acre e o INCRA.

A prestação de contas final do Convênio CRT/AC/8.000/2004 (SIAFI nº 504188) encontra-se aprovada desde 21 de outubro de 2011, com lançamento no sistema SIAFI dia 24/10/2011.

Com relação ao Convênio CRT/AC/9.000/2006 (SIAFI nº 577248) ainda se encontra em análise técnica, em razão de parte do objeto do referido convênio ainda não estar totalmente concluído, como mencionado anteriormente.

Quanto ao Convênio CRT/AC/7.000/2007 (SIAFI nº 601814) firmado com a Prefeitura Municipal de Plácido de Castro, com prestação de contas registrada em 16 de dezembro de 2010, já analisado sob o aspecto técnico, estamos aguardando a análise financeira pelo Setor de Contabilidade da Divisão de Administração desta Superintendência Regional ou pelos servidores lotados em Brasília – DF.

No que diz respeito ao Convênio CRT/AC/10.000/2007 (SIAFI nº 601779), firmado com o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr Grechi, com prestação de contas registrada em 28 de julho de 2011, já analisada sob o aspecto técnico, encontra-se aguardando análise financeira pelo Setor de Contabilidade da Divisão de Administração desta Superintendência Regional.

Ressaltamos, mais uma vez, que a Superintendência Regional não dispõe de pessoal suficiente para realizar as análises dos convênios, nos termos da legislação vigente, tanto sob o técnico quanto financeiro, pelos motivos a seguir expostos:

a) Técnico: O pessoal envolvido no acompanhamento e fiscalização dos convênios atua em outras áreas técnicas, face ao número reduzido de servidores que têm competência e conhecimento adequado, além de ainda não dispormos de equipamentos em número suficiente, como por exemplo,

de veículos, máquinas fotográficas, GPS etc, o que contribuiria sobremaneira para uma melhor fiscalização e produção de relatórios mais consistentes e detalhados.

b) Financeiro: Dispomos apenas de um técnico com competência e conhecimento adequado, que ainda atua na análise financeira em outras áreas administrativas, o que requer muitas vezes o deslocamento de técnicos do INCRA/Sede (Brasília/DF) para realizar ou auxiliar nas citadas análises.

♦ **Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados**

A Superintendência Regional criou neste exercício novo Grupo de Trabalho para resolução de pendências dos convênios celebrados até o ano de 2011.

O Grupo de Trabalho reunia-se sempre que havia necessidade de encaminhamento de alguma pendência dos convênios firmados, embora cada membro desenvolvesse suas atividade em seus respectivos setores, objetivando o andamento regular dos trabalhos das análises das prestações de contas, pois ainda não dispomos de espaço físico adequado, em razão da reforma dos blocos administrativos que ocorre atualmente nesta Superintendência Regional e das próprias funções que cada um desenvolve.

As atividades desenvolvidas pelo Grupo de Trabalho atingiram os objetivos propostos, contando inclusive com a ajuda de técnicos do INCRA/Sede (Brasília/DF), estando pendente apenas o Convênio CRT/AC/17.000/2004 (SIAFI nº 514836), já explicitado anteriormente.

A capacidade de fiscalização não é suficiente para atender a todos os convênios de forma tempestiva e satisfatória, devido ao número insuficiente de servidores com competência e conhecimento adequado e o tamanho dos objetos firmados, como por exemplo, no caso dos convênios de estradas vicinais (ramais).

Por esse motivo, a fiscalização ocorre sempre a posteriori, embora não prejudique o alcance dos objetos propostos nos convênios celebrados ao longo dos anos.

7. Declaração de Atualização de Dados no Siasg e Siconv

Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO Eu, <u>(gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas)</u>, CPF nº _____, <u>(cargo ocupado pelo responsável)</u>, exercido na <u>(nome da unidade responsável)</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Brasília, ____ de ____ de 2012. <u>(Nome do Gestor)</u> <u>(CPF)</u> <u>(Cargo/Unidade Jurisdicionada)</u>
--

* Observação: Os servidores que acessam ao SICONV na SR.14/AC não receberam ainda treinamento adequado e suficiente para lidar com o sistema, por isso as informações dos nossos convênios estão desatualizadas.

8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	2	3	257
	Entregaram a DBR	2	3	257
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SR.14/A

Análise Crítica

Todos os servidores da Superintendência, sejam efetivos, sem vínculo ou em exercício descentralizado, desde o ano de 2008, optaram, por intermédio de assinatura de autorização de acesso, pela disponibilidade de sua Declaração Anual de Imposto de Renda, para possíveis consultas, diretamente na base de dados da Receita Federal, estando os mesmos desobrigados a apresentá-la em papel impresso.

Desta forma todos estão em dia com o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei 8.730/93 e demais legislações.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: A metodologia utilizada para obtenção das informações sobre Estrutura de Controles Internos da UJ, contou a participação de representantes de todas as Divisões da Unidade Jurisdicionada, apresentando cada tema, discutindo e mensurando o nível de aplicabilidade destes em sua rotina. Desta forma, buscou-se o meio mais adequado de conceber um questionário com as informações o mais próximo possível da realidade da Superintendência.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				X	

· Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
Considerações Gerais: Itens 1, 2, 3 e 4: Aspectos sobre a gestão ambiental a) Nos últimos anos as licitações para aquisições de bens e serviços de equipamentos de TI para uso corporativo foram de realizadas de maneira centralizada, pela Coordenação Geral de Tecnologia; b) As aquisições realizadas nos exercícios 2010/2011, levaram em consideração o disposto da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 DA SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, e o Decreto nº 5.940/2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta; c) Utilização de produtos de menor toxicidade, menor quantidade de hipoclorito de sódio e fosfatos; d) EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool-http://epeat.net) na categoria GOLD; Item 5 - otimização da utilização de sacos de lixo, aquisição de torneiras econômicas, sistema de luz com sensor, climatizadores e refrigeradores classe “A”; Item 6 – papel para impressão, lixeiras confeccionadas com papel jornal e canecas de porcelana; Item 7 – não houve aquisição de veículos no período; Item 8 – a UJ está estudando a implantação de sistema de reposição de tinta para impressora e de servidor de fax; Item 9 – a UJ tem dado preferência a produtos com garantia superior a dois anos; Item 10 – suspensão do teto das edificações, pinturas das paredes em cores claras, janelas amplas e de vidro para melhor entrada de luz ambiente visando a economia de energia; Item 11 – UJ está adquirindo quites de coleta seletiva; Item 12 – Realização de palestras, distribuição de folders, cumprimento das ações da agenda A3P e vinhetas em Programa de Rádio; Item 13 – Divulgação de cartazes com ações ambientais;					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	ACRE	17	17
	Rio Branco	16	16
	Sena Madureira	1	1
Subtotal Brasil		17	17
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		17	17

Fonte: SPIUnet Dez/2011 e Ficha de Cadastro de Imóveis da Superintendência.

Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	ACRE	2	2
	Tarauacá	1	1
	Feijó	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: SPIUnet Dez/2011 e Ficha de Cadastro de Imóveis da Superintendência.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373015	0139.00100.500.8	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 161.527,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00101.500.3	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 146.551,23	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00099.500.4	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 105.094,54	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00088.500.4	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 231.990,07	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00090.500.5	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 166.805,85	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00089.500.0	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 61.094,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00093.500.1	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 113.044,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00103.500.4	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 93.797,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00098.500.9	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 107.835,57	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00094.500.7	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 91.985,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00102.500.9	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 108.073,49	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00096.500.8	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 143.036,94	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00086.500.3	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 102.361,73	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00087.500.9	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 172.788,41	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00085.500.8	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 76.768,86	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00091.500.0	15	3	R\$ 0,01	28/09/10	R\$ 3.543.078,68	R\$ 0,00	R\$ 0,00
373015	0139.00020.500.8	15	3	R\$ 0,01	16/11/10	R\$ 680.600,66	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total							R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SPIUnet Dez/2011 e Ficha de Cadastro de Imóveis da Superintendência.

11.1.1. Análise crítica:

No exercício de 2011 não houve alteração no quantitativo de imóveis sob a jurisdição da Superintendência, onde contabilizou-se os mesmos 17 imóveis, distribuídos nos municípios de Rio Branco – 16 imóveis e Sena Madureira – 1 imóvel. Dos imóveis localizados na capital, 15 são utilizados como Unidade Residencial por servidores da SR.14/AC e 01 como Complexo Administrativo da Superintendência.

Existem três Unidades Avançadas do INCRA nos municípios de Sena Madureira, Brasileia e Cruzeiro do Sul, sendo que somente o imóvel da Unidade Avançada de Sena Madureira é de propriedade da União e está sob jurisdição da SR.

Além das Unidades Avançadas, continuam existindo dois escritórios representativos da Instituição nos municípios de Tarauacá e Feijó, cujos imóveis são locados de terceiros pela Superintendência.

Não ocorreram despesas com manutenção dos imóveis no exercício.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
Planejamento	1	2	3	4	5
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI	1	2	3	4	5
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	5				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação	1	2	3	4	5
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				X	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				X	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas	1	2	3	4	5
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI	1	2	3	4	5
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	70%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: Item: Planejamento 1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada; 2 - Planejamento Estratégico - – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada; 3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele; Item: Recursos Humanos de TI 4 - 02 administradores de rede (NM), 01 analista administrativo com habilitação em análise de sistemas (NS) e 02 técnicos de suporte (terceirizados); 5 – Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição; Item: Segurança da Informação 6 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI;					

7 - Desde 2006 há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/Nº 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição;

Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas

8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI;

9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades;

10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos;

11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG;

Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

12- O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos;

13 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, além do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações;

14 – Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição;

15 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	373015	Limite de Utilização da UG	100.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Luiz Lira de Carvalho	024.919.312-49	12.500,00	9.440,00	0,00	9.440,00
Luiz Lira de Carvalho	024.919.312-49	12.500,00	9.130,00	0,00	9.130,00
Luiz Lira de Carvalho	024.919.312-49	15.000,00	5.590,00	0,00	5.590,00
Carlos de Alencar Filho	015.352.688-24	3.000,00	800,00	0,00	800,00
Antônio Guilherme da S. Bibiano	138.449.212-04	3.000,00	0,00	1.086,64	1.086,64
Francisco Fortunato de C. Meireles	164.706.562-34	3.500,00	1.500,00	1.600,00	3.100,00
Francisco Fortunato de C. Meireles	164.706.562-34	3.500,00	0,00	0,00	0,00
Total utilizado pela UG			26.460,00	2.686,64	29.146,64
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total utilizado pela UG			-	-	-
Total utilizado pela UJ			-	-	-

Fonte: SR.14/A

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	05	26.460,00	02	2.686,64	29.146,64
2010	12	64.430,00	03	11.414,83	75.844,83
2009	04	8.322,00	02	1.730,34	10.052,34

Fonte: SR.14/A

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ord.	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	021.106/2010-0	5659/2011	1.5	Determinação	Ofício Nº 767/2011-TCU/SECEX-AC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre – SR.14					4039
Descrição da Deliberação:					
1.5.1. Determinar ao INCRA – AC para que adote, caso não tenha efetuado, no prazo de 60 dias, as medidas cabíveis para inclusão dos atos de concessão de pensão civil relacionados abaixo no Sistema Sisacnet, em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 55/2007, comprovando a este Tribunal, ao final do prazo estabelecido, o cumprimento da determinação.					
1.5.2. Determinar ao INCRA para que conclua, caso não o tenha efetuado, no prazo de 60 dias, a análise das prestações de contas relativas aos convênios nº 504188 e 514836, instaurando imediatamente a competente tomada de contas especial, se for o caso, e comprovando a este Tribunal, ao final do prazo estabelecido, o cumprimento da determinação.					
1.5.3. Dar ciência ao INCRA – AC que as aquisições de água mineral, sem prévia licitação e/ou contrato e mediante pagamento antecipado junto à empresa W. M. Figueiredo Neto – EPP, afronta o art. 2º da Lei nº 8.666/1993, os arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964 e o art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Acre – SR.14					4039
Síntese da providência adotada:					
1.5.1. Determinação atendida					
1.5.2. Cumprimento da determinação referente ao Convênio nº 504188 e solicitação de prazo para cumprimento do Convênio nº 514836.					
1.5.3. Cumprimento irrestrito da determinação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Todas as determinações foram cumpridas com ressalvas para o convênio nº 514836 que foi solicitado prazo para cumprimento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A criação de grupo de trabalho de controle de convênios na Superintendência facilitou o desenvolvimento das ações de acompanhamento dos convênios.					

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre – SR.14					4039
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não há deliberação do TCU com pendência.

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 059; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
2	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 060; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
3	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 061; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
4	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 062; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
5	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 062; Recomendação 2	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
6	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 063; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
7	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 063; Recomendação 2	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
8	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 066; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
9	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 068; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
10	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 072; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
11	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 072; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
12	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 073; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
13	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 077; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
14	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 079; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
15	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 081; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
16	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 081; Recomendação 2	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
17	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 085; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
18	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 085; Recomendação 2	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
19	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 085; Recomendação 3	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
20	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 085; Recomendação 3	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
21	Relatório de Auditoria Anual de Contas N° 201109226	Constatação n° 085; Recomendação 3	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR

Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Acre	4039
Descrição da Recomendação:	
Recomendação 01 da constatação nº 59: Buscar eficiência nos mecanismos de controle, por meio de orientações e capacitações junto aos servidores envolvidos, de modo a evitar impropriedades na concessão de crédito instalação em suas diversas modalidades e internalizar a ideia de controle no corpo funcional.	
Recomendação 01 da constatação nº 60: Aperfeiçoar os mecanismos de controle, por meio de orientações e capacitações junto aos servidores envolvidos, de modo a evitar impropriedades na celebração de convênios e internalizar a ideia de controle no corpo funcional.	
Recomendação 01 da constatação nº 61: Buscar eficiência nos mecanismos de controle, por meio de orientações e capacitações junto aos servidores envolvidos, de modo a evitar impropriedades na área de recursos humanos e internalizar a ideia de controle no corpo funcional.	
Recomendação 01 da constatação nº 62: Providenciar a regularização dos processos de concessão de Abono Permanência, com a alimentação do sistema SIAPE das informações porventura ainda não lançadas.	
Recomendação 02 da constatação nº 62: Que todos os pedidos administrativos da referida área sejam efetuados de forma tempestiva, contribuindo para melhora da eficiência e da eficácia da gestão.	
Recomendação 01 da constatação nº 63: Que a Unidade efetue um levantamento de quantas e para quem estão cedidas as patrulhas mecanizadas e providencie os devidos registros contábeis nos sistemas SIAFI e Patrimonial.	
Recomendação 02 da constatação nº 63: Quando da aquisição de novas patrulhas mecanizadas ou outro equipamento providenciar tempestivamente os registros contábeis nos sistemas SIAFI e Patrimonial.	
Recomendação 01 da constatação nº 66: Observar os exatos termos do art. 35 da NE nº 79/2008, quando da prestação de contas dos recursos repassados por meio do crédito instalação. Observar, em especial, a previsão do parágrafo único do art. 35 da NE nº 79/2008, relativa à prestação de contas parcial.	
Recomendação 01 da constatação nº 68: Atentar para as disposições contidas na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, em especial quanto às formalidades intrínsecas e extrínsecas dos processos relativos à concessão de crédito instalação.	
Recomendação 01 da constatação nº 72: Considerar o atraso da disponibilização da contrapartida quando da análise da Prestação de Contas, adotando as medidas administrativas cabíveis para ressarcimento ao Erário dos rendimentos de aplicação financeira não auferidos.	
Recomendação 02 da constatação nº 72: Observar o disposto no Parágrafo Sétimo da cláusula Décima Segunda “Do Controle e Fiscalização” do Convênio/CRT/AC/Nº 3.001/2010, onde deverá ser verificada a comprovação do cumprimento da contrapartida pactuada.	
Recomendação 01 da constatação nº 73: Fazer constar nos processos administrativos relacionados à celebração de convênios informações concernentes aos processos licitatórios realizados pela concedente, visando comprovar que a conveniente adotou os procedimentos legais necessários à contratação de serviços ou aquisição de bens, observada a legislação federal vigente.	
Recomendação 01 da constatação nº 77: Fazer constar nos processos administrativos relacionados à celebração de convênios informações concernentes aos processos licitatórios realizados pela concedente, visando comprovar que a conveniente adotou os procedimentos legais necessários à contratação de serviços ou aquisição de bens, observada a legislação federal vigente.	
Recomendação 01 da constatação nº 79: Somente formalizar termos de convênio, após a comprovação, pela conveniente, da formalização legal e regulamentar, de toda a documentação inerente ao objeto conveniado, condicionando a aprovação, quando se tratar de obras, à adequada definição e minuciosa especificação dos serviços e insumos que serão aplicados mediante os recursos repassados pelo INCRA SR.14/AC.	
Recomendação 01 da constatação nº 81: Definir com precisão os objetos dos convênios celebrados.	
Recomendação 02 da constatação nº 81: Instituir controles administrativos sobre os convênios celebrados visando evitar a superposição de objetos.	
Recomendação 01 da constatação nº 85: Implementar força tarefa, inclusive solicitando auxílio do Ministério Superior, se for o caso, com vistas a analisar todo o estoque de convênio com prestação de contas atrasada.	
Recomendação 02 da constatação nº 85: Estabelecer mecanismos de controle, dotando o setor de convênios de recursos humanos, devidamente treinados, e em quantidade suficiente, com o objetivo cobrar do conveniente e efetuar a análise das prestações de contas dentro dos prazos estabelecidos no normativos, aplicáveis ao assunto, especialmente da IN 01/1997 e da Portaria Interministerial nº 127/2008.	
Recomendação 03 da constatação nº 85: Instaurar procedimento administrativo com vistas a apurar possíveis responsabilidades de quem deu causa ao atraso das prestações de contas já entregues ao INCRA SR.14/AC e ainda não analisadas.	

Recomendação 04 da constatação nº 85: Instaurar procedimento administrativo objetivando apurar possível responsabilidade de quem deixou de efetuar a cobrança de prestação de contas junto ao conveniente nos prazos estabelecidos nos normativos específicos: IN 01/1997 e da Portaria Interministerial nº 127/2008.	
Recomendação 05 da constatação nº 85: Instaurar, na forma estabelecida nos normativos específicos, tomada de contas especial, com relação aos convênios cujos prazos de prestação de contas já se esgotaram e ainda não foram cumpridos.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre	1799
Síntese da providência adotada:	
Resposta a Recomendação 001 da Constatação nº 59: A Superintendência Regional está elaborando Plano de Capacitação visando melhorar os mecanismos de controle interno em todas as áreas. Com relação à concessão de Crédito Instalação a Superintendência Regional constituiu Comissão de Trabalho através da Ordem de Serviço/INCRA/SR.14/AC/Nº 066, de 27/09/2011 com o objetivo de sistematizar o fluxo processual e operacional, na concessão, aplicação, fiscalização, prestação de contas parcial e final e cobrança e ainda, o fiel cumprimento das normas reguladoras da matéria.	
Resposta Recomendação 01 da constatação nº 60: Como já foi relatado antes, esta Superintendência Regional se compromete a pleitear junto a Direção Nacional do INCRA, durante o ano de 2012, preferencialmente no primeiro trimestre, a capacitação de todos os servidores envolvidos nos convênios firmados, não só no SICONV, mas em todos os sistemas relacionados aos convênios, objetivando melhor acompanhamento e cumprimento dos objetos celebrados. Cabe destacar que no ano de 2011 três servidores foram treinados sobre o sistema SICONV, sendo dois da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e um da Divisão de Administração.	
Resposta a Recomendação 01 da constatação nº 61: A Superintendência Regional está elaborando Plano de Capacitação visando melhorar os mecanismos de controle em todas as áreas objetivando principalmente evitar impropriedades na área de recursos humanos.	
Resposta a Recomendação 01 e 02 da constatação nº 62: Todos os processos de Abono de Permanência passíveis de regularização junto ao Sistema SIAPE já foram atualizados, assim como, todos os novos processos estão sendo incluídos tempestivamente.	
Resposta a Recomendação 01 e 02 da constatação nº 63: Informamos que as Patrulhas mecanizadas cedidas estão em processo de inclusão nos Sistemas SIAFI e PATRIMONIAL e que estamos atentos aos procedimentos a serem executados nas novas aquisições destes tipos de equipamentos.	
Resposta a Recomendação 01 da constatação nº 66: Em atenção a presente recomendação informamos que esta Superintendência está adotando as medidas cabíveis para o pleno atendimento do disposto no artigo 35 da NE 79/2008, conforme Memo/SR.14/GAB/Nº 10, cópia anexa.	
Resposta a Recomendação 01 da constatação nº 68: A Divisão de Desenvolvimento através do Serviço de Infraestrutura-Crédito vem elaborando um Programa de Capacitação no qual objetiva o aprimoramento e a universalização, junto aos servidores responsáveis pelos processos de concessão de crédito, dos procedimentos referentes a rotina processual em conformidade com a legislação em vigor, em especial com a NE 79/2008. Ressaltamos que pretende-se executar as atividades desta capacitação no decorrer de março/2012.	
Resposta a Recomendação 001 da Constatação nº 72: Para atender os questionamentos colocados neste item, considerando que se trata de obrigação da conveniente (Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE), esta Superintendência Regional pediu esclarecimentos/documentos na procura de subsidiar a resposta. O DERACRE informou por meio do Ofício nº 2559/DG, de 14 de dezembro de 2011 (cópia anexa), item 1, as medidas que serão adotadas para regularização dessa pendência.	
Resposta a Recomendação 002 da Constatação nº 72: Considerando que se trata de obrigação do conveniente, o DERACRE esclareceu por intermédio de ofício, que efetuou em 11/10/11 o depósito do valor pendente da contrapartida no valor de R\$ 37.388,33, conforme extrato anexo (doc. 01).	
Resposta da Recomendação 001 da constatação nº 73: Em atenção às recomendações anteriores dessa Controladoria Regional, esta Superintendência Regional já tinha encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE o OF/INCRA/SR.14/AC/Nº 766, de 14 de julho de 2011 (cópia anexa), que trata da obrigatoriedade de encaminhamento das informações relacionadas aos processos licitatórios, na medida em que ocorrerem, dos convênios firmados com o referido conveniente. Como comprovação da orientação acima, informamos que o DERACRE encaminhou por intermédio do Ofício nº 2559/DG, de 14 de dezembro de 2011 (cópia anexa), item 4, complementação de informações sobre licitações encaminhadas em 29/07/11 através do Of. 1582/DG, documentação referente à nova licitação Concorrência nº 128/2011 – CPL 01 (doc. 3). O aprimoramento dessa rotina já é fato nesta Superintendência, foi incluída dentro dos procedimentos de acompanhamento processual dos termos pactuados.	

Resposta da Recomendação 01 da constatação nº 77: Como citado acima, em atenção às recomendações anteriores dessa Controladoria Regional, esta Superintendência Regional já tinha encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE o OF/INCRA/SR.14/AC/Nº 766, de 14 de julho de 2011 (cópia anexa), que trata da obrigatoriedade de encaminhamento das informações relacionadas aos processos licitatórios, na medida em que acontecerem, dos convênios celebrados com o mencionado conveniente.
Resposta a Recomendação 01 da constatação nº 79: O conveniente (DERACRE) encaminhou por meio do Ofício nº 2559/DG, de 14 de dezembro de 2011 (cópia anexa), item 2 (doc. 2), cópias referentes aos processos licitatórios relacionados ao Convênio CRT/AC/Nº 12.000/2011. Em complementação à referida solicitação, encaminhamos <u>cópia</u> do projeto básico e de engenharia juntado ao processo administrativo nº 54260.000282/2011-74 do referido convênio.
Resposta a Recomendação 01 da constatação nº 81: O conveniente (DERACRE) apresentou por meio do Ofício nº 2559/DG, de 14 de dezembro de 2011 (cópia anexa), item 3, argumentação sobre o questionamento em comento, com o qual concordamos. Entretanto, para maior entendimento do assunto, esclarecimentos que esta Superintendência Regional por intermédio do responsável técnico (engenharia) detectou que na relação de ramais apresentada na “ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESTADUAL DE RAMAIS”, referente ao Convênio CRT/3.000/2010, SICONV 732122, constavam ramais que faziam parte do objeto do convênio de 2009, este ainda em vigência. Apesar da Comissão Estadual ter apontado como prioritários ramais já trabalhados em convênio anterior, o fato gerou notificação ao DERACRE (ofícios Nºs 1156 de 23/11/2010 e 1243, de 27/12/2010) que os mesmos deveriam ser excluídos da planilha, de maneira que fosse mantida a execução plena do mencionado convênio, de forma a atingir os objetivos pactuados. Em resposta aos questionamentos do INCRA, o conveniente argumentou (OFICIO/GAB/DG/Nº 467, de 11 de março de 2011) que os ramais recebidos em 2009 poderiam ser inseridos na Programação de 2010 do Convênio nº 3.000/2010, pois, além de aprovados pela Comissão Municipal de Ramais, conhecidamente, pelas condições dos solos acrianos, os mesmos sofrem desgastes intensos depois de cada período de inverno, ocasionados pela rigorosa estação chuvosa que inviabiliza o tráfego todos os anos, principalmente daqueles que servem como acesso principal aos projetos. Vale salientar que a maioria desses ramais possuem pontos de estrangulamento que inviabiliza totalmente o acesso a determinados locais, como por exemplo grandes igarapés sem obras de arte ou grotas que se mostram atoleiros intransponíveis. Além disso, tanto o INCRA como o Governo do Estado, todos os anos sofrem intensa pressão dos movimentos sociais e das famílias do meio rural, que por sua vez não querem saber de leis, mais sim de boas condições de acesso para escoar a produção. Dessa forma, respaldados nos argumentos acima elencados, foi pactuado entre os convenientes que aqueles ramais objeto do convênio de 2009 que foram recebidos no mesmo ano, podiam fazer parte da nova parceria, ou seja, do Convênio CRT/3.000/2010, SICONV 732122. Também, deve-se levar em consideração que o Convênio celebrado trata-se de melhorias de ramais, é um serviço voltado a dar escoamento durante o ano, entretanto, dependendo do nosso inverno esse trabalho pode perdurar por mais de um ano ou não. Isso é uma realidade das condições do solo das terras do Acre. Para as famílias não interessam a sobreposição de serviços e sim as condições mínimas necessárias para escoamento de sua produção. Além do que, a escolha de serviços de melhoramento se dá em decorrência dos recursos disponibilizados, afinal de contas, são 114 projetos de assentamentos do Governo Federal, esperando por esses serviços. Assim, escolhemos as prioridades, considerando a produção, a localização, condições dos ramais, dentre outras. Tudo isso, combinado com os recursos disponibilizados. Às vezes incluímos ramais já executados em convênios anteriores, dado o rigoroso inverno, pois, repito, só trabalhamos melhoramentos. Mesmo assim, já estamos melhorando a definição do objeto do convênio, bem como evitando a duplicidade de demanda, mesmo provocado pelos movimentos sociais, como ocorrera no convênio celebrado no ano de 2011.
Resposta a Recomendação 02 da constatação nº 81: Em atenção a esta recomendação, encaminhamos a lista de ramais do Convênio 12.000/2011, que demonstra que os ramais contemplados nos convênios CRT/AC/Nº 1.000/2009 e CRT/3.000/2010, não fazem parte do mencionado convênio. O controle administrativo é realizado pelo setor de infraestrutura desta Superintendência Regional quando da análise de proposta de convênio, especificamente com relação ao projeto básico, plano de trabalho e lista de ramais, apresentados pelo conveniente, previamente, como ocorreu com o convênio de 2011.
Resposta a Recomendação 001 da Constatação nº 85: Seguindo as orientações emanadas anteriormente por essa Controladoria Regional, esta Superintendência Regional adotou providências junto a Direção Nacional do INCRA, visando a liberação de servidores para analisar todo o estoque de convênio com prestação de contas atrasadas, senão vejamos: O Convênio 504188 teve sua prestação de contas final analisada, sob o aspecto financeiro, com o auxílio de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa do INCRA (Brasília/DF), conforme cópia anexa. A referida prestação de contas foi aprovada em 21 de outubro de 2011, com lançamento no sistema SIAFI dia 24/10/2011 (cópia dos documentos comprobatórios anexa).

Estamos aguardando disponibilidade de servidores do INCRA Sede para analisar inicialmente o Convênio 601814, sob o aspecto financeiro, tendo em vista que a parte técnica encontra-se concluída. A solicitação foi feita por esta Superintendência Regional por meio do MEMO/INCRA/Nº 353/SR-14/AC, de 05 de dezembro de 2011 (cópia anexa).

A prestação de contas final do Convênio 577248 encontra-se em análise, sob o aspecto técnico, pela Câmara Técnica Agrônômica desta Superintendência Regional. Tão logo seja concluída, esta Superintendência Regional solicitará auxílio do INCRA Sede para análise financeira da prestação de contas.

Resposta a Recomendação 002 da Constatação nº 85: Como é de conhecimento dessa Controladoria, na estrutura organizacional da Superintendência Regional não existe setor que trata exclusivamente de convenio. Entretanto, considerando que o Programa Nacional de Reforma Agrária, diante de sua complexidade de execução, caracterizadas pela ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias, como forma de prover as mesmas de necessidades mínimas de sobrevivência, além do pedaço de terra, mas o que realmente se pode extrair da mesma, se faz necessário, a inserção de outros parceiros para compartilhar as atividades inerentes à produção.

Assim, para controle, monitoramento e acompanhamento dos instrumentos pactuados, criamos grupo de trabalho, envolvendo servidores da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, Divisão de Administração e Divisão de Obtenção de Terras, reunindo-se de acordo com a demanda, para discussão sobre os pedidos dos convenientes e instruções processuais.

Os convênios em execução celebrados por esta Superintendência Regional são relacionados aos programas e ações afetos às divisões acima citadas, razão pela qual o referido grupo é composto dessa forma.

No ano de 2011, três servidores foram treinados sobre o sistema SICONV, sendo dois da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento e um da Divisão de Administração.

Esta Superintendência Regional se compromete a dar continuidade ao processo de capacitação, durante o ano de 2012, de todos os servidores envolvidos nos convênios firmados, não só no SICONV, mas em todos os sistemas relacionados aos convênios, objetivando melhor acompanhamento e cumprimento dos objetos celebrados.

Vale ressaltar que, como o número de servidores desta Superintendência Regional é insuficiente para atender a todos os programas e ações relacionados ao cumprimento das metas institucionais, esses servidores estão envolvidos em diversas atividades, além dos trabalhos do grupo de convênios.

Resposta a Recomendação 003 da Constatação nº 85: A prestação de contas final do convênio 504188 encontra-se aprovada desde 21 de outubro de 2011, com lançamento no sistema SIAFI dia 24/10/2011.

A prestação de contas final do convênio 577248 encontra-se em análise, sob o aspecto técnico, pela Câmara Técnica Agrônômica desta Superintendência Regional.

Consta do objeto do convênio a elaboração de 37 (trinta e sete) Planos de Desenvolvimento do Assentamento – PDAs. Desse total, somente 15 (quinze) ainda não estão analisados.

Em todos os PDAs já analisados, foram solicitados dos convenientes complementações, modificações e inclusões de dados técnicos, o que tornou o processo ainda mais demorado.

As principais dificuldades encontradas para a conclusão das análises são as seguintes:

a) os documentos para análise são extensos e complexos, demandando tempo e disponibilidade de servidores capacitados;

b) a Câmara Técnica, responsável pelas análises, acumula uma série de atribuições para o cumprimento de metas de obtenção de terras da instituição, o que os mantém em campo por longos períodos, contudo, os profissionais estão empenhados para finalizar as análises; e

c) os servidores designados inicialmente para acompanhamento e fiscalização do convênio, foram removidos para outras Superintendências Regionais e até para outros órgãos, dificultando assim as análises dos PDAs quando da apresentação dos mesmos.

A prestação de contas final do convênio 601814 já foi analisada sob o aspecto técnico, encontrando-se atualmente aguardando análise financeira pelo Setor de Contabilidade da Divisão de Administração desta Superintendência Regional.

Considerando que esta Superintendência Regional dispõe somente de um técnico especializado para proceder a análise financeira/contábil, solicitamos do Presidente do INCRA por meio do MEMO/INCRA/Nº 353/SR-14/AC, de 05/12/2011 (cópia anexa), a liberação de dois servidores com experiência em análise financeira/contábil de prestação de contas final, lotados em Brasília – DF, para proceder a citada análise, seguindo as orientações emanadas anteriormente por essa Controladoria Regional. Estamos aguardando a liberação dos servidores.

Por fim, diante ao exposto, e com o compromisso de evitar que esses casos não mais se repitam, solicitamos desse conceituado órgão de controle interno não adotar o procedimento recomendado, ou seja, abertura de procedimento administrativo.

Resposta a Recomendação 004 da Constatação nº 85: Com referência ao Convênio Nº 504188, reconhecemos que a notificação ocorreu com atraso, tendo em vista que a conveniente havia solicitado por meio do Ofício/Gabinete nº 421/2006, de 19/05/2006 (cópia anexa), prorrogação da vigência do convênio por mais 6 (seis) meses, até dezembro de 2006.

O pedido acima citado não foi deferido à época por esta Superintendência Regional, todavia criou para a conveniente a expectativa do deferimento desse pedido, ocasionando dessa forma interpretação divergente

quanto ao mencionado atraso.

A prestação de contas final do referido convênio, seguindo as orientações da IN/STN/Nº 01/1997 que é de exaurir todas as providências cabíveis, inclusive com a devolução de recursos, nos termos da legislação de convênios e outros dispositivos legais, foi aprovada em 21 de outubro de 2011, com lançamento no sistema SIAFI dia 24/10/2011 (cópia dos documentos anexos).

Em virtude da constatação do atraso, justificamos que esta Superintendência Regional se compromete a adotar procedimentos de controle mais contundentes, especialmente com a capacitação dos servidores que compõe o grupo de convênios, no sentido de que casos idênticos não mais se repitam.

Os demais convênios tiveram suas notificações de acordo com os prazos legais.

Seguem cópias dos ofícios de notificação aos convenientes.

Nº Convênio	Final de Vigência	Situação Atual	Nº do Ofício de Notificação	Data
504188	07/dez/2005 (*)	Aprovado	1527	08/12/2006
577248	30/jun/2010	A aprovar	797 e 798	12/08/2010
601814	27/ago/2010	A aprovar	864	02/09/2010
Total				2.367.373,44

(*) Com referência ao Convênio SIAFI 504188 a data correta do final de vigência é 27/06/2006, conforme publicação do Terceiro Termo Aditivo no Diário Oficial da União de 09/01/2006, Seção 3, folhas 119 (cópia anexa).

As prestações de contas finais desses convênios foram apresentadas pelos convenientes e encontram-se em análise sob os aspectos técnico e financeiro, sendo que o Convênio 504188 já fora aprovado e inclusive lançado no SIAFI.

Assim sendo, pelos motivos expostos, e com o compromisso de evitar que esses casos não mais se repitam, solicitamos desse conceituado órgão de controle interno não adotar o procedimento recomendado.

Resposta a Recomendação 005 da Constatação nº 85: Como demonstramos anteriormente, na nossa Superintendência Regional existe deficiência de pessoal qualificado para análise, sob os aspectos técnico e financeiro, das prestações de contas finais apresentadas pelos convenientes.

Os servidores envolvidos atuam em diversas áreas, além do acompanhamento e fiscalização dos convênios.

Seguindo as orientações dessa Controladoria Regional, esta Superintendência Regional adotou rotina de solicitar da Direção Nacional do INCRA, quando necessário, a liberação de servidores para analisar todo o estoque de convênio com prestação de contas atrasadas.

Nesse sentido, solicitamos conceder prazo até março de 2012 para atender tal demanda.

Síntese dos resultados obtidos

Todas as recomendações foram atendidas com ressalvas para a de nº 05, da Constatação 85, que justificou os procedimentos adotados e solicitou prazo para conclusão de todo o recomendado.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Mais uma vez a carência de pessoal qualificado para cumprimento de algumas atividades influenciou sobremaneira no desenvolvimento das ações em comento. Justifica-se essa carência pela não nomeação dos novos servidores oriundos do concurso de 2010 que estava programada para ocorrer no exercício 2011.

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA			1799
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº 201109226	Constatação nº 075; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
2	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº 201109226	Constatação nº 082; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
3	Relatório de Auditoria Anual de Contas Nº 201109226	Constatação nº 083; Recomendação 1	Ofício nº 35633/2010/CGURegional/AC/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA no Acre			4039
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 01 da constatação nº 75: Quando da celebração de convênios e da assinatura de termos aditivos a convênios, atentar para o prazo para publicação de até 20 dias a contar de sua assinatura, conforme previsão do art. 33 da Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.			
Recomendação 01 da constatação nº 82: Somente efetue pagamento a fornecedor após confirmação da regularidade fiscal.			
Recomendação 01 da constatação nº 83: Estabelecer mecanismos de conferência de documentação de forma a impedir que o INCRA/SR.14/AC venha firmar contrato com pessoa não habilitada legalmente como representante da contratada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			-
Serviço de Desenvolvimento Humano			-
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em razão de férias regulares dos gestores, as respostas às constatações nº 082, 075 e 083 serão respondidas brevemente			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
O corpo insuficiente de pessoal que desempenha as atividades vinculadas a essas ações tem repercutindo negativamente no desenvolvimento das tarefas dos respectivos setores.			

16. Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Síntese das providências adotadas	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Não se aplica.

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

Não se aplica.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Superintendência Regional do Incra no Estado do Acre		373015	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Rio Branco	Data	27/03/2012
Contador Responsável	Sebastião Damasceno Ramos	CRC nº	AC-000679/01

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Não se aplica.

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

A Divisão de Ordenamento e Estrutura Fundiária junto ao setor de Cadastro Rural da SR.14/AC, promove junto aos cartórios a fiscalização da aplicação do contido no art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75. Neste contexto, constatamos que não houve qualquer ocorrência de cancelamento de matrícula dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com a mencionada Lei. Ressaltamos, porém, que em relação ao exercício anterior onde comentamos da incipiência na troca de informação, neste exercício houve uma substancial melhora, entre este setor e os Cartórios e/ou a Corregedoria Geral do Estado. Isto feito, em face dos esforços do INCRA em melhorar a comunicação externa em conformidade com a legislação vigente.

Mesmo diante da melhora na situação, não foi promovido nenhum procedimento de cancelamento de matrícula, porém, foram feitos alguns ofícios no sentido informar a Corregedor-Geral de Justiça de alguns procedimentos realizados pelos Cartórios em desacordo com a Lei 10.267/2001. Da mesma forma, foi ratificado a melhoria no intercâmbio de informações com os cartórios de modo a cumprir a Lei n.º 6.015/75. Por isso, é imprescindível o estabelecimento de um canal de comunicação mais ágil entre o Incra, os Cartórios e a Corregedoria-Geral do Estado, a fim de manter atualizada a radiografia do imobiliário rural do Estado.

Demonstramos, no quadro abaixo, os imóveis que tiveram o seu Certificado de Cadastro de Imóvel Rural-CCIR cancelado, em virtude do não atendimento à Portaria/INCRA/n.º 12/2006. As informações estão corroboradas com o código do imóvel, nome do proprietário, município, área, número de processo administrativo e atual situação junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural-SNCR.

Com relação aos imóveis que tiveram o seu Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelados pelo INCRA, demonstramos de maneira sucinta no quadro abaixo, que não houve mudança significativa em relação ao exercício anterior, conforme descreve o quadro abaixo:

Tabela 49 – Demonstrativo dos imóveis cancelados e/ou encerrados

Cód. Imóvel	Nome do Proprietário	Município	Área	Nº Processo	Andamento
011053.104515-7	Nakamex Com. e Exp. de Madeiras Leda	Acrelândia	54.220,00	54260.000753/00-66	Cancelado
906085.025720-0	Raymunda Almeida de Souza e Outra	Assis Brasil	20.000,00	54260.000766/00-16	Cancelado
906085.024988-7	Raymunda Almeida de Souza e Outra	Assis Brasil	34.238,00	54260.000768/00-33	Cancelado
906085.025801-0	Raymunda A. de Souza e Outra	Assis Brasil	19.762,00	54260.000762/00-57	Cancelado
011010.021423-7	Rômulo Bonalumi	Cruzeiro do Sul	23.021,90	54260.000759/00-42	Cancelado
011029.005100-2	Ana Cezarina Villela	Feijó	12.500,00	54260.000720/00-15	Cancelado
011070.100862-6	Antônio Gonçalves e Outro	Feijó	22.000,00	54260.000720/00-15	Cancelado
011029.001210-4	Dallas Agroindústria e Comércio	Feijó	13.600,00	54260.000725/00-21	Cancelado

011029.006211-0	Elidio Marchesi Filho	Feijó	21.730,20	54260.000729/00-81	Cancelado
011029.005150-9	Jorge Wolney Atalla	Feijó	427.390,00	54260.000733/00-59	Cancelado
022039.004650-2	José Cordeiro e Silva	Feijó	161.841,30	54260.000739/00-35	Cancelado
011029.004332-8	José Humberto Gonçalves	Feijó	90.800,00	54260.000695/00-61	Cancelado
011029.250120-0	Neuza Prado de Azevedo	Feijó	248.466,10	54260.000752/00-01	Cancelado
011029.009784-3	W Campos e Cia	Feijó	16.994,00	54260.000322/00-54	Cancelado
011070.000388-4	Amelia Gonçalves de Farias	Jordão	20.000,00	54260.000716/00-30	Cancelado
011070.000345-0	Maria de L. Sanches Bonalumi	Jordão	14.168,30	54260.000746/00-09	Cancelado
011010.020605-6	Elias Estephan Barbary	Porto Walter	6.669,0	54260.000917/01-61	Cancelado
011061.000612-4	Elias Estephan Barbary	Porto Walter	0	54260.000960/01-27	Cancelado
011010.021440-7	Liberato Antônio Serafini	Rodrigues Alves	5.808,00	54260.000938/01-87	Cancelado
012033.015202-3	Antônio Luiz Teixeira de Barros	Sena Madureira	21.800,00	54260.000722/00-32	Cancelado
531014.042242-5	Assis & Cia	Sena Madureira	56.351,80	54260.000724/00-68	Cancelado
012033.010898-9	Assis & Cia	Sena Madureira	13.123,50	54260.000694/00-07	Cancelado
012033.011835-6	Edmar Sanches Cordeiro	Sena Madureira	16.736,90	54260.000727/00-56	Cancelado
012033.004758-0	Etivaldo Diniz e Irmão	Sena Madureira	33.000,00	54260.000629/00-37	Cancelado
023027.011134-9	Falá Saraiva de Farias	Sena Madureira	225.000,00	54260.000730/00-61	Cancelado
012033.012475-5	Fernanda Horebe Munhoz	Sena Madureira	8.999,70	54260.000922/01-74	Cancelado
012033.012637-5	Fernando de Oliveira Munhoz	Sena Madureira	5.300,00	54260.000923/01-19	Cancelado
012033.011720-1	Ilana Horebe Munhoz	Sena Madureira	9.131,50	54260.000932/01-18	Cancelado
012033.020079-6	Leonardo Alves de Oliveira	Sena Madureira	35.000,00	54260.000738/00-72	Encerrado
012033.011762-7	Luiz Adão Botineiro	Sena Madureira	8.736,50	54260.000939/01-21	Cancelado
012076.006505-1	Luiz Adão Botineiro	Sena Madureira	10.000,40	54260.000756/00-54	Cancelado
012033.012220-5	Luiz Adão Botineiro	Sena Madureira	10.018,10	54260.000747/00-63	Cancelado
012033.015598-7	Maria Helena da Silva Palmeira	Sena Madureira	12.123,00	54260.000755/00-91	Cancelado
023027.011258-2	Odete Dávila Junior	Sena Madureira	250.000,00	54260.000761/00-94	Cancelado
012033.005592-3	Rômulo Bonalismo	Sena Madureira	12.347,00	54260.000767/00-71	Cancelado
941018.136980-5	Ruben Soares Branquinho	Sena Madureira	10.100,00	54260.000763/00-10	Cancelado
012033.002160-3	Virgulino da Silva Diniz	Sena Madureira	5.000,00	54260.000969/01-38	Cancelado
011037.000191-0	Aguiar Agropecuária Ind. e Com. Ltda.	Tarauacá	6.000,00	54260.000892/01-04	Cancelado
011070.000060-5	Hilarino Alves de Melo	Tarauacá	18.000,00	54260.000745/00-38	Cancelado
012041.931837-5	Ricardo Saad Gattaz e Outros	Xapuri	31.810,40	54260.000757/00-17	Cancelado
012041.002453-0	Valdomira Soares Hadad	Xapuri	17.577,00	54260.000235/00-51	Cancelado

Os imóveis identificados supra tiveram seus certificados de cadastros de imóveis rurais cancelados ou encerrados em virtude do não atendimento a Portaria nº 12/2006, conforme recomenda a legislação vigente.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Diversas dificuldades apontadas no Relatório de Gestão do exercício anterior, já foram superadas. Contudo sabe-se que as demandas são constantes e dinâmicas, fatos esses que nos remetem a desafios ainda maiores que os já vencidos.

Outrossim, o novo modelo baseado em marcas de gestão, assumirá importante papel na resolução dos obstáculos e no alcance das condições apropriadas para atingir uma Reforma Agrária nos moldes almejados pelas famílias beneficiárias.

Os entraves que permeiam desde a obtenção de terras à consolidação de Projetos de Assentamento, perpassam setores e ações estratégicos de atendimento ao público, como o Crédito Instalação e a retomada de parcelas com situação ocupacional irregular dentre outras, conforme relacionado a seguir, expondo as dificuldades de realização e as medidas mitigatórias viáveis para superar as dificuldades indicadas e conquista de resultados mais satisfatórios em 2012.

Nº. Ord.	Ação	Dificuldades	Mitigação
1	Motivação dos recursos humanos	- Desmotivação de alguns servidores frente à questão salarial; - Ausência do servidor no ambiente de trabalho (incidência de doenças endêmicas, dependência química).	- Gestão da Administração Central; - Plano interno de capacitação dos servidores, envolvendo seminários e reuniões; - Implantação do SIASS; - Participação dos servidores na elaboração do Plano de Ação da superintendência; - Reconhecimento aos servidores exemplares/eficientes, através de certificação e ou similares.
2	Aplicação de Crédito Instalação	- Incapacidade operacional; - Grande volume de recursos financeiros nas contas das associações ou grupos comunitários; - Aumento crescente de recursos em contas de associações frente a criação de novos Projetos de Assentamento que, quase sempre, são implantados tempos depois, o que gera o enorme passivo; - Necessidade de assistência técnica para aplicação de modalidades de créditos focadas no incentivo à produção e geração de renda; - Baixo nível de organização e capacidade das associações de produtores na aplicação dos recursos referentes aos créditos; - Deficiência na organização de dados referentes a aplicação dos créditos e que gera muitos transtornos na gestão das informações (como por exemplo a cobrança dos créditos concedidos); - Utilização do recurso do Apoio Inicial para garantia da segurança hídrica.	- Inclusão de maior número de servidores habilitados nas comissões de crédito; - Realocação de recursos de associações com impossibilidade de operacionalização imediata, para outras aptas a aplicação; - Priorização na aplicação de recursos de exercícios anteriores, com a formalização de comissão específica para desempenhar tais atividades; - Capacitação de membros das Associações de Produtores e orientar os beneficiários frente às metodologias e procedimentos a serem adotados para aplicação eficiente dos recursos dos créditos; - Padronização dos procedimentos específicos de organização dos dados que facilite a obtenção de relatórios e outras informações pertinentes em tempo otimizado e de fácil entendimento; - Aplicação da lei 11.888/08 frente a possibilidade de terceirização da ação de concessão de crédito; - Utilizar recursos da ação da infraestrutura e/ou de convênios com outros órgãos, como FUNASA, objetivando implementar saneamento básico nos Projetos de Assentamento.

Nº. Ord.	Ação	Dificuldades	Mitigação
3	Retomada de lotes -Instrução Normativa nº 47/2008	• Organização das equipes, tendo em vista o fluxo operacional estabelecido pelas normas internas do INCRA (IN/INCRA/Nº 47/08, em vigência); • Dificuldade em identificar servidores para atuar na ação, visto que se trata de possível risco a integridade física. • Aplicação efetiva do conteúdo da norma, face às demandas administrativas e judiciais que surgem, exclusivamente de competência da Procuradoria Federal Especializada, que não dispõe de estrutura humana para atendimento a contento; • Alto custo de logística devido às condições de acesso e distância dos projetos com índices de irregularidades; • Destinação de recursos orçamentários específicos para ação.	• Mapeamento de servidores habilitados capazes de gerir eficientemente os procedimentos aplicáveis as diversas situações contidas na Norma; • Capacitação dos técnicos mapeados no sentido da aplicação dos procedimentos pertinentes aos casos; • Mobilização de todos os Setores da SR envolvidos no processo frente a importância dos resultados a serem obtidos; • Aprimoramento de plano de trabalho no sentido de executar os diversos passos a ser seguidos conforme a norma vigente; • Elaborar plano de ação, com vista a captação de recursos específicos para ação.
4	Cadastro e Seleção de Famílias	• Falta de capacidade operacional, tanto em termos estruturais (humano) quanto gerenciais para desenvolver a ação na plenitude citada pela Norma Execução/INCRA/Nº 45/05; • Falta de um banco de dados de cunho municipal que possa dar condição de se estabelecer níveis de prioridades; • Prazos incompatíveis entre a imissão de posse, criação do projeto de assentamento, procedimentos de inscrição cadastro e seleção das famílias frente a necessidade de de cumprimentos de metas de assentamento.	• Composição de comissão permanente que desenvolva a ação na plenitude disciplinada pela norma; • Composição de grupo de trabalho que estabeleça fluxo operacional e possa dar maior eficiência, credibilidade e facilidade aos procedimentos normativos; • Proposta de adaptação do SIPRA em função da necessidade de incluir vínculo de candidatos ao município, e não a área em processo de obtenção; • Criação de banco de dados, no âmbito da SR, para facilitar o acesso das informações das famílias inscritas, de modo a qualificar o processo de seleção.
5	Infraestrutura de ramais	• Situação regional dos solos que condiciona a realização dos trabalhos de manutenção e melhoramento dos ramais basicamente todos os anos, principalmente em pontos críticos de acesso aos Projetos; • Grande dificuldade de se estabelecer a prioridade dentre as várias demandas apontadas; • Desproporcionalidade entre a provisão orçamentária e a demanda real.	• Continuidade do projeto de compra de patrulhas mecanizadas para as Prefeituras Municipais para realização dos trabalhos de abertura, melhoramento e manutenção de ramais existentes nos Projetos instalados nos municípios; • Aplicação de recursos mais significativos para construção de obras de arte, principalmente nos trechos críticos de acesso aos Projetos de Assentamento; • Relacionamento mais estreito com os movimentos sociais e parceiros no sentido de definir as prioridades de forma participativa.
6	Consolidação de Projetos de Assentamento	• Dificuldades em formalizar parcerias com entidades, dada a resistência para assumir os Projetos consolidados; • Resistência dos beneficiários e movimentos frente à consolidação, pois acreditam que a Prefeitura Municipal não tem condições de dar continuidade às ações de desenvolvimento do Projeto e suas demandas posteriores a consolidação.	• Efetivar agenda executiva, com a participação das comunidades, poder municipal, estadual e demais entidades, indicando as responsabilidades de cada um no processo de consolidação; • Garantir recursos necessários para se efetivar os quesitos mínimos para o processo de consolidação e emancipação dos projetos.

Nº. Ord.	Ação	Dificuldades	Mitigação
7	Licenciamento ambiental	• Anuência do IPHAN está travando a expedição das licenças protocoladas em razão de exigências de serviços que não estão previstos nas atribuições institucionais do Incra; • Divergência entre as informações inerentes aos imóveis/projetos e as constantes nas certidões de registro; • Lentidão dos órgãos ambientais competentes em expedir as licenças protocoladas.	• Execução de convenio para realização de estudos arqueológicos, com vistas a expedição de anuência da parte do IPHAN; • Agilizar os trabalhos da comissão criada para dinamizar a certificação dos Projetos de Assentamento; • Promover atualização cartorial concomitantemente as certificações dos imóveis; • Articular com os órgãos ambientais uma maior aproximação para resolver as pendências residuais.
8	Obtenção de Terras/ Desapropriação	• Redução de recursos orçamentários/financeiros destinados ao pagamento de imóveis desapropriados/adquiridos.	• Ampliar o envio de kits/TDA, bem como pleitear o pagamento dos imóveis apontados como estratégicos para o Estado do Acre.
9	Atualização do SIPRA	• Atualização do SIPRA com informações dos beneficiários, dos assentamentos e das ações do Incra, como: Titulação, Crédito Instalação e outras.	• Levantamento das principais fragilidades do SIPRA no âmbito da SR(14)AC; • Priorização de ações para atualização imediata – Crédito Instalação e Titulação; • Envolvimento das divisões e setores ligados diretamente ao Sistema.